



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 22^a REUNIÃO

(1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura)

**12/06/2019
QUARTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12/06/2019.**

22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|------|---|----------------------------------|--------|
| 1 | MSF 21/2019 - Não Terminativo - | SENADORA SORAYA THRONICKE | 8 |
| 2 | MSF 22/2019 - Não Terminativo - | SENADOR MARCOS DO VAL | 46 |

2ª PARTE - DELIBERATIVA

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|------|---|-------------|--------|
| 1 | REQ 34/2019 - CRE - Não Terminativo - | | 143 |
| 2 | REQ 35/2019 - CRE - Não Terminativo - | | 146 |

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(18 titulares e 18 suplentes)

| TITULARES | | SUPLENTES |
|---|-------------------------------|------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PRB, PP) | | |
| Mecias de Jesus(PRB)(11) | RR | 1 Renan Calheiros(MDB)(11) |
| Jarbas Vasconcelos(MDB)(11) | PE | 2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(11) |
| Marcio Bittar(MDB)(11) | AC | 3 Simone Tebet(MDB)(10) |
| Esperidião Amin(PP)(13) | SC | 4 Ciro Nogueira(PP)(5) |
| VAGO(6)(19) | | 5 Vanderlan Cardoso(PP)(12) |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL(PSDB, PODE, PSL) | | |
| Antonio Anastasia(PSDB)(8) | MG (61) 3303-5717 | 1 Roberto Rocha(PSDB)(8) |
| Mara Gabrilli(PSDB)(8) | SP | 2 Oriovisto Guimarães(PODE)(9) |
| Romário(PODE)(9) | RJ (61) 3303-6517 / 3303-6519 | 3 Flávio Bolsonaro(PSL)(15) |
| Major Olímpio(PSL)(14) | SP | 4 Soraya Thronicke(PSL)(16) |
| Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) | | |
| Kátia Abreu(PDT)(3) | TO (61) 3303-2708 | 1 Acir Gurgacz(PDT)(3) |
| Randolfe Rodrigues(REDE)(3) | AP (61) 3303-6568 | 2 Flávio Arns(REDE)(3) |
| Marcos do Val(CIDADANIA)(3) | ES | 3 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS) | | |
| Renilde Bulhões(PROS)(7)(18) | AL | 1 Humberto Costa(PT)(7) |
| Jaques Wagner(PT)(7) | BA | 2 Telmário Mota(PROS)(17)(7) |
| PSD | | |
| Nelsinho Trad(2) | MS | 1 Arolde de Oliveira(2) |
| Angelo Coronel(2) | BA | 2 Carlos Viana(2) |
| Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC) | | |
| Chico Rodrigues(DEM)(4) | RR | 1 Marcos Rogério(DEM)(4) |
| Zequinha Marinho(PSC)(4) | PA | 2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4) |

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (9) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- (10) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (11) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLDPSL).
- (15) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLDPSL).
- (16) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (17) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (18) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (19) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56^a LEGISLATURA**

Em 12 de junho de 2019
(quarta-feira)
às 09h

PAUTA
22^a Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

| | |
|----------------------------|--|
| 1^a PARTE | Indicação de Autoridade |
| 2^a PARTE | Deliberativa |
| Local | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 |

1ª PARTE PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2019

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 31/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2019

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 31/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 34, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CRE, para incluir entre os convidados para a audiência pública, a fim de debater a situação dos familiares das vítimas do acidente com o avião da delegação da chapecoense os seguintes convidados: Abel Dias- Consultor Especialista em Seguros e Aviação, e Mara Regina D'Emilio Paiva - Vice-presidente da Associação Chapecoense de Futebol e a Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Vôo da Chapecoense (AFAV-C).

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Textos da pauta:
[Requerimento \(CRE\)](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 35, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir temas de interesse do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI - na promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Alejandro de la Peña Navarrete - Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Textos da pauta:
[Requerimento \(CRE\)](#)

1^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PARECER N° , DE 2019

SF19565.37535-93

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF nº 21, de 2019 (MSG nº 161/2019), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.*

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Haxemita da Jordânia.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para o presente relatório as seguintes informações.

Nascido na capital do Estado de São Paulo, filho de Rubens Dias Amaral e de Leda Pacheco do Amaral, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1986, foi nomeado Terceiro-Secretário, sendo subsequentemente promovido a

Segundo-Secretário, em 1992; Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1998; Conselheiro, por merecimento, em 2002; Ministro de Segunda Classe, em 2007; e Ministro de Primeira Classe, em 2010.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar que foi Conselheiro e Ministro de Segunda Classe em Paris, entre 2005 e 2008, Ministro-Conselheiro em Londres, entre 2008 e 2010; assessor da Presidência da República em 2010; e Embaixador do Brasil no Cairo desde 2015. O indicado possui diversas condecorações no Brasil e no exterior.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, o Reino Haxemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, ao Iraque e à Arábia Saudita, com o qual o Brasil possui saldo comercial superavitário. Em 2018, esse saldo foi de US\$ 255,61 milhões. O Brasil exporta majoritariamente produtos básicos, com destaque para carne, cereais e café. Importa daquele país na série histórica sobretudo adubos e roupas. Como cenário para intensificar essa relação tem-se o Acordo de Livre Comércio entre Jordânia e o Mercosul, celebrado em 2008.

A comunidade brasileira naquele País é de cerca de 2.000 mil pessoas.

Foram muitas as viagens de autoridades brasileiras ao País nos últimos anos, como as feitas em 2018 pelo Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em março, e pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen. Nesse sentido, as áreas de defesa e segurança e de agricultura destacam-se para futura cooperação.

Na agenda de cooperação bilateral recente, cita-se o Acordo de Cooperação Técnica entre os dois Países, que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

No tocante à política externa jordaniana, registre-se que o país, governado pelo Rei Abdullah II, desempenha importante papel no encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Faz parte do chamado “Quarteto Árabe” para a paz, que congrega países árabes de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), encarregado de promover a Iniciativa Árabe de Paz. O Rei vem afirmando que a solução da questão palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana, que apoia a solução de dois Estados com base nas fronteiras de 1967.



Igualmente, tem se destacado no esforço de manter em segurança as suas fronteiras, apesar dos desafios enfrentados com a Guerra na Síria. Por via de consequência, na primeira prateleira de sua agenda está o combate ao terrorismo, conforme ficou demonstrado nos chamados Encontros de Aqaba. Patrocinado pelo rei jordaniano, pretende-se o aprofundamento da cooperação e coordenação dos esforços de contraterrorismo, para além do contexto médio-oriental.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.



SF19565.37535-93

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2019

(nº 161/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 161

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

Os méritos do Senhor Ruy Pacheco de Azevedo Amaral que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de abril de 2019.

EM nº 00108/2019 MRE

Brasília, 22 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.002415/2019-26

OFÍCIO Nº 107/2019/CC/PR

Brasília, 30 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL
CPF.: 011.773.008-42

ID.: 9049 MRE

1957 Filho de Rubens Dias Amaral e Leda Pacheco de Azevedo Amaral, nasce em 26 de abril, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

| | |
|------|--|
| 1980 | Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas |
| 1985 | CPCD - IRBr |
| 1995 | CAD - IRBr |
| 2007 | CAE - IRBr, O ano do Brasil na França. Um modelo de intercâmbio cultural |

Cargos:

| | |
|------|--------------------------------------|
| 1986 | Terceiro-Secretário |
| 1992 | Segundo-Secretário |
| 1998 | Primeiro-Secretário, por merecimento |
| 2002 | Conselheiro, por merecimento |
| 2007 | Ministro de Segunda Classe |
| 2010 | Ministro de Primeira Classe |

Funções:

| | |
|------|--|
| 1986 | Divisão de África II, assistente |
| 1988 | Divisão de Visitas, assistente |
| 1991 | Embaixada em Lisboa, Terceiro e Segundo-Secretário |
| 1994 | Embaixada no México, Segundo-Secretário |
| 1999 | Presidência da República, assessor |
| 2003 | Senado Federal, Cerimonial, Chefe |

| | |
|------|--|
| 2005 | Embaixada em Paris, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe |
| 2008 | Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro |
| 2010 | Presidência da República, assessor |
| 2011 | Secretaria-Geral Ibero-Americana |
| 2015 | Embaixada no Cairo, Embaixador |

Condecorações

| | |
|------|---|
| 1989 | Ordem Nacional do Mérito, Equador, Cavaleiro |
| 1990 | Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Cavaleiro |
| 1991 | Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Cavaleiro |
| 2003 | Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Comendador |
| 2004 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador |
| 2005 | Ordem do Mérito Anhanguera, Goiás, Brasil |
| 2008 | Medalha Mérito Tamandaré, Comando da Marinha, Brasil |
| 2009 | Medalha do Pacificador, Comando do Exército, Brasil |
| 2015 | Comendador de Número da Ordem de Isabel a Católica, Espanha |

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REINO HACHEMITA DA JORDÂNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2019

DADOS BÁSICOS

| | |
|---|---|
| NOME OFICIAL | Reino Hachemita da Jordânia |
| CAPITAL | Amã |
| ÁREA | 89 341 km ² |
| POPULAÇÃO (2018) | 10,076 milhões (Departamento de Estatísticas da Jordânia) |
| IDIOMAS | Árabe (oficial) e inglês |
| SISTEMA DE GOVERNO | Monarquia parlamentarista |
| PODER LEGISLATIVO | Bicameral (Câmara Alta e Câmara Baixa) |
| CHEFE DE ESTADO | Rei Abdullah II |
| CHEFE DE GOVERNO | Primeiro-Ministro Omar Razzaz (desde junho de 2018) |
| MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EXPATRIADOS | Ayman Safadi |
| PIB NOMINAL (2018) | US\$ 41,87 bilhões (Estimativas FMI) |
| PIB PARIDADE DE COMPRA (PPP) (2017): | US\$ 93,16 bilhões (Estimativas FMI) |
| PIB PER CAPITA (2018) | US\$ 4.228,00 (Estimativas FMI) |
| PIB PPP PER CAPITA (2017) | US\$ 9.406,00 (Estimativa FMI) |
| VARIAÇÃO DO PIB (2018) | 2,3% (Estimativas FMI) |
| UNIDADE MONETÁRIA | Dinar jordaniano (JOP) |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018) | 0,735 (95ª posição entre 189 países) |
| ENCARREGADO DE NEGÓCIOS NO BRASIL | Ministro Mutazz Abed Al-Rahman (desde 02/2019) |
| EMBAIXADOR EM AMÃ | Francisco Carlos Soares Luz (desde 2015) |
| COMUNIDADE BRASILEIRA | Cerca de 2.000 |

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI – FOB)

| INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-JORDÂNIA (fonte: MDIC) | | | | | | | | | |
|---|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Brasil - Jordânia | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2018 |
| Exportações | 37,09 | 104,74 | 283,87 | 177,30 | 189,21 | 290,71 | 241,86 | 223,60 | 263,91 |
| Importações | 8,23 | 1,97 | 8,22 | 1,22 | 1,67 | 6,62 | 6,68 | 7,52 | 8,30 |
| Intercâmbio Total | 45,32 | 106,71 | 292,10 | 178,53 | 190,88 | 297,34 | 248,54 | 231,12 | 272,21 |
| Saldo comercial | 28,86 | 102,77 | 275,65 | 176,08 | 187,54 | 284,09 | 235,17 | 216,08 | 255,61 |

APRESENTAÇÃO

O Reino Hachemita da Jordânia é um país de população majoritariamente árabe muçulmana, localizado no norte da Península Arábica e na Ásia Ocidental. Faz fronteira com a Síria ao norte, o Iraque a leste, a Arábia Saudita ao sul e sudeste e a Palestina a oeste. O país tem um sistema monárquico parlamentarista, em que o Rei Abdullah II é o chefe de estado e comandante supremo das forças armadas.

Em 1921, o Emir do Hejaz (hoje a extremidade ocidental da Arábia Saudita), Abdullah bin Hussein, após ser expulso de seus domínios pela família Saud, foi nomeado emir da Transjordânia, área então administrada pelo Reino Unido como mandato da Liga das Nações. Com a independência em 1946, o emir foi coroado rei Abdullah I; em 1955, o país adotou o nome atual de Reino Hachemita da Jordânia. A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do rei Hussein (1952-1999), período no qual se pode destacar a assinatura do acordo de paz com Israel, em 1994.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Rei Abdullah II
(Amã, 1962)

Frequentou o *Islamic Educational College* (Jordânia), a *Oxford University* (Reino Unido), a *Royal Military Academy Sandhurst* (Reino Unido), o Curso Avançado de Oficiais de Cavalaria em Fort Knox (EUA) e a *School of Foreign Service* da *Georgetown University* (EUA). Ascendeu ao trono em 1999, após a morte de seu pai, o rei Hussein, e tem implementado reformas políticas e econômicas. No campo internacional, tem atuado com empenho nas negociações de paz no Oriente Médio. Acompanhado de sua esposa de origem palestina, a rainha Rania, realizou visita oficial ao Brasil em 2008. Em junho/julho de 2015, esteve em férias na região amazônica.



Omar Razzaz
Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa
(Al-Salt, 1961)

Fez doutorado em planejamento econômico na Universidade de Harvard e pós-doutorado em direito na Faculdade de Direito de Harvard. No governo jordaniano, antes de assumir o Ministério da Educação (2017-2018), presidiu a Comissão Nacional de Privatização (2013-2014), o comitê encarregado de elaborar a Estratégia Nacional de Emprego (2011-2012) e a Agência de Seguridade Social (2006-2010). Foi diretor do Banco Mundial no Líbano (2002-2006). Tornou-se primeiro-ministro em junho de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram formalizadas há 60 anos, em 1959, com a abertura da legação brasileira em Amã. Em 1964, a legação brasileira em Beirute foi elevada à categoria de embaixada e passou a ser cumulativamente responsável por representar o Brasil junto ao governo jordaniano. Em 1984, o Brasil abriu embaixada na capital jordaniana, e a Jordânia abriu sua embaixada em Brasília.

Desde a década de 2000, iniciativas de aproximação ganharam novo impulso, com troca de visitas de alto nível e encontros bilaterais. Em outubro de 2008, em visita precedida pela do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Salaheddin Al-Bashir, o rei Abdullah II e a rainha Rania estiveram em Brasília e em São Paulo, avistando-se com o então presidente da República e com os presidentes do Senado Federal e da Câmara de Deputados. Em São Paulo, participou da sessão inaugural do Fórum Econômico Comercial Brasil-Jordânia. Em março de 2010, o presidente brasileiro visitou a Jordânia, na primeira viagem oficial de um chefe de estado brasileiro àquele país, e em julho delegação de quatro ministros jordanianos visitou o Brasil. Em outubro de 2012, em Lima, a então presidente reuniu-se com o rei Abdullah II, à margem da III Cúpula ASPA. No mesmo mês, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Amã, mantendo encontros com o rei Abdullah II e com o chanceler Nasser Judeh. Em 2015, o rei Abdullah II veio ao Acre, em viagem particular, e em agosto de 2016 o príncipe Faisal, irmão do monarca, visitou o Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Olímpicos. Em dezembro de 2017, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, visitou a Jordânia e foi recebido pelo rei Abdullah II. Em 2018 visitaram a Jordânia o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em março, em périplo que incluiu Israel, Palestina e Líbano, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, em agosto.

Brasil e Jordânia têm potencial para aumentar a cooperação bilateral em diversas áreas.

Cooperação em defesa e segurança. A cooperação em defesa entre Brasil e Jordânia é área com potencial a ser explorado. A visita àquele país do então ministro da Defesa, Raul Jungmann, em dezembro de 2017, deu início a tratativas sobre a cooperação bilateral em segurança, à qual a Jordânia atribui grande relevância – decorrência de sua localização, em região particularmente instável. À ocasião, acordou-se que o lado jordaniano deveria propor minuta de acordo ou de memorando de entendimento no campo de defesa e segurança, cujo texto já foi apresentado e está em negociação.

Cooperação em agricultura. Trata-se de um dos principais vetores para incrementar o relacionamento bilateral, na perspectiva jordaniana. A Jordânia vem demonstrando especial interesse em intensificar a cooperação técnica e científica no setor agrícola, com ênfase na agricultura do semiárido, no melhoramento de sementes e no aumento da produção de leite de origem caprina. Especificamente, deseja pôr em prática o memorando de entendimento de cooperação bilateral em agricultura, assinado em 2008.

Assuntos consulares. A comunidade brasileira na Jordânia é formada por cerca de 2 mil nacionais, em sua maioria de baixa renda, muçulmanos, que não falam português e residem em cidades do interior, ocupando-se de pequenos comércios ou da agricultura. Como são binacionais, têm supridas as necessidades básicas de moradia,

saúde e instrução pelo estado jordaniano e são apoiados pelas famílias, segundo a tradição local.

Entre os deputados eleitos na última eleição parlamentar, de setembro de 2016, está o nacional brasileiro André Hawari, candidato mais bem votado do primeiro distrito de Amã, que obteve a presidência da comissão de turismo da casa.

POLÍTICA INTERNA JORDANIANA

O chefe de estado é o rei Abdullah II, que ascendeu ao trono em 1999. Sendo um sistema parlamentarista, o governo é chefiado pelo primeiro-ministro Omar Razzaz que, em junho de 2018, substituiu Hani Al-Mulki no cargo, na esteira de protestos populares contra pacote de reformas negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Poder Legislativo é bicameral, composto da Câmara dos Representantes (baixa) e do Senado ("Casa dos Notáveis", Câmara alta), ambas com mandatos de 4 anos. A Câmara dos Representantes conta com 130 membros eleitos por sufrágio universal; o Senado, com 65 membros, todos designados pelo rei. De acordo com a Constituição, a Câmara Alta não pode ter mais da metade da quantidade de membros da Câmara Baixa.

Modernização política. A Jordânia destaca-se pelo quadro de relativa estabilidade política. Desde a Primavera Árabe, em 2011 – que no país evoluiu de movimento contra a carestia para demonstrações pela democratização –, o rei Abdullah II, amparado na estabilidade da monarquia e nas competências de chefe de estado, buscou implementar agenda de reformas.

Na *Carta da Integridade Nacional*, documento de dezembro de 2013, o monarca comprometeu-se com a modernização do país, especialmente com a transparência administrativa, com o combate à corrupção e com o aperfeiçoamento da administração e dos serviços públicos.

No âmbito do processo de reformas, o parlamento logrou aprovar, em 2016, pacote que incluiu a Lei de Partidos Políticos, a Lei de Descentralização, a Lei de Municipalidades, a Lei Eleitoral, a formação de uma comissão eleitoral independente e o estabelecimento de Corte Constitucional. Naquele contexto, reduziu-se o número de assentos na Câmara Baixa de 150 para 130, dos quais 15 reservados a representantes do sexo feminino, nove para cristãos e três destinados a circassianos.

Por outro lado, também em 2016, foi aprovada emenda que conferia ao rei plenos poderes para nomear príncipe-herdeiro, regente, membros e presidente do Senado, membros da Corte Constitucional, presidente do Alto Conselho Jurídico, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e diretores dos Departamentos de Inteligência e de Polícia. Até então, essas indicações necessitavam ser formalmente referendadas pelo primeiro-ministro e por um membro do Gabinete.

Direitos humanos. A Jordânia tem instituições legais e judiciais sensíveis à vigência de direitos humanos universais, e o governo tem demonstrado empenho na melhoria desses padrões. Em agosto de 2017, o parlamento aprovou a revogação do artigo 308 do Código Penal, que previa a extinção de punibilidade do crime de estupro em caso de casamento do perpetrador com a vítima. Castigos corporais não são aplicados no país, e as penas de reclusão são cumpridas em penitenciárias que, em geral, oferecem condições satisfatórias de espaço, alimentação e garantia de direitos. A pena de morte é prevista em poucos casos, e sua aplicação esteve sob "moratória" entre 2006 e 2014 – desde então tendo sido imposta a dezenas de condenados por atos de terrorismo.

Legislação antiterrorismo. Alteração legislativa igualmente relevante foi a aprovação pelo parlamento, em julho de 2017, de emenda ao Código Penal expandindo a definição de terrorismo. O texto define como terroristas quaisquer ameaças e atos intencionais, coletivos ou individuais, ou mesmo a abstenção de ação, independente de seus motivos ou objetivos, que possam colocar em perigo a sociedade e ameaçar a estabilidade ou os recursos naturais do país. O combate ao terrorismo é tema de particular interesse do Reino Hachemita.

POLÍTICA EXTERNA JORDANIANA

A Jordânia representa importante força moderadora no Oriente Médio. A política externa jordaniana é dinâmica, tendo havido várias iniciativas nos últimos anos.

O país foi sede de nove das dezesseis edições do Fórum Econômico Mundial sobre Oriente Médio e Norte da África. A última ocorreu no Mar Morto, de 19 a 21 de maio de 2017, ocasião em que foram divulgados vários projetos para a região, com foco em inovação tecnológica, educação e geração de empregos. A 17^a edição será realizada em 6 e 7 de abril próximo, novamente no Mar Morto – será a 10^a edição na Jordânia.

Entre as iniciativas jordanianas de política externa, destacam-se aquelas relacionadas ao conflito Israel-Palestina, à guerra na Síria e, em contexto mais amplo, ao combate ao terrorismo. O Reino é também ator relevante em outros temas caros ao mundo árabe, além de buscar, recentemente, aumentar sua presença em outros continentes.

Processo de paz Israel-Palestina. A Jordânia é peça-chave no encaminhamento do processo de paz entre Israel e Palestina. O rei Abdullah II tornou-se um dos principais facilitadores entre israelenses e palestinos. A Jordânia faz parte do Quarteto Árabe para a paz, que congrega países árabes de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), encarregado de promover a Iniciativa Árabe de Paz. A Iniciativa, estabelecida pela Cúpula Árabe em Beirute, em 2002, condicionou a normalização das relações entre Israel e os países árabes à retirada israelense de todos os territórios administrados desde 1967, na sequência da Guerra dos Seis Dias; a uma solução justa e acordada para a questão dos refugiados palestinos e ao reconhecimento de um estado palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com Jerusalém Leste como capital.

Por quase duas décadas (1948-1967), a Jordânia ocupou e administrou a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Leste, mesmo período em que a Faixa de Gaza esteve sob ocupação egípcia. Desde a guerra de 1948, no contexto da formação do Estado de Israel, e com o êxodo forçado de mais de 700 mil palestinos, a Jordânia tem sido grande receptora de refugiados palestinos.

Desde que abandonou suas pretensões territoriais sobre a Cisjordânia, em 1988, a Jordânia apoia a solução de dois estados, com base nas fronteiras de 1967. O rei Abdullah II tem reiterado que a solução da questão Palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana.

A Esplanada das Mesquitas, na Cidade Velha de Jerusalém, é administrada por uma entidade muçulmana tutelar administrativa-religiosa, o *Waqf*, na qual o monarca jordaniano desempenha papel central. A custódia dos locais sagrados é um ponto delicado para a Jordânia por razões que ultrapassam a questão simbólica. A Casa Real Hachemita deriva parte de sua legitimidade política de seu milenar papel de guardiã dos sítios sacros muçulmanos em Jerusalém.

A manutenção de relações entre Jordânia e Israel permite ao Reino Hachemita apresentar-se como mediador entre israelenses e palestinos. Em 1994, Jordânia e Israel assinaram o Acordo de Wadi Araba, que reconhece, inclusive, ser a Jordânia responsável pela custódia dos lugares muçulmanos. Trata-se do segundo tratado de paz entre Israel e um vizinho árabe (em 1979, Israel assinara tratado de paz com o Egito).

Guerra na Síria e apoio à Jordânia. A posição geográfica lindeira aos embates compõe a Jordânia a uma posição defensiva em face do conflito na Síria, priorizando a proteção de suas fronteiras, o controle de extremistas domésticos, a administração do contingente de refugiados e a defesa de uma solução política para a crise.

A guerra impôs desafios significativos à Jordânia, que vem buscando superá-los. O posto fronteiriço Nassib-Jaber, entre o Reino e a Síria, fechado, por questões de segurança, no contexto do conflito, foi reaberto em 15/10/2018. A medida, além de ter consequências econômicas para os dois países, deverá favorecer as trocas comerciais entre os países do Levante e do Golfo.

Segurança e combate ao terrorismo. A temática da segurança e do combate ao terrorismo tem sido preocupação constante da Jordânia, que se vê pressionada pelos desafios de administrar prolongados conflitos em suas fronteiras e um substancial contingente de refugiados a serem providos.

No âmbito do combate ao terrorismo, destacam-se os **Encontros de Aqaba**, patrocinados pelo rei Abdullah II. Trata-se de iniciativa concebida pelo monarca com o intuito de aprofundar a cooperação e coordenação dos esforços de contraterrorismo, com base em uma abordagem abrangente, que concebe o extremismo religioso como uma ameaça global, não circunscrita ao contexto médio-oriental. Por essas razões, a iniciativa ressalta a necessidade de troca de inteligência entre os países. Ademais, possibilita à Jordânia demandar aos parceiros internacionais equipamentos e assistência militar, os quais permitam ao país exercer papel estabilizador na região.

América Latina. A Jordânia também se tem aproximado de países latino-americanos, como o Panamá – cooperação cujo foco será, em sua primeira fase, questões de defesa, segurança e inteligência. Em novembro de 2018, foi inaugurada a embaixada do Panamá na Jordânia, conforme anunciado na visita ao Reino do presidente panamenho, Juan Carlos Varela, em março do mesmo ano.

Em setembro de 2018, já havia sido aberta a embaixada residente de Antígua e Barbuda em Amã. Com essas duas novas representações, o número de países com embaixadas residentes na Jordânia chega a 69, e o Grupo Latino-Americano e Caribenho com representantes residentes na capital jordaniana passa a ter seis membros: Antígua e Barbuda, Brasil, Chile, México, Panamá e Venezuela.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia jordaniana é uma das menores do Oriente Médio (US\$43,99 bilhões em 2018, segundo o FMI), carecendo de recursos estratégicos, como água, petróleo e outros recursos naturais. Essa posição torna o Reino Hachemita dependente de importações e de investimentos estrangeiros no país. As contas públicas são historicamente deficitárias e a economia interna apresenta dificuldades em absorver a mão de obra formada no país, o que ocasiona desemprego e emigração de trabalhadores.

O país foi fortemente atingido pela crise de 2008, tendo crescimento do PIB de apenas 2,8% entre 2010 e 2016 (*CIA World Factbook*), o que afetou negativamente suas exportações, assim como o setor de construção civil e o turismo. Segundo o FMI, a economia cresceu 2,3% (PIB real a preços de mercado) em 2017 e 2,3% em 2018.

Projeções do Banco Mundial (de outubro de 2018) indicavam crescimento de 2,5% em 2019 e de 2,7% em 2020.

Apesar do baixo crescimento econômico registrado entre 2010 e 2018, a agência *Standard & Poor's* prevê que as autoridades jordanianas deverão continuar a controlar os balanços fiscais e externos, no período 2017-2020, com a assistência do programa do Fundo Monetário Internacional, dos EUA e do Conselho de Cooperação do Golfo. Ademais, embora as tensões regionais devam seguir como relevante desafio, a reabertura das rotas comerciais com o Iraque poderão incrementar as exportações e, consequentemente, reduzir os encargos financeiros e econômicos.

Em decorrência dessas tensões regionais – particularmente do conflito na Síria –, a economia jordaniana, que convivia com dificuldades, enfrenta influxo de migrantes, o que prejudica ainda mais suas taxas de ocupação e pressiona a oferta de serviços públicos e de moradia. Em agosto de 2016, o FMI estendeu seu plano de ajuda financeira à Jordânia, no intuito de auxiliar em sua estabilização fiscal.

A inflação fechou 2018 em 4,16%, segundo o FMI – tendo a revista *The Economist* apontado Amã como a 29ª cidade mais cara no mundo e a mais cara no Oriente Médio.

Nesse contexto, com vistas a reduzir os efeitos do continuado aumento do custo de vida local, o orçamento público para 2018 incluiu, pela primeira vez, um sistema de transferência direta em dinheiro às famílias de baixa renda (ganhos anuais inferiores a US\$ 17 mil), no total de 171 milhões de dinares jordanianos (cerca de US\$ 240 milhões).

Comércio com o mundo. Dados da OMC apontam para um *deficit* comercial de US\$ 12,57 bilhões em 2018 (dados consolidados mais recentes). As exportações jordanianas de mercadorias naquele ano foram de US\$ 7,75 bilhões, ao passo que as importações foram de US\$ 20,32% bilhões. O comércio exterior jordaniano é concentrado em bens manufaturados. A pauta exportadora concentra-se em tecidos e artigos de vestuário, representando quase 20% das exportações não agrícolas, seguidos de medicamentos, fosfatos e fertilizantes. A pauta importadora é majoritariamente composta por motores para automóveis, petróleo cru, gás natural e petróleo refinado. No comércio de bens agrícolas, destacou-se a exportação de tomates, ovinos e caprinos, e a importação de trigo e malte, seguida por cevada.

Costumam figurar como principais importadores da Jordânia os EUA, a Arábia Saudita, o Iraque, a Índia e Emirados Árabes. Como principais exportadores para o mercado jordaniano, Arábia Saudita, China, EUA, Alemanha e Emirados Árabes Unidos.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

i) Comércio

O Brasil costuma manter *superavits* comerciais com a Jordânia. Em 2018, esse saldo foi de US\$ 255,61 milhões – US\$ 216,08 milhões em 2017, US\$ 178,12 milhões em 2016, US\$ 235,17 milhões em 2015 e US\$ 239,80 milhões em 2014. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2018 o comércio bilateral registrou um total de US\$ 272,21 milhões, dos quais US\$ 263,91 milhões foram exportações brasileiras. Registrhou-se aumento de 18% (US\$ 40,31 milhões) das exportações brasileiras para a Jordânia, em comparação com o ano anterior.

Ainda de acordo com o MDIC, em 2018, os cinco principais produtos brasileiros importados pela Jordânia foram: carnes (US\$ 134,77 milhões, 51,1%); cereais (US\$

47,23 milhões, 17,9% do total); café (US\$ 28,54 milhões, 10,8% do total); pastas de madeira (US\$ 24,00 milhões, 9,1%); tabaco (US\$ 1,42 milhões, 3,9% do total). Os principais produtos jordanianos importados pelo Brasil são adubos (US\$ 4,81 milhões, 58% do total); vestuários de malha (US\$ 2,12 milhões, 25,6% do total); sal e enxofre (US\$ 525,67 mil, 6,3% do total); produtos hortícolas (US\$ 263,06 mil, 3,2% do total). A série histórica evidencia a prevalência de carnes como produtos mais exportados para a Jordânia (cerca de 50%, considerando-se carne de frango e bovina) e de adubos e roupas como produtos mais importados daquele país (em torno de 70%, considerando-se ambos os itens).

Entre as principais origens das importações da Jordânia, o Brasil aparecia, em 2018, em 14º lugar, com 1,7% de participação no total. Entre os destinos das exportações jordanianas, aparecia em 75º lugar, com 0,63% de participação.

Acordo de livre comércio (ALC) Jordânia-MERCOSUL. A Jordânia e o MERCOSUL assinaram acordo-quadro em junho de 2008, o qual prevê negociações para a criação de uma área de livre comércio entre o bloco e aquele país. Foram realizadas quatro rodadas negociadoras, a última em novembro de 2010, para discutir listas de ofertas e textos normativos do acordo. Divergências não permitiram que a negociação avançasse.

A Jordânia tem ALC em vigor CO Canadá, EUA e Singapura, além da União Europeia, da Grande Área Árabe de Livre Comércio (GAFTA) e da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).

ii) Investimentos bilaterais

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimento estrangeiro direto significativo da Jordânia no Brasil e do Brasil na Jordânia. A Jordânia, apesar de não dispor de um fundo soberano, possui capacidade razoável de investimentos no exterior, em particular, no setor farmacêutico e do agronegócio.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|-------------|--|
| 1959 | Abertura da legação do Brasil em Amã |
| 1964 | Legação brasileira em Beirute é elevada à categoria de embaixada e passa a ser cumulativamente responsável por representar o Brasil junto às autoridades jordanianas |
| 1984 | Abertura da embaixada do Brasil em Amã e abertura da embaixada da Jordânia em Brasília |
| 1994 | Chanceler Celso Amorim viaja à Jordânia para assistir à assinatura do Acordo de Paz com Israel |
| 2003 | Visita do chanceler Celso Amorim a Amã |
| 2004 | Encontro bilateral entre o chanceler Celso Amorim e o chanceler jordaniano Marwan Muasher à margem do Fórum Econômico Mundial do Mar Morto |
| 2005 | Visita do príncipe Ali Bin Al-Hussein ao Brasil, representando o rei Abdullah II na I Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA) |
| 2005 | Visita do chanceler Celso Amorim a Amã |
| 2006 | Visita do príncipe Hassan Bin Talal ao Brasil |
| 2008 | Visita do chanceler Celso Amorim a Amã |
| 2008 | Visita do chanceler Salaheddin al Bashir a Brasília |
| 2008 | Visita do rei Abdullah II e da rainha Rania ao Brasil (São Paulo e Brasília) |
| 2009 | Visita do chanceler Celso Amorim a Amã |
| 2010 | Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Jordânia |
| 2012 | Encontro da presidente Dilma Rousseff com o rei Abdullah II, à margem da III Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA), em Lima |
| 2012 | Visita do chanceler Antonio de Aguiar Patriota à Jordânia |
| 2016 | Visita ao Brasil do príncipe Faisal, por ocasião dos Jogos Olímpicos Rio 2016 |
| 2017 | Visita do ministro da Defesa, Raul Jungmann, à Jordânia e encontro com o rei Abdullah II |
| 2018 | Visita à Jordânia do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Visita à Jordânia do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general |

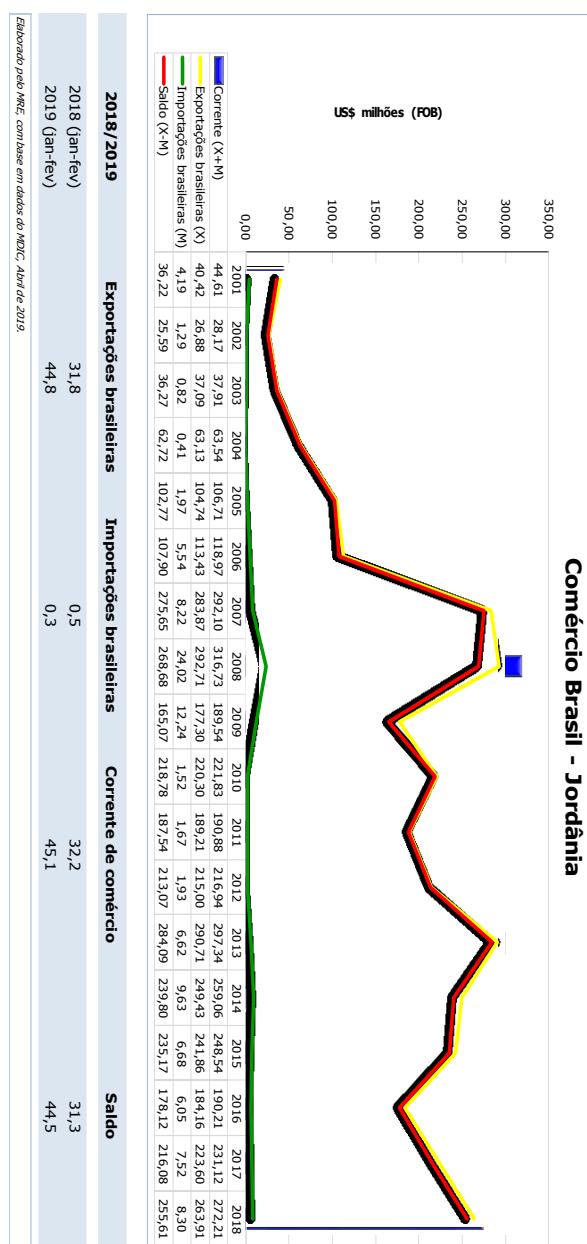
| | |
|--|-------------------|
| | Sérgio Etchegoyen |
|--|-------------------|

ACORDOS EM VIGOR ENTRE BRASIL E JORDÂNIA

| Título do Acordo | Assuntos | Data | Entrada em Vigor | Status da Tramitação |
|---|---|------------|------------------|-------------------------------|
| Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia. | Cooperação Técnica | 04/03/2018 | ----- | Tramitação Congresso Nacional |
| Emenda, por troca de notas, ao Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hashemita da Jordânia | Comércio | 19/10/1998 | ----- | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço | Vistos e Imigração | 17/03/2010 | 03/06/2010 | Em Vigor |
| Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia | Comércio Cooperação Econômica | 23/10/2008 | 23/09/2010 | Em Vigor |
| Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia | Cooperação Artístico-cultural | 23/10/2008 | 11/04/2010 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia na Área da Educação | Cooperação Artístico-cultural Cooperação Educacional e Esportiva | 23/10/2008 | 11/04/2010 | Em Vigor |

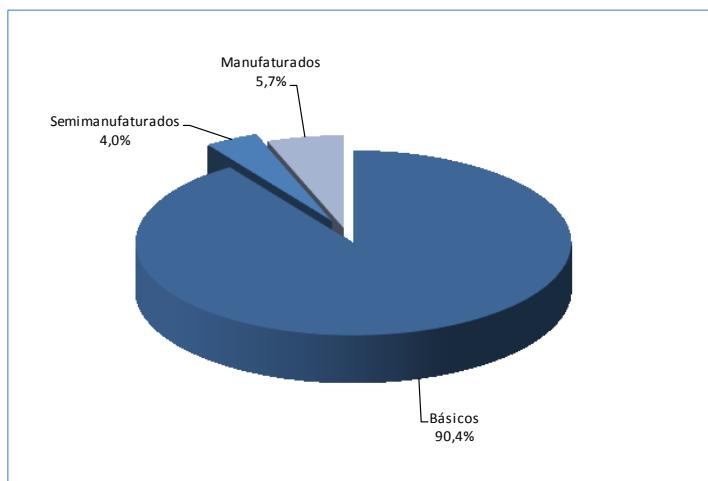
| | | | | |
|---|--|------------|------------|---------------------|
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia para Cooperação no Campo do Turismo | Turismo, Feira e Exposições | 23/10/2008 | 23/10/2008 | Em Vigor |
| Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia | Cooperação Científica e Tecnológica | 23/10/2008 | ----- | Em promulgação/ MRE |
| Acordo sobre Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia | Direito Penal | 23/10/2008 | 17/08/2018 | Em Vigor |
| Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hashemita da Jordânia | Comércio | 15/06/1989 | 11/07/1990 | Em Vigor |
| Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino Haxemita da Jordânia | Transporte Aéreo | 05/11/1975 | 24/05/1976 | Em Vigor |

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

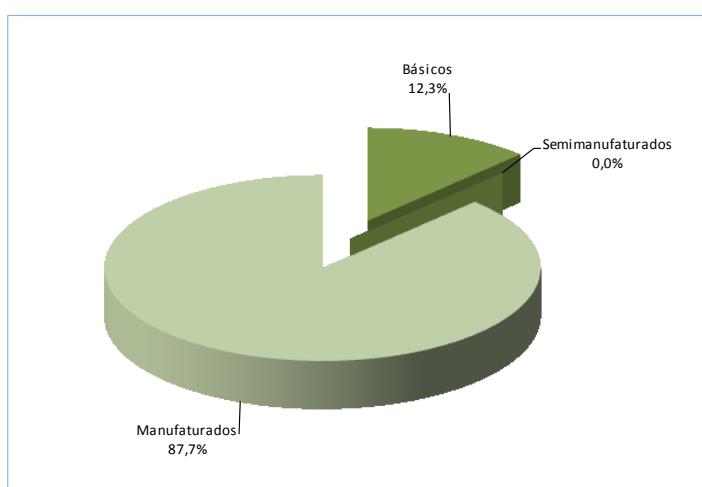


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



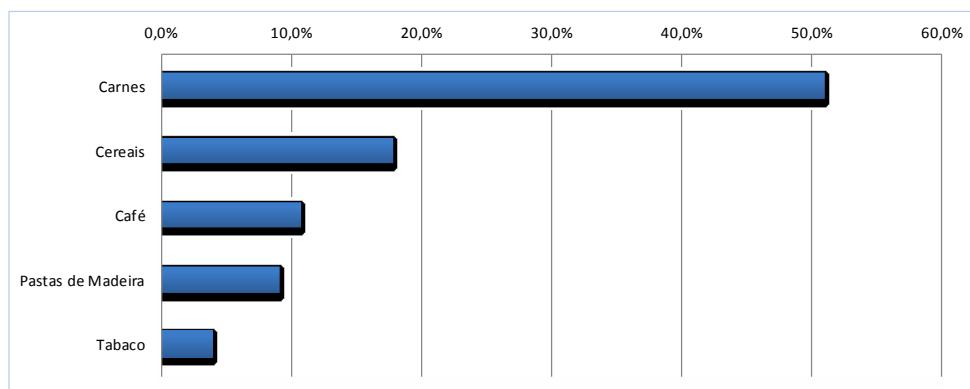
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para s Jordânia
US\$ milhões

| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---------------------------------|---------------|------------------------|---------------|------------------------|---------------|------------------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Carnes | 100,54 | 54,6% | 117,10 | 52,4% | 134,77 | 51,1% |
| Cereais | 8,45 | 4,6% | 24,80 | 11,1% | 47,23 | 17,9% |
| Café | 13,65 | 7,4% | 29,74 | 13,3% | 28,54 | 10,8% |
| Pastas de Madeira | 11,48 | 6,2% | 27,48 | 12,3% | 24,00 | 9,1% |
| Tabaco | 1,42 | 0,8% | 0,40 | 0,2% | 10,39 | 3,9% |
| Subtotal | 135,54 | 73,6% | 199,52 | 89,2% | 244,92 | 92,8% |
| Outros | 48,62 | 26,4% | 24,09 | 10,8% | 18,99 | 7,2% |
| Total | 184,16 | 100,0% | 223,60 | 100,0% | 263,91 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

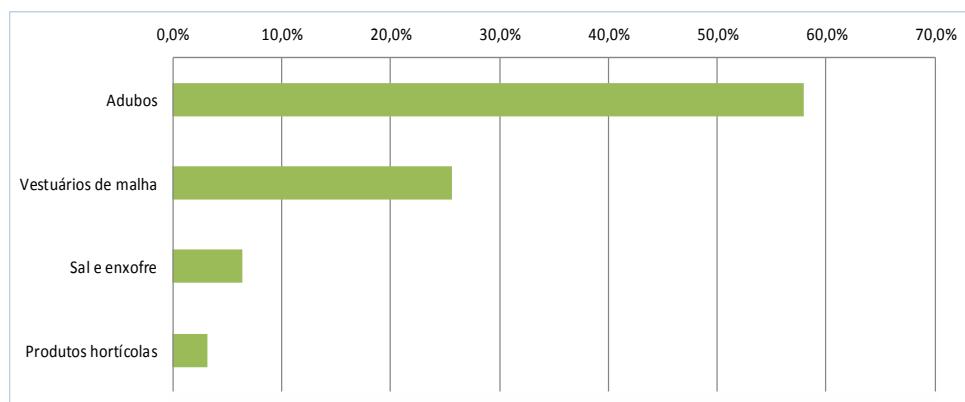


Composição das importações brasileiras originárias do Jordânia
US\$ milhões

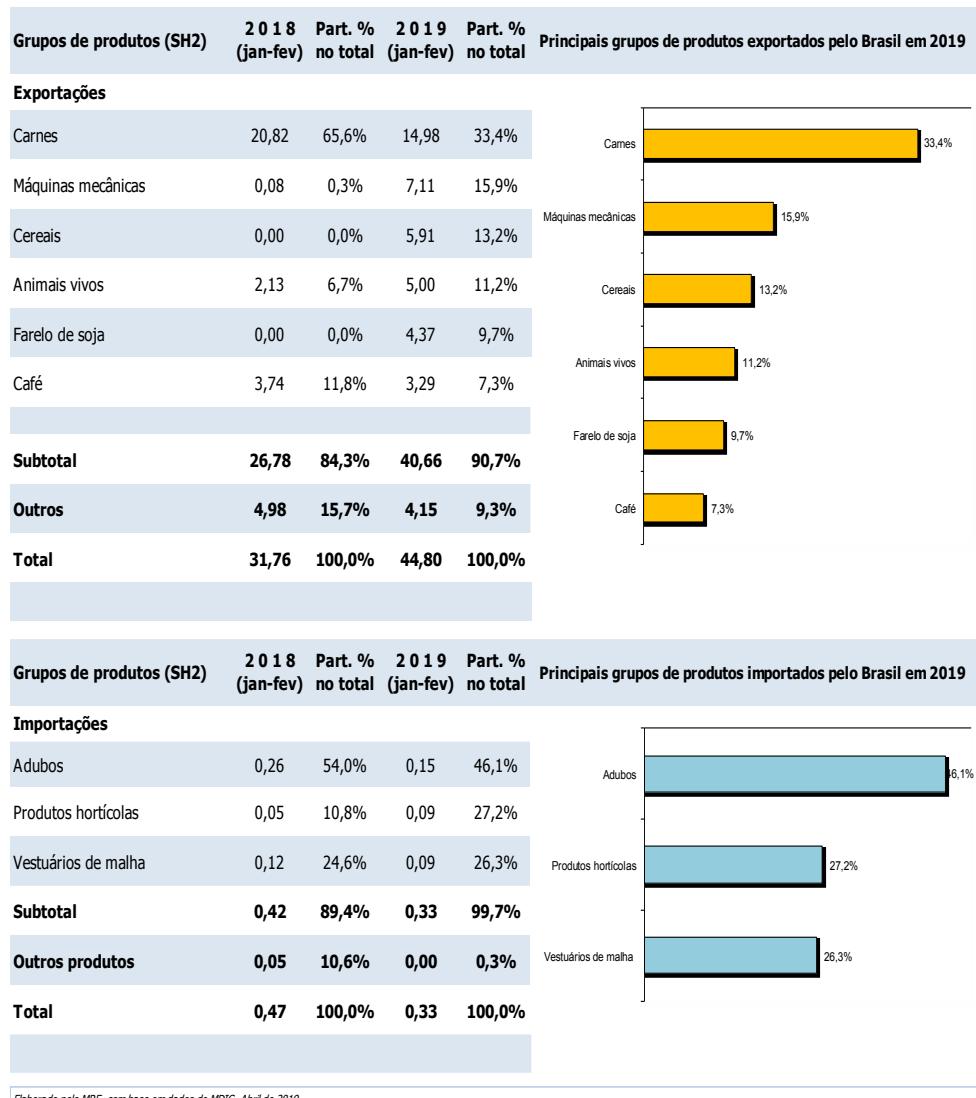
| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|--------------------------|-------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Adubos | 3,67 | 60,8% | 4,99 | 66,3% | 4,81 | 57,9% |
| Vestuários de malha | 1,46 | 24,1% | 1,16 | 15,4% | 2,12 | 25,6% |
| Sal e enxofre | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,53 | 6,3% |
| Produtos hortícolas | 0,08 | 1,3% | 0,34 | 4,5% | 0,26 | 3,2% |
| Subtotal | 5,21 | 86,2% | 6,48 | 86,2% | 7,72 | 93,0% |
| Outros | 0,84 | 13,8% | 1,04 | 13,8% | 0,58 | 7,0% |
| Total | 6,05 | 100,0% | 7,52 | 100,0% | 8,30 | 100,0% |

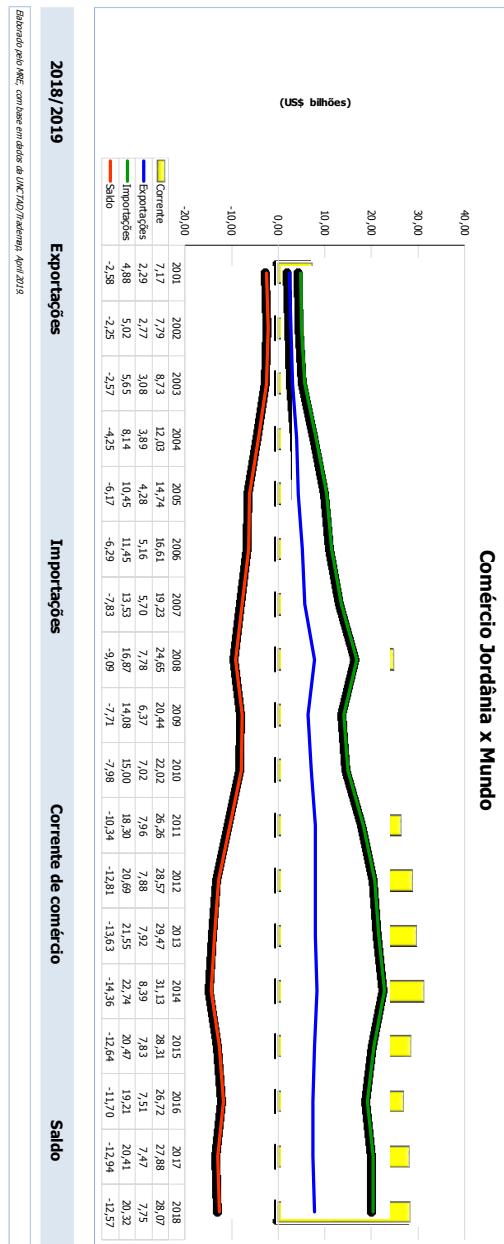
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



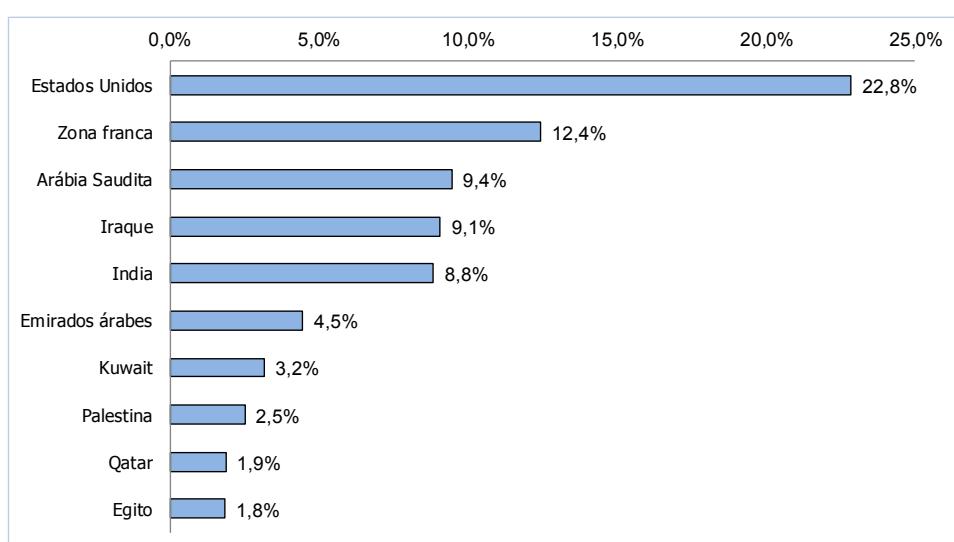


Principais destinos das exportações da Jordânia
US\$ bilhões

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---------------------------|-------------|------------------------|
| Estados Unidos | 1,77 | 22,8% |
| Zona franca | 0,96 | 12,4% |
| Arábia Saudita | 0,73 | 9,4% |
| Iraque | 0,70 | 9,1% |
| India | 0,69 | 8,8% |
| Emirados árabes | 0,35 | 4,5% |
| Kuwait | 0,25 | 3,2% |
| Palestina | 0,19 | 2,5% |
| Qatar | 0,15 | 1,9% |
| Egito | 0,14 | 1,8% |
| ... | | |
| Brasil (75º lugar) | 0,00 | 0,0% |
| Subtotal | 5,93 | 76,5% |
| Outros países | 1,83 | 23,5% |
| Total | 7,75 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais destinos das exportações

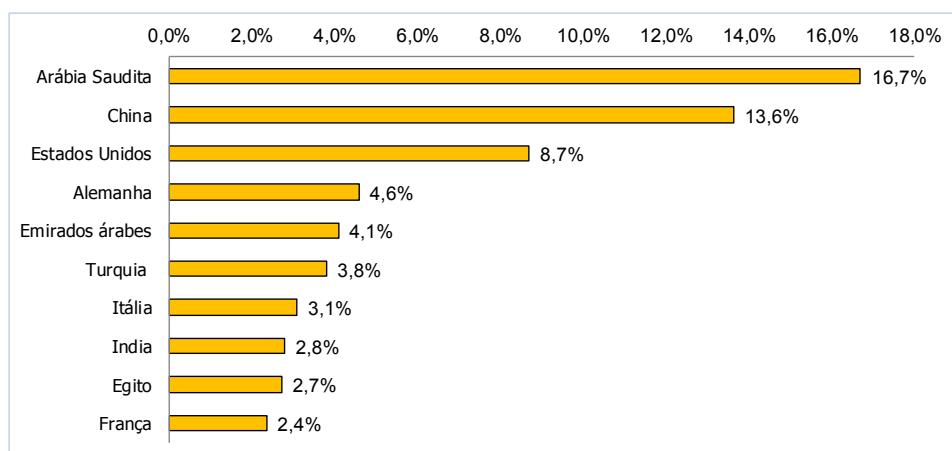


Principais origens das importações da Jordânia
US\$ bilhões

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---------------------------|--------------|------------------------|
| Arábia Saudita | 3,39 | 16,7% |
| China | 2,77 | 13,6% |
| Estados Unidos | 1,77 | 8,7% |
| Alemanha | 0,93 | 4,6% |
| Emirados árabes | 0,83 | 4,1% |
| Turquia | 0,77 | 3,8% |
| Itália | 0,63 | 3,1% |
| India | 0,57 | 2,8% |
| Egito | 0,55 | 2,7% |
| França | 0,48 | 2,4% |
| ... | | |
| Brasil (14º lugar) | 0,35 | 1,7% |
| Subtotal | 13,04 | 64,2% |
| Outros países | 7,28 | 35,8% |
| Total | 20,32 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais origens das importações

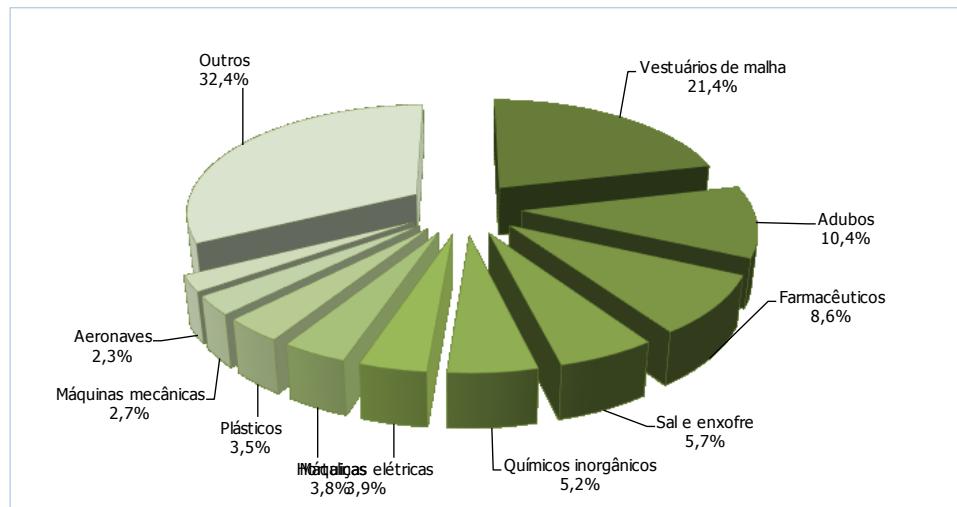


Composição das exportações da Jordânia
US\$ bilhões

| Grupos de Produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|--------------------------|-------------|-----------------|
| Vestuários de malha | 1,66 | 21,4% |
| Adubos | 0,81 | 10,4% |
| Farmacêuticos | 0,67 | 8,6% |
| Sal e enxofre | 0,44 | 5,7% |
| Químicos inorgânicos | 0,40 | 5,2% |
| Máquinas elétricas | 0,30 | 3,9% |
| Hortaliças | 0,30 | 3,8% |
| Plásticos | 0,27 | 3,5% |
| Máquinas mecânicas | 0,21 | 2,7% |
| Aeronaves | 0,18 | 2,3% |
| Subtotal | 5,24 | 67,6% |
| Outros | 2,51 | 32,4% |
| Total | 7,75 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

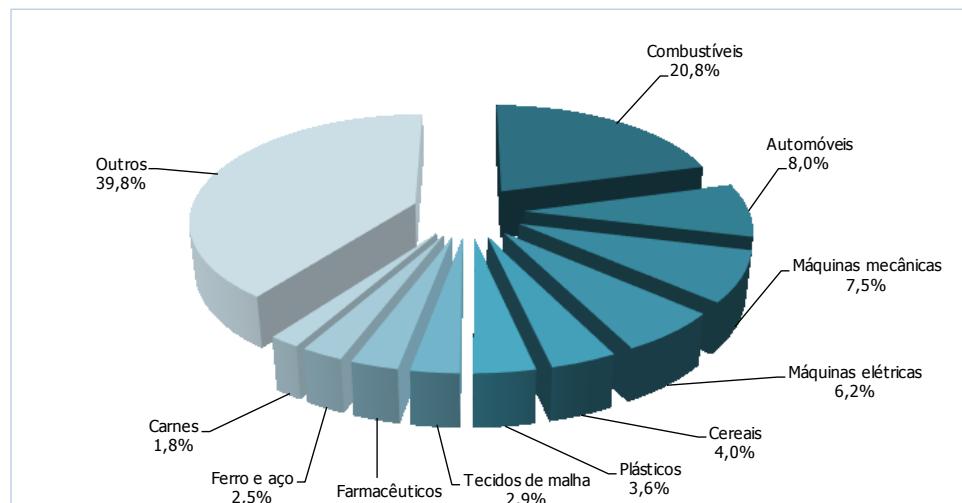


Composição das importações da Jordânia
US\$ bilhões

| Grupos de produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---------------------------------|--------------|------------------------|
| Combustíveis | 4,23 | 20,8% |
| Automóveis | 1,62 | 8,0% |
| Máquinas mecânicas | 1,53 | 7,5% |
| Máquinas elétricas | 1,26 | 6,2% |
| Cereais | 0,80 | 4,0% |
| Plásticos | 0,74 | 3,6% |
| Tecidos de malha | 0,59 | 2,9% |
| Farmacêuticos | 0,58 | 2,9% |
| Ferro e aço | 0,51 | 2,5% |
| Carnes | 0,37 | 1,8% |
| Subtotal | 12,23 | 60,2% |
| Outros | 8,09 | 39,8% |
| Total | 20,32 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos importados



EMBAIXADA DO BRASIL EM AMÃ**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ**

Transmito, a seguir, versão simplificada do relatório de minha gestão à frente da Embaixada em Amã, iniciada em 15 de junho de 2015:

2. Considerado um dos países mais estáveis da região, o Reino Hachemita da Jordânia é uma nação cercada de conflitos de solução muita complexa, como o israelo-palestino, as crises na Síria e no Iraque, a guerra no Iêmen e, mais recentemente, o conflito entre o Catar e os demais membros do Conselho de Cooperação do Golfo. Por ser um oásis na região, a Jordânia viu-se historicamente obrigada a acolher alguns milhões de refugiados que fugiram dos conflitos nos países vizinhos (palestinos, iraquianos, sírios, iemenitas, sudaneses e líbios, dentre outros). Em vista disso, Amã é essencialmente um posto de observação política privilegiado no Oriente Médio.

3. No plano bilateral, busquei concentrar meus esforços na ampliação do diálogo e no fortalecimento da agenda positiva entre os dois países. O relacionamento com as autoridades locais sempre foi atento e cordial, o que reflete o respeito e interesse do governo jordaniano em manter excelentes relações com o nosso país, que eles singularizam como as mais importantes na América Latina. Esse trabalho começou a render frutos com a retomada do intercâmbio de visitas de alto nível, a partir de dezembro de 2017, que atestou o compromisso e a vontade política de ambas as partes em aprofundar a interlocução. A assinatura de acordos bilaterais, o fortalecimento das relações comerciais e as perspectivas para a cooperação nos campos de defesa, segurança e inteligência refletiram uma fase de maior vitalidade e dinamismo das relações Brasil-Jordânia. Cabe registrar que, no corrente ano, são comemorados alguns marcos do relacionamento bilateral: 35 anos da abertura da embaixada brasileira em Amã (01/03); 60 anos do estabelecimento de relações diplomáticas (06/04); e 35 anos da abertura da embaixada jordaniana em Brasília (01/09).

4. É importante notar que a fase de aprofundamento das relações bilaterais, ocorrida entre 2008 e 2011, foi seguida por longo período de relativa estagnação, marcada pela grande dificuldade em implementar os acordos assinados durante as visitas do rei Abdullah II ao Brasil (2008) e do presidente Lula à Jordânia (2010), em particular o memorando de entendimentos no campo da agricultura, com a consequente perda de interesse pela parte jordaniana em diversos assuntos. Dessa maneira, o desafio de minha gestão foi o de procurar retomar o interesse e dar maior substância às relações entre os dois países. Se a Jordânia, tal como constatei nos numerosos contatos com autoridades locais, vê o Brasil como potência emergente, com crescente influência nos assuntos internacionais, avalio que ainda falta a diversos segmentos do lado brasileiro entender e reconhecer a relevância deste país como um mercado em expansão e um *hub* regional de serviços, além de ator central no encaminhamento de questões regionais, como os conflitos israelo-palestino, na Síria e no Iraque.

5. Do lado jordaniano, apesar de persistir o interesse em adensar relações econômicas com o Brasil, notou-se clara perda de terreno de nosso país em relação à Índia, Turquia, China e Coreia do Sul. Estes lograram aumentar sensivelmente sua presença na Jordânia, tanto em termos políticos como econômico-comerciais, por muitas vezes deslocando interesses brasileiros, como,

por exemplo, a substituição do nosso açúcar pelo indiano e de nossos produtos manufaturados por similares turcos.

6. Nos parágrafos seguintes, teço considerações sobre a evolução de diversos temas bilaterais durante minha gestão à frente desta Embaixada.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

7. Em primeiro lugar, destaco as visitas do ministro da Defesa Raul Jungmann, em dezembro de 2017, a primeira de um titular desta Pasta à Jordânia; do chanceler Aloísio Nunes Ferreira, em março de 2018; e do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Sergio Etchegoyen, em agosto de 2018. Na visita do ministro de estado das Relações Exteriores, em março de 2018, foi assinado o Acordo Bilateral de Cooperação, que ainda aguarda ratificação, e iniciada a negociação de outros instrumentos, como o acordo no campo da defesa, de cooperação em matéria civil, de extradição e de transferência de pessoas condenadas.

8. Outras visitas dignas de nota foram as do presidente do Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), Beto Vasconcellos (outubro de 2016); do então subsecretário para África e Oriente Médio do Itamaraty, embaixador Fernando Abreu (outubro de 2016), quando finalmente foi realizada a primeira reunião do mecanismo de consultas políticas criado em 2010; e de delegação inter-ministerial organizada pela Presidência da República para conhecer a experiência jordaniana no acolhimento de refugiados sírios (dezembro de 2017). Infelizmente, a situação jordaniana, envolta nas diversas crises regionais, não permitiu a concretização de visitas oficiais de alto nível nesse período. Além das visitas dos presidentes dos Comitês Olímpico (príncipe Faisal bin Hussein) e Paralímpico (príncipe Raed bin Zeid) da Jordânia, ocorridas no âmbito dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, a única autoridade que conseguiu visitar o Brasil no período foi o deputado André Hawari, nascido no Brasil e presidente da Comissão de Turismo da Câmara Baixa, que esteve em nosso país para promover a Jordânia como destino turístico em maio de 2017.

ASSUNTOS MULTILATERAIS

9. No plano multilateral, o governo local reagiu favoravelmente à quase totalidade das gestões realizadas e às propostas de troca de votos. Vale ressaltar, igualmente, o constante diálogo com a Chancelaria, tanto bilateral, como em gestões conjuntas do G-4, sobre a questão da reforma da ONU e, em particular, do Conselho de Segurança. Repetidamente, a chancelaria jordaniana indicou que seu apoio aos pleitos brasileiros se dava em razão pelo apreço deste país às tradicionais posições brasileiras relacionadas à causa palestina.

PROMOÇÃO COMERCIAL

10. A promoção comercial sempre foi uma de minhas prioridades à frente do Posto e sua ampliação foi facilitada pelo fortalecimento do Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada. Durante minha gestão, o comércio bilateral Brasil-Jordânia manteve sua tendência histórica de ser bastante favorável ao Brasil. Nos últimos quatro anos, as exportações brasileiras para este país atingiram seu ápice em 2018, quando foram registradas vendas de US\$ 263,6 milhões, sustentadas por pesadas aquisições de carne de aves e bovina. Tratou-se do segundo melhor resultado desde 2008, quando foram concluídas as entregas das quatro aeronaves Embraer adquiridas pela Royal Jordanian. No período 2015-2018, o valor total exportado para a Jordânia foi de US\$ 913,7 milhões, o que dá uma média anual de US\$ 228,4 milhões, ao passo

que as importações brasileiras deste país alcançaram US\$ 28,54 milhões no período, com uma média anual de US\$ 7,14 milhões. Estatísticas preliminares do ano corrente (US\$ 69,28 milhões até março) indicam que as exportações em 2019 poderão voltar a ficar acima da média anual registrada entre 2015-2018, possivelmente regressando aos níveis recorde de 2008 e 2013. Apesar disso, considero o valor do intercâmbio bilateral ainda inferior ao potencial de comércio entre os dois países, tendo-se em conta as especificidades das duas economias.

11. Nesses quatro anos, os principais produtos brasileiros importados pela Jordânia foram carnes de aves (cerca de US\$ 280 milhões) e bovina (quase US\$ 210 milhões), equivalentes em média à metade do valor exportado. O restante da pauta foi bastante concentrada em produtos primários, com os seguintes itens alcançando valores significativos no período: milho (US\$ 105 milhões), café (US\$ 87 milhões), gado vivo (US\$ 73 milhões). O restante da pauta é bastante diversificada entre semi-manufaturados e manufaturados. Observo, por oportuno, que as estatísticas não registram os produtos que entram na Jordânia por terceiros mercados, como os Emirados Árabes Unidos.

12. O Posto identificou com base em prioridades definidas pelo governo jordaniano e no fato de o Brasil reunir condições suficientes de competir em cada um dos segmentos acima relacionados, os seguintes setores com grande potencial para as exportações brasileiras de manufaturados para este país: máquinas e implementos agrícolas; produtos de defesa e emprego militar; material de transporte; equipamentos eletromédicos e hospitalares; pisos e revestimentos cerâmicos; cosméticos e calçados.

13. Nessa linha, a Embaixada procurou coordenar-se com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e com as câmaras de comércio e indústria locais no apoio a eventos por elas organizadas, em particular o Fórum Empresarial Árabe-Brasileiro, realizado em São Paulo em 2018, bem como a edição que será realizada no início de maio próximo. A CCAB realizou numerosas visitas à Jordânia e estimulou a participação de empresários locais em feiras brasileiras como a APAS. Há interesse do empresariado local na criação de um Conselho Empresarial Brasil-Jordânia, o que poderá ser anunciado durante evento a ser organizados em conjunto com a CCAB e as câmaras locais em fins de setembro próximo.

14. No que se refere aos investimentos, ressalto o papel da Embaixada na prospecção de potenciais investidores jordanianos nos setores farmacêutico, de cosméticos, de equipamentos de irrigação, e de serviços legais e de tradução. A HIKMA, a maior empresa farmacêutica local, com filiais nos EUA, Reino Unido, Portugal e Cazaquistão, vem buscando realizar aquisições no setor de genéricos no Brasil. A *startup* de cosméticos Skin-Nu e a TAG-ORG, um dos maiores escritórios de patentes do mundo, já anunciaram a abertura de operações em nosso país. Da mesma maneira, o governo local pretende atrair investidores brasileiros para investirem na produção local de manufaturados e semi-manufaturados em suas zonas francas, tendo como objetivo principal atingir os mercados europeu e da região do Oriente Médio e Norte da África, nos quais a Jordânia possui acesso preferencial, livre de tarifas e quotas.

15. O Brasil apresentou à Jordânia, em dezembro de 2015, a sua proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Em outubro de 2016, o texto deveria ter sido rubricado, mas houve demora da análise jurídica pelo governo local. Em novembro de 2017, a Jordânia informou não ser possível aceitar o mecanismo de solução de controvérsias Estado-Estado e contrapropôs o formato investidor-Estado, incompatível com o modelo brasileiro de acordo sobre a matéria, constituindo uma das linhas vermelhas de negociação para o Brasil. Infelizmente, as negociações foram suspensas. Espera-se que, na medida em que esse tipo de

acordo é aceito por outras nações árabes, a Jordânia possa reavaliar a sua posição e finalmente assinar o ACFI. Há, entretanto, grande interesse jordaniano na conclusão das negociações do Acordo de Livre Comércio com o Mercosul, que se encontram paradas desde novembro de 2010.

16. A Embaixada esteve, igualmente, atenta na manutenção da abertura do mercado local às importações brasileiras. Duas intervenções foram dignas de nota. A primeira, no primeiro semestre de 2016, que permitiu a retomada tempestiva da importação de bovinos vivos do Brasil, na sequência da suspensão temporária de suas compras devido à doença da língua azul ("blue tongue"). A segunda, para tranquilizar o governo local durante a crise gerada pela "Operação Carne Fraca" da Polícia Federal. Após intensas gestões do posto e do contato com os principais importadores de carne brasileira, o governo local adotou posição firme e, em nenhum momento, considerou suspender a importação dos produtos cárneos brasileiros. Em vista desta posição positiva, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) acolheu, em abril de 2018, missão técnica da "Jordan Food and Drug Administration", para conhecer os laboratórios e as boas práticas sanitárias adotadas pelo governo brasileiro em relação às carnes exportadas.

17. Ademais, cabe registrar o interesse antigo da Jordânia pelos aviões da Embraer. Hoje, três aeronaves EMB-190 e duas 175 operam neste país, adquiridas pela Royal Jordanian (quatro aviões) e pela Arab Wings. A RJ encontra-se agora em processo de renovação de sua frota e a EMBRAER está, mais uma vez, bem posicionada para atender à demanda daquela companhia aérea. Igualmente promissor, no momento, é o mercado de defesa, com a possibilidade de fornecimento de uma aeronave para transporte de autoridades (Lineage 1000) para a Força Aérea jordaniana, assim como, no futuro, o fornecimento do avião de transporte KC-390, para substituir a ultrapassada frota de Hércules C-130 deste país.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

18. O rei Abdullah II sempre indicou grande interesse em cooperar com o Brasil no campo da agricultura. Há especial interesse em intensificar a cooperação técnica e científica no setor agrícola, com ênfase na agricultura do semi-árido, no melhoramento de sementes e no aumento da produção de leite de origem caprina. As autoridades locais desejam pôr em prática o memorando de entendimento de cooperação bilateral em agricultura assinado em 2008. A implementação desses projetos de cooperação bilateral aguardam a ratificação do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em março de 2018, que permitiria a alocação de recursos financeiros para esses fins.

19. Desde setembro de 2013, o Brasil é membro observador do laboratório "Synchrotron-Light for Experimental Science and Applications in the Middle East" (SESAME), consórcio científico, sob a égide da UNESCO, que envolve Israel, Turquia e Irã. A unidade na Jordânia foi inaugurada em maio de 2017. A Embaixada vem buscando a retomada dos contatos entre as equipes do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) e da unidade do SESAME Jordânia. Há, ainda, bom potencial de cooperação na área de energia renovável, em especial de biocombustíveis. O principal parceiro para a cooperação científica é a Jordan University of Science and Technology, a melhor instituição de pesquisa jordaniana e uma das melhores no mundo árabe e islâmico em 2018.

DEFESA E SEGURANÇA

20. Os temas de defesa e segurança são prioritários para o governo jordaniano. É visível a importância que este país atribui à cooperação militar, de segurança e de inteligência, assim

como o tratamento diferenciado conferido às embaixadas dos países com os quais desenvolve atividades e projetos de cooperação nessas áreas. Ainda não há instrumento jurídico bilateral sobre cooperação em defesa e segurança. Em outubro de 2017, o Diretor de Planejamento Estratégico das Forças Armadas da Jordânia (JAF, em sua sigla em inglês) mostrou-se receptivo à possibilidade de negociação de memorando de entendimento com o Brasil. Em agosto de 2018 foi encaminhada minuta de acordo de cooperação no campo da defesa e, em fevereiro passado, foi recebida a contraproposta brasileira, que ainda não contou com reação do governo local.

21. Aguarda-se o anúncio da indicação de adido militar não residente, essencial para fortalecer os canais de comunicação na área de defesa e segurança entre os dois países. O Ministério da Defesa já teria definido que pretende acreditar o futuro adido militar em Abu Dhabi junto ao governo jordaniano.

22. O chefe de Estado-Maior Conjunto das JAF, general Mahmoud Frihat, manifestou interesse em que o Brasil participe dos exercícios militares conjuntos "Eager Lion, organizados, desde 2011, pelas forças armadas deste país e dos EUA. Sua nona edição ocorrerá em maio próximo e dela participarão militares da OTAN e de nações amigas convidadas. A importância de formalização da cooperação na área de defesa, a criação de adidância militar não residente e a participação em exercícios militares foram tratados, tanto durante a visita à Jordânia do ministro da Defesa, Raul Jungmann, em dezembro de 2017, como do ministro-chefe do GSI, general Sergio Etchegoyen, em agosto de 2018. Desde essa visita, iniciou-se um processo de intercâmbio de oficiais para treinamento em contraterrorismo (quatro militares e um policial federal), assim como na área médico-militar (um oficial jordaniano).

23. Desde outubro de 2017, a embaixada conta com adidância civil. A cooperação no campo da inteligência, muito prezada pelo governo local, foi reforçada com a participação de delegação brasileira, chefiada pelo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), na 5ª reunião de alto nível do Processo de Ácaba, em dezembro de 2017. O evento contou com o envolvimento direto do rei da Jordânia. Tratou da ação de grupos terroristas na África Ocidental e Central, como o Boko Haram e o Al-Qaeda, no Magreb. O Brasil foi convidado para participar como observador. Seguramente, interessa ao Brasil o acompanhamento da evolução do Processo de Ácaba, plataforma para aprofundamento da cooperação e coordenação dos esforços de contraterrorismo, com base em abordagem que concebe o extremismo religioso como ameaça global, não circunscrita apenas ao contexto médio-oriental.

24. Contatos entre a Polícia Federal e o "Mukhabarat" (Departamento Geral de Inteligência) indicam a possibilidade de estreitamento da cooperação entre esses dois órgãos de segurança. Nos próximos meses, monitores da GID deverão deslocar-se ao Brasil para ministrar cursos para a ABIN e a Polícia Federal.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E ASSUNTOS CULTURAIS

25. O aproveitamento de vagas por estudantes jordanianos no Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) sempre esbarra na barreira da língua. Por isso, a embaixada vem procurando estimular institutos de línguas, como o Berlitz e o Centro Latino-Americano de Amã, a oferecerem cursos de língua portuguesa. Há interesse do governo local em aproximar os dois institutos de formação de diplomatas, com a aceitação de aluno regular jordaniano pelo Instituto Rio Branco e, eventualmente, a realização de curso de treinamento em língua árabe no "Jordan Institute of Diplomacy".

26. No marco da cooperação cultural, vale destacar a realização de mostras anuais de cinema brasileiro, com o apoio do Departamento Cultural do Itamaraty e de parceiros locais como a Royal Film Commission, a Fundação Shouman e o Instituto Cervantes. Também digna de nota foi a realização da Semana Gastronômica Brasileira no Hotel Hyatt Amã, no marco da divulgação dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016. O evento atraiu excelente público e contou com apresentações de banda brasileira (Grupo Raiz). O posto também procurou apoiar o desenvolvimento da capoeira neste país, seja com a participação desses grupos nos bazares diplomáticos anuais, como nos bazares da comunidade brasileira, além de atividades nos campos de refugiados sírios mantidos pelo ACNUR. Programação cultural especial está sendo elaborada para 2019, para celebrar os 60 anos do relacionamento bilateral, com a realização de nova semana gastronômica; exibição de arte contemporânea brasileira na Galeria Nacional da Jordânia; exposição fotográfica sobre as viagens de Dom Pedro II ao Oriente Próximo, no Museu da Jordânia; e concerto de música clássica brasileira, no Odeon Romano de Amã, com a Orquestra da Jordânia sendo regida por maestrina brasileira.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSULARES

27. Sob minha gestão, o Setor Consular verificou um aumento da demanda por serviços consulares, particularmente em função dos refugiados sírios e do incremento do turismo brasileiro na Jordânia, que cresceu mais de 300% no período de 2015 (2.500 indivíduos) a 2018 (mais de 11.000 pessoas). A comunidade brasileira vivendo neste país permaneceu estável, por volta de 1.800 nacionais registrados no Consulado e com estimativa de serem efetivamente mais de 2.500 pessoas. O prazo médio de prestação de todos os serviços, inclusive vistos e passaportes, foi reduzido de cinco para três dias úteis, graças à contratação de uma segunda intérprete para o Consulado, a partir de fins de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

28. A Jordânia é, sem dúvida, um parceiro importante para a projeção do Brasil no Oriente Médio. O país desempenha papel regional de destaque na busca de soluções políticas para os conflitos regionais, assim como em temas globais como o combate ao terrorismo e no acolhimento de refugiados. Acredito que os esforços empreendidos durante a minha gestão ajudaram a aproximar os dois países e avalio que as complementariedades em diversos segmentos devem continuar a ser exploradas e aprofundadas, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos, cooperação técnica e intercâmbio cultural nas quais terceiros países têm atuado de forma incisiva (como os EUA, os países da União Europeia China, Índia e Turquia). Para tanto, será fundamental intensificar o intercâmbio político e das visitas bilaterais, em especial na área de defesa e segurança, assim como retomar a cooperação na área cultural.

1^a PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

2



SF19376.63167-60

PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 22, de 2019 (Mensagem nº 142, de 22 de abril de 2019, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

RELATOR: Senador **MARCOS DO VAL**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O indicado é filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota e nasceu em 27 de abril de 1954, no Rio de Janeiro – RJ. É bacharel em Filosofia pela Universidade de Genebra (1975).

O diplomata apontado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1979, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Também no Instituto, concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1997. Na oportunidade, defendeu tese com o seguinte título: “O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva”. Ascendeu a Conselheiro em 1993; a Ministro de Segunda Classe em 1998; e a Ministro de Primeira Classe em 2003. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor da Subsecretaria-Geral de Política Exterior (1990/92); Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático (2003/04); Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (2004/05); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Política (2005/07); Secretário-Geral da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2009/11); e Ministro de Estado das Relações Exteriores (2011/13).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (1994/99); Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra (1999/2003); Embaixador em Washington (2007/09); Embaixador na Missão junto às Nações Unidas (2013/16); e, desde 2016, Embaixador em Roma.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Árabe do Egito e o Estado da Eritreia. Em relação a esses países, cabe manifestar a superlativa importância de que se revestem, tanto pelas relações tradicionais com o Egito quanto pelas possibilidades de expansão dos vínculos com a Eritreia.



Nesse sentido, o Itamaraty enviou amplo relatório sobre os dois países, incluindo as relações bilaterais com cada um deles. Desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

O Egito, país de grande importância geopolítica e significativa influência política e cultural no mundo árabe, é interlocutor tradicional do Brasil. Cuida-se da terceira maior economia da África e, também, da terceira maior entre os países árabes. O relacionamento bilateral, que foi estabelecido em 1924, ganhou densidade ao longo do Século 20, com os dois países em posição convergente em diversos foros multilaterais, com destaque para o Movimento dos Países Não Alinhados, no qual a República Árabe sempre atuou com superlativo protagonismo.

As relações econômicas têm, por igual, crescido. O Egito é o principal destino das exportações brasileiras para a África, bem como comprador preponderante de produtos brasileiros no mundo árabe. O país é o terceiro maior consumidor de carne bovina brasileira no mundo. Nossa pauta de exportações, que se concentra em produtos primários (açúcar, carnes, milho e minério de ferro), tem potencial de diversificação com a entrada em vigor do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito (2017). Importamos dos egípcios fundamentalmente superfosfatos, ureia e produtos hortícolas.

Importante assinalar que, em razão das transformações políticas pelas quais o Egito vem passando nos últimos anos, o embaixador do Brasil no Cairo terá campo fértil em termos de informações que permitirão ao Estado brasileiro ampliar o conhecimento sobre esse país e sobre o próprio mundo árabe. Nesse sentido, é oportuno recordar que, para além do peso econômico e populacional na região, o Egito tem importante protagonismo nos processos de concertação e integração regionais. Nessa perspectiva, vale lembrar que o país é sede da Liga dos Estados Árabes e exerce, neste ano, a presidência da União Africana.

Sobre a comunidade de brasileiros em solo egípcio, ela é estimada em 615 pessoas. Esse grupo de nacionais está sob a jurisdição consular da Embaixada no Cairo.



No que concerne à Eritréia, as relações com o Brasil “ainda são incipientes”, de acordo com o relatório do Itamaraty. O Governo brasileiro, todavia, mostra-se atento à atuação da Eritréia nas desinteligências envolvendo os vizinhos Etiópia e Djibuti. As relações comerciais com o país, que é um dos mais pobres do mundo, são diminutas. Por fim, não há registros de brasileiros residindo em território eritreu.

Diante do exposto, creio que os membros desta Comissão já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

|||||
SF19376.63167-60



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2019

(nº 142/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 142

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

Os méritos do Senhor Antonio de Aguiar Patriota que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de abril de 2019.

EM nº 00083/2019 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e currículum vitae de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

0001.002100/2019-89

OFÍCIO Nº 87/2019/CC/PR

Brasília, 22 de abril de 2019.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
 CPF.: 091.856.151-53
 ID.: 7533 MRE

1954 Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, nasce em 27 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1975 Filosofia pela Universidade de Genebra
- 1978 CPCD - IRBr
- 1982 CAD - IRBr
- 1997 CAE, IRBr, O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva

Cargos:

- 1979 Terceiro-Secretário
- 1981 Segundo-Secretário, por merecimento
- 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
- 1993 Conselheiro, por merecimento
- 1998 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
- 2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1979-83 Divisão das Nações Unidas, Assistente
- 1983-86 Delegação Permanente em Genebra, Segundo-Secretário
- 1986-88 Embaixada em Pequim, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado
- 1988-90 Embaixada em Caracas, Primeiro-Secretário
- 1990-92 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
- 1992-94 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
- 1994-99 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
- 1999-2003 Missão Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
- 2003-04 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
- 2004-05 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete
- 2005-07 Subsecretaria-Geral Política, Subsecretário-Geral
- 2007-09 Embaixada em Washington, Embaixador
- 2009-11 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
- 2011-13 Ministro de Estado das Relações Exteriores
- 2013-2016 Missão junto às Nações Unidas, Nova York
- 2016 Embaixada do Brasil em Roma, Embaixador

Publicações:

- 1998 O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva, Editado pela FUNAG, Brasília
- 2013 Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas. Editado pela FUNAG, Brasília,

Condecorações:

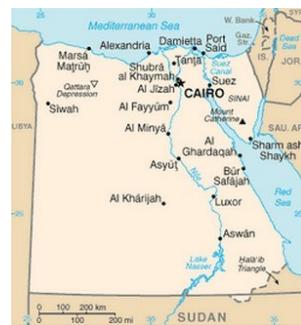
- 1979 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Vermeil

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EGITO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Abril de 2019

DADOS BÁSICOS SOBRE O EGITO

| | |
|----------------------|--|
| NOME OFICIAL: | República Árabe do Egito |
| Página 6 de 69 | Parte integrante do Avulso da MSF nº 22 de 2019. |

| | |
|--|---|
| GENTÍLICO: | egípcio, egípcia |
| CAPITAL: | Cairo |
| ÁREA: | 1 001 450 km ² |
| POPULAÇÃO: | 97 milhões (CIA, 2017) |
| LÍNGUA OFICIAL: | árabe |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Islamismo (90%); cristianismo (10%) |
| SISTEMA DE GOVERNO: | República semi-presidencialista |
| PODER LEGISLATIVO: | Câmara dos Representantes (Majlis Al-Nowaab); Parlamento unicameral, composto por 596 membros eleitos para mandatos de 5 anos |
| CHEFE DE ESTADO: | Presidente Abdel Fattah Al-Sisi (desde 8 de junho de 2014) |
| CHEFE DE GOVERNO: | Primeiro-Ministro Mostafa Madbouly (desde 14 de junho de 2018) |
| CHANCELER: | Sameh Hassan Shoukry Selim (desde 17 de junho de 2014) |
| PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018): | US\$ 249,5 bilhões (2018, FMI) |
| PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018): | US\$ 1,3 trilhão (2018, FMI) |
| PIB PER CAPITA (2018) | US\$ 2 570 (2018, FMI) |
| PIB PPP PER CAPITA (2018) | US\$ 13 370 (2018, FMI) |
| VARIAÇÃO DO PIB | 5,3% (2018); 4,2% (2017); 4,3% (2016) |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016) | 0,696 (115 ^a posição entre 189 países) |
| EXPECTATIVA DE VIDA (2016): | 73 anos |
| ALFABETIZAÇÃO (2017): | 75,1% |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017): | 12% (Fonte: CIA) |
| UNIDADE MONETÁRIA: | libra egípcia |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA: | Alaa Eldin Wagih Mohamed Roushdy |
| BRASILEIROS NO PAÍS: | Há registro de 615 brasileiros residentes no Egito e na Eritreia |

| INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-EGITO (fonte: MDIC) - FOB US\$ bilhões | | | | | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil → Egito | 1999 | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2018 |
| Intercâmbio | 0,30 | 0,47 | 0,50 | 0,90 | 1,29 | 1,53 | 2,97 | 2,48 | 2,16 | 2,57 | 2,40 |
| Exportações | 0,29 | 0,42 | 0,46 | 0,87 | 1,24 | 1,44 | 2,62 | 2,20 | 2,06 | 2,42 | 2,13 |
| Importações | 0,01 | 0,05 | 0,03 | 0,03 | 0,05 | 0,09 | 0,34 | 0,28 | 0,11 | 0,16 | 0,27 |
| Saldo | 0,28 | 0,38 | 0,43 | 0,84 | 1,18 | 1,36 | 2,28 | 1,93 | 1,95 | 2,26 | 1,86 |

APRESENTAÇÃO

O Egito ocupa lugar central no mundo árabe, sendo, ao mesmo tempo, um país do norte da África, com fronteiras terrestres com a Líbia e com o Sudão, e a porta de entrada para o Oriente Médio, na região do Sinai. O Golfo de Aqaba banha, além do Egito, a Jordânia e a Arábia Saudita e esta última compartilha com o Egito a parte norte do Mar Vermelho. O país constitui, ainda, por meio do Canal de Suez, o ponto de passagem entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo e, por extensão, entre o Oceano Índico e o Atlântico. Sua população, atualmente estimada em mais de 90 milhões, é, de longe, a maior do mundo árabe (a segunda maior, a da Argélia, é estimada em menos de metade desse total) e a terceira maior do continente africano, atrás da Nigéria e da Etiópia. Sua economia é, também, a terceira maior do mundo árabe, depois da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, e do continente africano, atrás da Nigéria e da África do Sul.

Palco de uma das histórias mais longas do mundo, o Egito fez parte, durante os primeiros séculos da era moderna, do Império Otomano, cuja capital localizava-se em Istambul, na Turquia. Entre o final do Século XIX e o início do século XX, com o colapso otomano, o país passou gradativamente para a esfera da expansão colonial europeia e o protetorado britânico foi oficialmente declarado em 1914. A extinção formal do protetorado, em 1922, não foi acompanhada por redução correspondente da presença do Reino Unido, que chegou a utilizar o Egito como base de operações aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. O crescente sentimento independentista e antibritânico culminou com a Revolução Egípcia de 1952 (ou Revolução de 23 de Julho), tendo a independência sido formalmente declarada em 1953.

O Egito, além do peso econômico e populacional na região, vem tendo protagonismo nos processos de concertação e integração regionais, ao sediar a Liga dos Estados Árabes e exercer, em 2019, a presidência da União Africana. Constitui, ainda, importante difusor cultural no mundo árabe, por meio de sua literatura, cinema, televisão e música, consumidos e apreciados em toda a região.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDEL FATAH AL-SISI **Presidente da República**



Nasceu no Cairo, em 1954. Militar de carreira, entrou para os quadros de infantaria, em 1977, depois de graduar-se na Academia Militar Egípcia. Comandou uma divisão mecanizada; foi chefe de Segurança e Informação na Secretaria Geral do Ministério da Defesa; comandante da Zona Militar do Norte; chefe da Inteligência e Reconhecimento Militar. Em 2012, foi promovido a general e nomeado Chefe das Forças Armadas e ministro da Defesa e Produção Militar pelo então presidente Mohamed Mursi. Entre junho e julho de 2013, foi figura importante nos eventos que levaram à destituição do então chefe de estado egípcio. Tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, durante a presidência interina de Adly Mansour. Foi eleito, em maio de 2014, presidente do Egito, tendo sido reeleito para o cargo em abril de 2018.

MOSTAFA MADBOULY **Primeiro-ministro**



Nasceu em 1966. Graduou-se em Engenharia pela Universidade do Cairo, com mestrado e doutorado na mesma área. Entre 2009 e 2011, foi presidente da Autoridade Geral para Planejamento Urbano, do Ministério da

Habitação e Urbanismo egípcio. Posteriormente, atuou como diretor regional dos países árabes junto à ONU-Habitat até 2014, quando foi nomeado ministro da Habitação e Urbanismo. À frente da pasta, destacou-se pela execução do projeto “um milhão de casas”, com foco na ampliação do acesso a moradia para a população de baixa renda. Em novembro de 2017, tornou-se primeiro-ministro interino, em decorrência do afastamento do ex-primeiro-ministro Ismail Sherif por motivos de saúde. Em junho de 2018, foi efetivado como primeiro-ministro egípcio.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Egito, estabelecidas em 1924, consolidaram-se a partir da proclamação da República egípcia, em 1953. A influência exercida pelo Egito no mundo árabe, onde ocupa posição geográfica central e possui a população mais numerosa, bem como a histórica liderança que o Egito exerceu entre as nações em desenvolvimento, constituíram fatores de aproximação entre os dois países. A visita do então presidente Lula ao Egito, em dezembro de 2003, a primeira de um chefe de estado brasileiro desde as viagens de D. Pedro II ao Egito em 1871 e 1876, elevou o nível do relacionamento bilateral.

Ao longo dos anos 2000, o então chanceler Celso Amorim realizou três visitas bilaterais ao Egito (junho de 2003 e janeiro e dezembro de 2009), enquanto o então chanceler Aboul Gheit visitou o Brasil em julho de 2009. Também em 2009, foi inaugurado o mecanismo de diálogo estratégico entre os dois países, em reconhecimento mútuo da relevância de Brasil e Egito como interlocutores políticos em suas respectivas regiões. Naquele mesmo ano, o Egito passou também a despontar como o principal destino das exportações brasileiras à África. A relevância do relacionamento econômico-comercial levou, por sua vez, à assinatura, em 2010, do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito (ALC), o que tornou aquele país o segundo parceiro extraregional a assinar ALC com o MERCOSUL, após Israel.

Após a revolução de janeiro de 2011 no Egito, no contexto dos esforços egípcios para diversificar suas parcerias, o Brasil passou a ser visto como parceiro privilegiado para a cooperação nos mais diversos domínios (meio ambiente, agricultura, saúde, entre outros), bem como importante fonte de investimentos externos. O êxito das políticas públicas brasileiras voltadas ao combate à pobreza também despertou grande interesse do Egito. A visita do então presidente Mohamed Mursi, em maio de 2013, foi a primeira de um chefe

de estado egípcio ao Brasil.

Durante a crise política no Egito, que resultou na deposição de Mursi (julho de 2013), o Brasil manteve seu embaixador no Cairo e preservou a via do diálogo e da cooperação com o governo egípcio. A realização de eleições presidenciais (maio de 2014), que resultaram na vitória de Abdel Fatah Al-Sisi, permitiu a progressiva normalização das relações bilaterais. Em agosto de 2014, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, realizou visita ao Egito para tratar de questões relativas a barreiras fitossanitárias e prospectar novas oportunidades comerciais. Na ocasião, foi recebido pelo presidente Al-Sisi, gesto que denotou a prioridade conferida pelo Egito à plena retomada das relações com o Brasil.

Em setembro de 2017, entrou em vigor o ALC MERCOSUL-Egito, que contribuiu para que o país se tornasse, em 2018, o principal destino das exportações brasileiras não somente para a África, mas também para o mundo árabe. Também em setembro de 2017, o então presidente Temer manteve encontro com o presidente Al-Sisi à margem da 72ª AGNU, em Nova York, quando foi reafirmado o compromisso mútuo com a dinamização das relações bilaterais. Em dezembro do mesmo ano, o então ministro do Comércio e Indústria do Egito, Tarek Kabil, realizou visita a Brasília para participar da LI cúpula do MERCOSUL, na qualidade de representante do presidente Al-Sisi, quando foi recebido pelo então presidente Michel Temer.

Em julho de 2018, o então chanceler Aloysio Nunes Ferreira manteve encontro com o assessor especial do presidente do Egito, Sherif Ismail, à margem da X cúpula do BRICS, em Joanesburgo, quando foram discutidas, entre outros temas, a ampliação e a diversificação das relações econômico-comerciais. Em setembro de 2018, o então secretário-executivo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Roberto Novacki, realizou visita ao Cairo, onde manteve encontros com autoridades egípcias a respeito da facilitação recíproca do acesso a mercados para carnes e bens agrícolas.

Cooperação bilateral

Até o momento, não há projetos de cooperação técnica com o Egito, em que pese a existência de acordo de cooperação bilateral em vigor desde 1973. Encontram-se em negociação novos acordos de cooperação técnica e de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, os quais deverão substituir o acordo preexistente de 1973, que abrange, atualmente, as duas áreas.

Em 2009, foi assinado memorando de entendimento entre Brasil e

Egito para promover ações conjuntas de cooperação técnica em países africanos e, em 2010, o Centro de Pesquisas Agrícolas do Egito estabeleceu memorando de entendimento para cooperação com a Embrapa.

Entre outubro e novembro de 2011, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou missão de prospecção ao Egito. Como resultado, foram identificadas as seguintes áreas prioritárias para cooperação: agricultura; gestão de resíduos sólidos; saúde (transplante de fígado) e desenvolvimento social. Em 2012, o Egito enviou técnicos para participar de seminário organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com foco na divulgação de políticas públicas brasileiras na área do desenvolvimento social. No mesmo ano, foi recebida delegação do Centro de Pesquisas Agrícolas do Egito para estudo de produção e processamento de mandioca com apoio da Embrapa de Cruz das Almas (BA). Também em 2012, o Hospital Sírio-Libanês de São Paulo realizou capacitação sobre transplante de fígado, da qual participaram profissionais egípcios e palestinos. A capacitação contribuiu para a criação de um programa de transplante de fígado em hospitais egípcios.

Em maio de 2013, durante a visita do então presidente egípcio Mohamed Mursi ao Brasil, foram assinados três memorandos de entendimento para cooperação técnica nas áreas de agricultura, desenvolvimento agrário e desenvolvimento social.

Desde 2015, autoridades egípcias têm manifestado interesse pela cooperação com o Brasil na área da bioenergia, em particular o desenvolvimento de biocombustíveis, uma vez que o país busca reduzir sua dependência externa de combustíveis fósseis, bem como promover a geração de renda no campo e a diversificação de sua matriz energética. O Egito conta, atualmente, com pequena produção, ainda em estágio experimental, de etanol e biodiesel a partir de óleo de jatrofa (pinhão-manso).

Outros domínios em que o Brasil e o Egito têm buscado intensificar a cooperação, por meio da negociação de instrumentos bilaterais, são o de defesa, o de cooperação jurídica, o de ensino e pesquisa e o de turismo.

Comércio e investimentos

O Egito, que é o principal destino das exportações brasileiras para a África, também foi, em 2018, o principal comprador de produtos brasileiros no mundo árabe (US\$ 2,1 bilhões), superando a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. O país também é o terceiro maior mercado consumidor de carne bovina brasileira no mundo. As exportações brasileiras para o Egito,

concentradas em produtos primários como açúcar, carnes, milho e minério de ferro, somaram, em 2018, US\$ 2,1 bilhões. Há indícios de que a entrada em vigor do acordo de livre comércio (ALC) MERCOSUL-Egito (setembro de 2017) esteja levando a uma maior diversificação das exportações brasileiras, com aumento da participação e de bens não tradicionais, como manufaturados, ferro fundido e aço, e fumo. Por sua vez, as importações brasileiras do Egito têm sido concentradas em superfosfatos, ureia e produtos hortícolas e atingiram, em 2018, US\$ 269,46 milhões, com crescimento de 73,3% em relação a 2017. Esse aumento nas importações do Egito também pode estar relacionado à entrada em vigor do ALC.

A fim de explorar as novas oportunidades abertas pelo atual contexto favorável nas relações econômico-comerciais entre Brasil e Egito, missões empresariais e outras ações de promoção comercial vêm sendo organizadas, com o apoio da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), com destaque para a I reunião do Conselho Empresarial Brasil-Egito, realizada no Cairo em fevereiro de 2018, e para a realização do “Fórum Econômico Brasil - Países Árabes”, em São Paulo, em abril de 2018.

A facilitação do acesso a mercados para produtos brasileiros no Egito também constitui agenda prioritária das relações econômico-comerciais. Devido à elevada importância dos produtos agropecuários na pauta de exportação para o Egito, foi instituída, no final de 2018, adidância agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento residente no Cairo.

Há histórico de investimentos brasileiros no Egito no setor de cimentos (InterCement, do grupo Camargo Correa) e transportes (Marcopolo e Randon), bem como perspectivas favoráveis para novos negócios nas áreas de construção civil, exploração de petróleo, aviação e alimentos. O Egito realizou, recentemente, reforma de sua legislação sobre investimentos. Nesse contexto, o Brasil tem negociado com o país a assinatura de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI).

Assuntos consulares

A Embaixada no Cairo é a única representação brasileira no país. Além do território do Egito, a jurisdição consular da embaixada inclui o Estado da Eritreia. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira nos dois países, estimada em 615 pessoas.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais do Brasil a tomador soberano no

Egito.

POLÍTICA INTERNA

A deposição do Rei Farouk, em julho de 1952, e a subsequente abolição do regime monárquico, em junho de 1953, são apontados como o início da história do Egito republicano. Ao assumir o poder, o novo governo liderado por jovens oficiais, com destaque para o Coronel Gamal Abdel Nasser, tomou medidas para universalizar o acesso a serviços públicos e deu início à reforma agrária no país. Em 1956, após a promulgação de nova Constituição, Nasser tornou-se o primeiro presidente do país. Estabeleceu-se, na ocasião, regime de partido único, a União Nacional.

O estabelecimento da união entre Egito e Síria, entre 1958 e 1961, fez com que Nasser ocupasse a Presidência da República Árabe Unida (RAU). Após sua dissolução, o presidente egípcio ampliou a reforma agrária e reforçou o domínio do estado sobre a economia. Nova Constituição foi elaborada, em 1964, bem como nova agremiação política de caráter único, a União Socialista Árabe (USA).

Após a morte de Nasser, em 1970, Anwar Sadat assumiu o poder e conduziu processo de abertura econômica controlada, intitulado "Política das Portas Abertas", o que permitiu maior aproximação com o Ocidente. Em 1978, Sadat dissolveu a USA e criou, em seu lugar, o Partido Nacional Democrático (PND), que constituiu, a partir de então, a base de sustentação do governo. Instituiu, também, o multipartidarismo. No plano da política externa, logrou, pela via diplomática, recuperar o controle egípcio sobre a Península do Sinai e o Canal de Suez. Buscou o estabelecimento da paz com Israel e a consolidação as fronteiras egípcias na região do Sinai. Foi assassinado em 1981.

Governo Mubarak (1981-2011)

Com a morte de Sadat, assumiu o poder o então vice-presidente, Hosni Mubarak. Nos quase trinta anos em que governou o Egito, Mubarak amparou-se em forte aparato político-burocrático e de segurança. Restringiu a atuação da Irmandade Muçulmana (IM), organização islâmica conservadora fundada em 1928 e proscrita pelo governo Nasser em 1954.

No plano econômico, Mubarak deu continuidade ao programa de reformas liberalizantes iniciadas por Sadat, que possibilitaram ao país crescer

sucessivamente a taxas de 4 a 5% ao ano. No plano social, contudo, a concentração de renda, o desemprego decorrente das privatizações e o alto crescimento demográfico, principalmente nas grandes cidades, deterioraram as condições de vida da população. De modo a conter focos de tensão popular, Mubarak ampliou a política de subsídios aos bens e serviços básicos à população, o que contribuiu para sucessivos déficits orçamentários.

Nos anos 2000, diante de pressões locais por maior abertura democrática, Mubarak empreendeu reformas políticas pontuais. Nesse contexto, realizaram-se eleições legislativas e presidenciais em 2005. O pleito presidencial foi o primeiro de caráter multipartidário no país desde 1952 e levou à reeleição de Mubarak. No pleito legislativo, por sua vez, os membros da IM concorreram como candidatos independentes e conquistaram significativo número de assentos no Parlamento.

A Revolução de 2011

Ao final de janeiro de 2011, eclodiram manifestações de grande envergadura pelo Egito, inspiradas nos protestos populares na Tunísia, que haviam resultado na queda do presidente Ben Ali naquele país. Sob forte pressão popular e diante da perda do apoio das Forças Armadas , Mubarak renunciou, em fevereiro de 2011. Na ocasião, assumiu o poder o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), presidido pelo Marechal Mohamed Hussein Tantawi, comandante-geral das Forças Armadas e ministro da Defesa desde 1991.

Em março de 2011, os eleitores egípcios aprovaram referendo sobre emendas constitucionais que permitiriam a realização de eleições parlamentares em novembro de 2011, nas quais os partidos ligados ao islamismo político saíram vencedores. O conturbado quadro econômico e a persistência de protestos levaram a progressivo desgaste do governo militar de transição. Em contraposição, a IM, organizada em torno do "Partido Liberdade e Justiça" (PLJ), consolidou-se como uma das principais forças políticas no país. De modo semelhante, também ganhou projeção o partido salafista, vertente do Islã fortemente influenciada pelo wahabismo saudita. Mohamed Mursi, concorrendo pelo PLJ, foi eleito presidente com 51,7% dos votos.

Governo Mursi (2012-2013)

Ao iniciar seu mandato, Mursi adotou tom conciliatório, ao mesmo tempo em que buscou impor-se frente aos setores militares. Revogou a emenda constitucional que transferira ao CSFA parte dos poderes presidenciais, aprovada pouco antes do segundo turno das eleições presidenciais..

Em novembro de 2012, Mursi emitiu nova Declaração Constitucional, em substituição à que fora proclamada pelos militares em 2011, tornando atos presidenciais insusceptíveis ao exame da Suprema Corte Constitucional do país e a Comissão Constituinte imune a eventuais dissoluções decretadas pela justiça. Seguiram-se protestos violentos que congregaram centenas de milhares de pessoas nas principais cidades do Egito. Em dezembro de 2012, Mursi anunciou a revogação da Declaração e buscou acelerar os trabalhos de elaboração da nova Constituição. Em meados daquele mês, a nova Carta foi aprovada em referendo, com significativa taxa de abstenção.

A situação do governo Mursi deteriorou-se sensivelmente ao longo do primeiro semestre de 2013. O desemprego atingiu cerca de 13% da população, em particular os mais jovens, e a inflação acelerou rapidamente. No final de janeiro e início de fevereiro, registraram-se violentos incidentes em todo o Egito, que fizeram vítimas fatais. A oposição passou a exigir a formação de governo de emergência e a elaboração de nova Constituição. Paralelamente, a Suprema Corte Constitucional declarou a ilegalidade do Conselho Constitucional que elaborou o projeto de Constituição aprovada no ano anterior.

Em 1/7/2013, as forças armadas egípcias divulgaram ultimato de 48 horas para que as partes alcançassem solução de compromisso. Mursi propôs o estabelecimento de um comitê de reconciliação. Em 3/7, com a expiração do ultimato, o ministro da Defesa de Mursi, General Abdel Fatah Al-Sisi, anunciou, em cadeia nacional de televisão, a destituição do presidente da República.

Segunda transição egípcia

Após a destituição de Mursi, as Forças Armadas anunciaram que a Constituição seria revista e realizadas novas eleições legislativas e presidenciais. O presidente da Suprema Corte egípcia, Adly Mansur, foi declarado presidente interino. Al-Sisi, que se manteve como ministro da Defesa, consolidou-se como principal liderança no governo interino. O plano para a segunda transição egípcia contou com o endosso da oposição e dos salafistas, bem como das mais altas autoridades clericais sunitas e coptas do Egito. A Irmandade Muçulmana (IM), por sua vez, passou a demandar a libertação do presidente deposto e sua recondução ao cargo como pré-condição para o diálogo com o governo interino. Apesar de tentativas de mediação internacional, não houve entendimento entre a IM e o governo interino.

Em agosto de 2013, houve confrontamentos entre apoiadores de Mursi e as forças de segurança, que fizeram centenas de vítimas. Ao mesmo tempo,

cresceu o registro de ataques terroristas contra alvos governamentais pelo país. Em setembro de 2013, a IM teve seus bens confiscados pelo Judiciário e suas atividades banidas. Em novembro, após a expiração do estado de emergência e do toque de recolher declarados em agosto, o governo interino promulgou nova lei de protestos, que restringiu o direito de reunião. Em dezembro, a IM foi declarada como organização terrorista.

A nova Constituição foi submetida a referendo em janeiro de 2014 e foi aprovada por 98,1% dos votos, com comparecimento de 38,6% dos eleitores (cerca de 20 milhões). A IM e outras organizações que se opunham ao governo interino defenderam o boicote ao referendo. Entre as inovações trazidas pela nova Constituição egípcia está a proibição à participação de partidos religiosos nas eleições. Após a aprovação da nova Constituição, as eleições presidenciais foram realizadas em maio de 2014, nas quais Abdel Fatah Al-Sisi foi eleito com 96% dos votos.

Governo Al-Sisi

A crescente estabilidade política, a prioridade atribuída à segurança e ao combate ao terrorismo e os rápidos resultados obtidos com as reformas macroeconômicas adotadas nos últimos anos, tais como a queda expressiva do desemprego e o controle da inflação, têm sido fatores positivos para a popularidade de Abdel Fatah Al-Sisi, que foi reconduzido ao cargo nas eleições de 2018, com 97% dos votos.

A prioridade máxima do governo Al-Sisi tem sido o combate ao terrorismo, considerado como a maior ameaça ao país. Ataques terroristas como o abate a avião russo da Metrojet, em outubro de 2015, tiveram impacto muito negativo sobre o turismo, importante fonte de divisas do país. Em fevereiro de 2018, o governo egípcio lançou ofensiva contra o terrorismo no país, à qual se tem sido atribuído o renovado crescimento do turismo nos últimos anos.

O atual governo também tem buscado atenuar o extremismo religioso e promover a secularização do país. Em julho de 2017, criou-se o Conselho Nacional de Combate ao Terrorismo e o Extremismo. Como demonstração simbólica, o presidente vem comparecendo, todos os anos, à Catedral de São Marcos, por ocasião da missa de Natal copta, sendo o primeiro chefe de estado na história republicana egípcia a fazer esse gesto. A comunidade copta no Egito é a maior minoria cristã no mundo islâmico, representando cerca de 10% de uma população de mais de 90 milhões.

O banimento à Irmandade Muçulmana (IM), imposto durante o governo de transição, foi mantido após Al-Sisi chegar formalmente ao poder. O ex-presidente Mursi, condenado à morte em 2015, teve sua pena comutada pela Corte de Cassação (última instância) para prisão perpétua.

As eleições parlamentares egípcias, previstas, inicialmente, para serem realizadas antes das eleições presidenciais, tiveram lugar no segundo semestre de 2015, com expressiva vitória dos partidos aliados ao presidente. Em 2019, teve início tramitação de proposta de reforma constitucional que poderá, entre outras medidas, flexibilizar o limite de mandatos presidenciais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo do presidente Al-Sisi tem sido caracterizada, em linhas gerais, pelo reposicionamento no cenário geopolítico do Oriente Médio, pela manutenção de relações privilegiadas com tradicionais aliados ocidentais (EUA e Europa) e pela busca por diversificação de parcerias e aproximação com economias emergentes. Nota-se, igualmente, a busca por um maior protagonismo no encaminhamento das grandes questões em sua região, com destaque para as crises na Líbia, na Síria e no conflito israelo-palestino. A persistente instabilidade em seu entorno regional tem afetado diretamente a segurança no próprio território egípcio, que partilha longa fronteira a oeste com a Líbia (1100 km) e tem sido palco, a leste, de atividades terroristas no Sinai.

Oriente Médio

No oriente médio, o eixo da diplomacia pós-Mursi deslocou-se da Turquia e do Catar em direção à Arábia Saudita, EAU e Kuwait, devido a fatores econômicos e políticos.

Com relação à **Crise do Golfo**, as medidas adotas pelo Egito contra o Catar foram mais limitadas do que aquelas implementadas por outros parceiros regionais. O Egito não restringiu as atividades econômicas de empresas ou nacionais do Catar, nem revogou vistos de residências, de trabalho ou de estudantes.

Apesar da **prioridade atribuída pelo Egito às relações com os demais países do Golfo**, há divergências em alguns temas, como a ação

militar no Iêmen, a estratégia para conter o jihadismo militante e o futuro da Síria.

No tocante à **crise na Síria**, o Egito tem defendido a importância de se preservarem a integridade territorial, bem como as instituições sírias, sobretudo suas forças armadas, de forma a evitar a repetição do que ocorreu no Iraque.

As posições do Egito sobre a **questão palestina**, inseridas no consenso árabe, não sofreram alteração com os diferentes governos egípcios, havendo o relacionamento com a Autoridade Palestina e o Fatah se mantido cordial e fluido. As **relações com o Hamas**, entretanto, amistosas durante o governo Mursi, passaram por rápida deterioração após sua queda. Ao longo de 2017, o risco de irrupção de violência descontrolada na Faixa de Gaza e de possível transbordamento para o Egito, bem como a urgência em neutralizar a sublevação islamista no Sinai levaram o Cairo estabelecer acordo com o Hamas sobre a gestão da segurança das fronteiras.

África

No tocante às **relações com a África**, o governo Al-Sisi tem-se esforçado para reposicionar o Egito no continente e adotar uma política de integração que se ilustra notadamente pela presença do presidente em cúpulas da União Africana (UA), cuja presidência passou a ser exercida pelo Egito em 2019, e pela organização no Egito de foros africanos. Esse renovado interesse pela África explica-se pelo fato de que duas das principais prioridades de política externa egípcia neste momento estão no continente: a crise na Líbia, preocupação primordial no plano da segurança, e o aproveitamento das águas do Nilo, vitais para a sobrevivência do país.

Os interesses egípcios no tocante à **hidropolítica do Nilo** visam à manutenção de sua cota histórica de 55 bilhões de metros cúbicos de água por ano, garantida por acordos firmados entre Egito e Reino Unido, em 1929, e entre Egito e Sudão, em 1959, porém questionada pelos demais países ribeirinhos. Em 2010, no quadro da Iniciativa da Bacia do Nilo, Sudão do Sul, Etiópia, Tanzânia, Quênia, Uganda, Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo assinaram o Acordo de Entebbe, que permitiu a esses países fazerem uso das águas do Nilo sem levar em consideração a quota egípcia e sudanesa.

Em 2011, a **Etiópia** começou a construção da **Represa da Grande Renascença Etíope (GERD)** tema de grande interesse para o Egito, uma vez que 80% das águas do Grande Nilo provém do Nilo Azul,

na Etiópia. Após o Sudão, inicialmente crítico ao projeto, mudar sua orientação diante das evidências preliminares de que o país deverá também ser beneficiado pela barragem, o governo Al-Sisi tem buscado adotar postura cooperativa, o que propiciou a assinatura em Cartum, em março de 2015, da Declaração de Princípios, documento acordado entre Etiópia, Sudão e Egito, o qual estabelece que as águas do reservatório sejam utilizadas para a produção de energia, não para irrigação, e que o enchimento do reservatório, cerne das preocupações egípcias, seja feito com base em parecer técnico de consultores internacionais, escolhidos de comum acordo. O presidente Al-Sisi vem buscando, também, maior aproximação do Egito à Iniciativa da Bacia do Nilo, tendo participado da cúpula realizada em junho de 2017.

As tensões entre Egito, Sudão e Etiópia voltaram a escalar no fim de 2017, quando o Egito abandonou a 7ª reunião do comitê tripartite realizada no Cairo. O motivo do desentendimento estaria relacionado a discordâncias quanto ao modo e prazo para enchimento da barragem apresentado pelos consultores técnicos. Ao longo de 2018, após sucessivos encontros, a tensão entre os três países desescalou, sobretudo após a mudança de governo na Etiópia (abril), com a ascensão do atual primeiro-ministro Abyi Ahmed. Em encontro mantido entre o presidente Al-Sisi e o chefe do governo etíope, em julho de 2018, no Cairo, os dois países comprometeram-se a resolver pacificamente as disputas envolvendo a construção da barragem.

A **crise na Líbia** é tema absolutamente prioritário para a política externa egípcia. A estratégia do Cairo para a crise tem sido pautada pela contenção da influência islamista no futuro do país vizinho. Após a assinatura do Acordo Político Líbio (dezembro de 2015) e da formação do Governo de Acordo Nacional e, posteriormente, com a retomada das negociações, em 2017, visando à formação de novo arranjo político na Líbia em substituição ao GAN, o Egito vem defendendo uma solução para a crise líbia a partir da unificação das forças armadas e pela realização de eleições o mais rapidamente possível.

As relações do Egito com a **Eritreia** têm-se mantido cordiais, sobretudo à luz da necessidade de coordenação sobre a segurança do estreito de Bab Al-Mandeb, via de acesso obrigatória ao Canal de Suez. Os dois países também partilham preocupações quanto ao transbordamento do conflito no Iêmen. Para a Eritreia, um alinhamento mais estreito com o Egito vinha sendo buscado como forma de contrabalançar a influência etíope no Chifre da África. Apesar da normalização das relações entre a

Etiópia e a Eritreia (julho de 2018), o Egito continua a ser um parceiro importante para a Eritreia.

Estados Unidos e países europeus

As relações com os **Estados Unidos** têm sido marcadas, desde 2013, por certo esfriamento. A suspensão em 2013 da tradicional ajuda militar norte- americana de mais de um bilhão de dólares ao Egito, em função da crise política, teve enorme repercussão sobre a política externa do governo Al-Sisi, diante da intensificação de movimentos radicais no Egito e no restante do Oriente Médio, da participação egípcia na aliança regional norte- americana na luta contra o autoproclamado "Estado Islâmico", do valor estratégico do Canal de Suez, e do estoque de investimentos norte- americanos no Egito, da ordem de US\$ 22,2 bilhões (35,4% dos investimentos daquele país na África). Em março de 2015, a ajuda militar foi restabelecida, mas o país passou a buscar maior aproximação de países como a França e a Rússia.

Embora tenha sido inicialmente bem recebida pelo governo egípcio, a eleição de Donald Trump não conseguiu romper um distanciamento verificado nos últimos anos, sobretudo devido à decisão da administração Trump de cortar parcialmente a ajuda militar em meados de 2017, bem como de transferir a embaixada do EUA para Jerusalém. Ao longo de 2018, os EUA buscaram retomar uma parceria mais estreita com o Cairo em temas regionais, como as crises na Síria e na Líbia e no combate ao terrorismo, como evidenciado em declarações conjuntas emitidas por ocasião das visitas ao Cairo do vice-presidente e do secretário de Estado norte-americanos, bem como do encontro mantido entre os presidentes dos dois países à margem da AGNU, em Nova York. A decisão do governo dos EUA de liberar parcela restante (US\$ 195 milhões) da ajuda militar ao Egito, suspensa desde 2017.

Para a **Europa**, a estabilidade do Egito constitui preocupação prioritária, devido à importância estratégica do Canal de Suez, por onde transita parte substancial de seu comércio e de seu suprimento de energia, bem como ao temor de novas pressões migratórias em direção ao continente. Essa preocupação explica a vultosa ajuda ao desenvolvimento prestada pela Europa: a União Europeia participa de 250 diferentes projetos que envolvem recursos da ordem de EUR 1,3 bilhão. O Egito, que abriga cerca de 400 mil sírios e número superior de africanos, sobretudo, eritreus, sudaneses e etíopes, assumiu firmes compromissos na cooperação em assuntos migratórios com a Europa.

A União Europeia é o principal parceiro comercial do Egito, com fluxo anual estimado em cerca de US\$ 25 bilhões. Os investimentos diretos são substanciais, sobretudo do Reino Unido, cujo estoque é de cerca de US\$ 27 bilhões. A Alemanha participa de grandes projetos como a gigantesca usina elétrica, movida a energia eólica e gás, construída pela Siemens, cujos custos montam a US\$ 8 bilhões e cuja primeira parte foi inaugurada quando da visita de Angela Merkel, em março de 2017. Os investimentos italianos igualmente cresceram substancialmente com a descoberta pela ENI, em 2015, do imenso campo de gás Zohr, no Mediterrâneo.

Papel de destaque ocupa a **França**, país com o qual as relações se intensificaram desde a chegada de Al-Sisi ao poder. Desde 2015, quando o então presidente François Hollande realizou visita ao Egito, foram assinados acordos que ultrapassam os US\$ 9 bilhões e incluíram a venda de material de defesa, bem como sistemas de satélite e comunicações. Egito e França também mantêm estreita coordenação sobre temas regionais, sobretudo no que diz respeito a Líbia.

BRICS

Como parte de sua estratégia de diversificação de parcerias externas, o Egito tem buscado aproximar-se dos grandes países emergentes, sobretudo dos países do **BRICS**. Por ocasião de sua participação na V Cúpula do BRICS (Durban, março de 2013), portanto antes mesmo da chegada ao poder de Al-Sisi, o país havia manifestado desejo de aderir ao grupamento em caso de eventuais futuras expansões. Desde a chegada de Al-Sisi ao poder, foram registradas trocas de visitas de alto nível com todos os membros do grupamento, à exceção do Brasil. O Egito participou, no âmbito do diálogo expandido do bloco, da IX Cúpula dos BRICS organizada pela China (Xiamen, setembro de 2017) e da X Cúpula organizada pela África do Sul (Joanesburgo, julho de 2018).

As relações com a **Rússia** experimentaram excepcional aprofundamento sob o governo Al-Sisi, motivado, principalmente, pela suspensão da tradicional ajuda militar norte-americana. Ao longo dos últimos anos, manobras militares conjuntas vêm sendo realizadas e a Rússia se transformou em um dos principais fornecedores de armas ao país. Há coordenação entre os dois países em temas regionais, como na crise líbia e também na síria. O comércio bilateral cresceu de maneira expressiva, havendo atingido cerca de US\$ 4,5 bilhões ao ano. Em dezembro de 2017, durante a segunda visita de Putin ao Cairo, foi assinado

acordo para a construção de usina nuclear na costa mediterrânea com capacidade de produção de 4.800 megawatts de energia. Trata-se de projeto cujos custos montam a US\$ 30 bilhões, 85% dos quais serão financiados pelo governo russo.

A parceria com a **China** também se estreitou desde 2014, quando foi estabelecida parceria estratégica entre os dois países. Desde que assumiu o poder, Al-Sisi realizou cinco visitas ao país asiático. Xi Jinping, por sua vez, visitou o Egito em 2016, ocasião em que foram assinados 21 acordos técnicos e econômicos, que abarcaram prioritariamente as áreas de energia, transporte e infraestrutura, avaliados em US\$ 15 bilhões. Os acordos se enquadram na iniciativa chinesa do “Cinturão e Rota” (“Belt and Road”), na qual o Canal de Suez figura como importantíssima via de ligação e que guarda importantes sinergias com os planos do governo Al-Sisi de transformar o Egito num “hub” industrial e comercial.

Já o relacionamento com a **Índia**, país que Al-Sisi visitou em 2016, tem sido mais discreto, em que pese o comércio bilateral da ordem de US\$ 5 bilhões e a presença de cerca de 50 empresas indianas no Egito, com investimentos da ordem de US\$ 3 bilhões.

A **África do Sul** tem mantido relações cordiais com o governo Al-Sisi. O então presidente Jacob Zuma visitou o Cairo em 2015, ocasião em que foram assinados acordos que contemplam aumento do comércio bilateral e o combate ao terrorismo no continente africano.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Egito é a terceira maior economia da África (US\$ 249,5 bilhões em 2018), sendo, também, a terceira maior entre os países árabes. Tem apresentado rápido crescimento nos últimos anos, em consequência, em parte, de ambiciosa agenda de reformas macroeconómicas adotada pelo atual governo. A taxa média anual de crescimento do PIB foi de 4,5% entre 2005 e 2017, com registro de 5,3% em 2018. O PIB per capita também demonstra perspectiva de aumento gradual, embora o combate ao desemprego e à pobreza ainda constitua um dos principais desafios enfrentados pelo país. O setor mais importante para a economia é o de serviços (participação de 55,7% no PIB em 2016); seguido da indústria (participação de 33,1%) e da agropecuária (participação de 11,9%). Embora sua participação na economia seja relativamente pequena, o setor primário apresenta especial importância para a geração de empregos (27% do total), bem como de divisas internacionais, uma vez que corresponde a cerca de 23% das exportações do país. Ressalta-se, no entanto, déficit estrutural em bens

de agricultura e pecuária, o que leva o Egito a constituir-se em grande importador líquido de alimentos (o valor das importações de produtos primários supera em três vezes o valor das exportações).

As exportações do Egito, em 2017, último ano em que há dados disponíveis, totalizaram US\$ 25,9 bilhões e tiveram como principais destinos os EUA, Itália, Turquia, Arábia Saudita, EUA, e Reino Unido. Os principais itens da pauta de exportação foram combustíveis, frutas e hortaliças, ouro e outros metais preciosos, máquinas elétricas, plásticos e adubos. As importações, por sua vez, atingiram US\$ 66,3 bilhões e tiveram como principal origem China, Alemanha, Itália, Arábia Saudita, EUA e Rússia. Os principais itens importados foram combustíveis, máquinas, cereais, ferro e aço, plásticos e automóveis. O Egito é estruturalmente deficitário em sua balança comercial: além da já mencionada necessidade de importação de bens de agricultura e pecuária, contribui para esse déficit a dependência egípcia da importação de petróleo (o Egito importa cerca de 30% do que consome) e seus derivados. As importações de petróleo e derivados corresponderam a cerca de 16,4% das importações totais do Egito, em 2017 (US\$ 10,9 bilhões), enquanto gêneros alimentícios responderam por 17,9% das importações totais (US\$ 11,8 bilhões).

Até 2014, cerca de 50% do orçamento do Estado estava comprometido com subsídios a insumos básicos e com o pagamento de salários do serviço público, enquanto outros 33% eram destinados ao pagamento do serviço da dívida, herança da era Nasser (1956-1970). Em 2014, o governo egípcio iniciou ambicioso programa de reformas macroeconômicas, com o objetivo de superar a crise fiscal e impulsionar a economia. A partir de 2016, as reformas foram aceleradas, em função de empréstimos acordados com FMI e Banco Mundial. Naquele ano, foi aprovada nova lei do serviço público. Além disso, adotou-se o câmbio flutuante, que aumentou a competitividade das exportações. Em 2017, foi aprovada nova lei de investimentos que estabeleceu, entre outras medidas, taxas preferenciais de importação para matérias primas, maquinários, equipamentos de transporte, entre outros. Paralelamente, foi anunciada meta de corte de subsídios a insumos básicos.

Desde 2016, as reservas internacionais triplicaram (US\$ 44,5 bilhões, em 2018), a libra egípcia estabilizou-se e o câmbio paralelo foi extinto. O déficit em contas correntes foi reduzido em cerca de 57% devido à queda do déficit na balança comercial, a incrementos das rendas do Canal de Suez, a remessas da diáspora egípcia e, sobretudo, à retomada do crescimento do turismo. A dívida pública, ainda muito elevada, decresceu como porcentagem do PIB (93%) e o

Egito logrou fechar o último ano fiscal (encerrado em 30/06/2018) com pequeno superávit primário (0,1%). O desemprego caiu para o nível mais baixo em sete anos e meio (8,9%) e a inflação, que com a mudança do regime de câmbio e a eliminação gradual dos subsídios à energia, chegou a 23% em 2017, fechou o ano de 2018 em 14,4%. Ao mesmo tempo, entre 2016 e 2017, o investimento estrangeiro aumentou 12%, alcançando US\$ 8,5 bilhões.

No meio empresarial, nota-se otimismo quanto ao desempenho econômico do país no futuro próximo. O aumento das despesas de investimento do governo, melhor ambiente regulatório, a libra egípcia mais competitiva e a atividade de construção relacionada à nova capital administrativa a 45km do Cairo devem dar alento ao dinamismo da atividade econômica. No relatório "Doing Business 2018", do Banco Mundial, o Egito figura na 128^a posição no ranking de 190 países no que se refere a perspectivas favoráveis de negócios e investimentos estrangeiros.

Permanecem, contudo, importantes desafios econômicos relacionados à baixa qualificação da mão-de-obra, ao déficit de infraestrutura, ao elevado nível de informalidade da economia, bem como à manutenção de parte significativa da economia sob controle estatal. Ademais, as medidas de austeridade econômica tiveram efeito negativo sobre o poder aquisitivo da população egípcia. Desde 2015, a pobreza extrema cresceu de 27,8 % para 35%.

A atração de investimentos para megaprojetos de infraestrutura, com destaque para o plano de modernização e desenvolvimento do Canal de Suez, constitui importante objetivo do atual governo egípcio no plano econômico. Para tanto, o sistema de zonas francas no país, criado em 1997, tem sido revitalizado, com a criação de duas novas zonas econômicas especiais: a do Canal de Suez (2015) e do chamado triângulo dourado (2017), no noroeste do país, com grande potencial de desenvolvimento da mineração. O setor de construção, com expansão da ordem de 10% no último ano fiscal, vem sendo um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico.

O setor da extração também tem crescido a taxas elevadas. Em 2018, o Egito atingiu autossuficiência em gás natural e, a partir de 2019, o país deverá contar com excedente exportável, o que contribuirá para a redução do déficit estrutural da balança comercial. As reservas do gigantesco campo de Zohr, descoberto em 2016 no mediterrâneo egípcio, poderão somar-se novos campos ainda em fase embrionária de exploração pela mesma empresa. Há, ademais, expectativas bem fundadas de que o Egito se transforme, no médio prazo, em grande hub de gás, a partir da importação, por gasodutos, de gás proveniente de

Chipre e de Israel para tratamento nas usinas de liquefação existentes na costa mediterrânea do país.

O turismo, importante atividade econômica no país, apresentou crescimento de 16,5% em 2018 e foi considerado um dos setores mais dinâmicos no período. Os 8,3 milhões de turistas recebidos em 2017 já haviam representado 123% de aumento nas receitas do setor em relação a 2016, em virtude de significativa melhora da situação de segurança do país e mudança nos “travel warnings” da grande parte das embaixadas estrangeiras, havendo previsão de que em breve o Egito retome o nível de 14 milhões de turistas estrangeiros por ano que recebeu em 2010, antes da eclosão da revolução de janeiro de 2011.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---------------------|--|
| c.3100 AEC | Unificação do Egito. Fundação de Mênfis. Primeiros hieróglifos |
| c.2500 AEC | Construção das grandes pirâmides |
| 525 AEC | Primeira invasão persa |
| 343 AEC | Segunda invasão persa – fim do Estado faraônico |
| 332 a 31 AEC | Invasão de Alexandre, o Grande. Guerra dos sucessores. Fundação de Alexandria. Dinastia dos Ptolomeus |
| 31 AEC | Cleópatra é derrotada na batalha naval de Actium. O Egito se torna colônia romana |
| c. 30 EC | Início da cristianização do Egito. Primeiros textos em idioma copta |
| 641 | Conquista muçulmana. Fundação de Fustat (Fostate), hoje parte do Cairo |
| 969 | Estabelecimento do Califado Fatimida no Egito. Fundação do Cairo |
| 1250 a 1517 | Sultanato Mameluco |
| 1517 | Tomada do Egito pelo Império Turco-Otomano |
| 1798 | Napoleão Bonaparte invade o Egito, repelido pelos ingleses e turcos em 1801 |
| 1805 | O comandante otomano albanês Muhammad Ali estabelece a dinastia que continua a reinar até 1953, embora continue nominalmente a fazer parte do Império Otomano até 1914 |
| 1859 a 1869 | Construção do Canal de Suez |
| 1882 | Invasão britânica. O Egito mantém-se formalmente vinculado ao Império Otomano |
| 1914 | Egito se torna formalmente um protetorado britânico |
| 1922 | Egito torna-se nominalmente independente com Fuad I como rei. Persiste, no entanto, a presença britânica |

| | |
|--------------------|---|
| 1928 | Fundação da Irmandade Muçulmana pelo egípcio Hasan Al-Banna |
| 1948 | Egito, Iraque, Jordânia e Síria atacam o novo estado de Israel, sem sucesso. Cresce a impopularidade do rei Farouk |
| 1949 | Formação do Comitê do Movimento dos Oficiais Livres, para derrubar a Monarquia |
| Jul/1952 | Farouk abdica do trono em favor de seu filho menor, Ahmed Fuad II |
| 1953 | Proclamada a República no Egito. Muhammad Najib torna-se presidente, e Gamal Nasser torna-se primeiro-ministro |
| 1954 | Assinatura do tratado de evacuação das forças britânicas, que haviam iniciado sua retirada gradual em 1936 |
| 1955 | O primeiro-ministro Nasser promove o nacionalismo egípcio e passa a defender o afastamento do país em relação ao Ocidente, em favor de maior neutralidade na política externa. As Forças Armadas são reequipadas. |
| Jan/1956 | Egito e Grã-Bretanha renunciam ao controle do Sudão, estabelecido no final do século XIX |
| Jul/1956 | Nasser torna-se presidente e nacionaliza o Canal de Suez |
| Out/1956 | Invasão do Egito pela Grã-Bretanha, França e Israel, em reação à nacionalização do Canal de Suez. Os EUA se opõem à invasão, que fracassa |
| 1958 | Formação da República Árabe Unida, a partir da união do Egito e da Síria, com Nasser como presidente. O projeto de nação pan-árabe perdura até 1961. |
| 1961 a 1966 | Nasser adota políticas de cunho social, nacionaliza a indústria e cria subsídios. Ao mesmo tempo, é intensificada a repressão à Irmandade Muçulmana e a opositores políticos |
| Mai/1967 | Intensificam-se tensões entre Egito e Israel. O Egito expulsa forças da ONU do Sinai, fecha o Estreito de Tiran a navios israelenses e estabelece pacto de defesa com a Jordânia. |
| 1967 | Guerra entre Israel, de um lado, e Egito, Jordânia e Síria, de outro. O Sinai é ocupado até o Canal de Suez e a faixa de Gaza. Egito lança lei emergencial que suspende os direitos civis. |
| Set/1970 | Nasser morre e é sucedido pelo vice-presidente Anwar al-Sadat |
| 1971 | A construção da barragem de Assuã é concluída, com financiamento soviético |
| 1972 | Sadat torna-se presidente do Egito e busca reaproximação com o Ocidente, ao mesmo tempo em que busca promover medidas de liberalização econômica e de atração do investimento estrangeiro |

| | |
|--------------------|--|
| Out/1973 | Egito e Síria entram em guerra com Israel. Egito inicia negociações para a recuperação do Sinai |
| Jun/1975 | O Canal do Suez retorna ao controle egípcio e é reaberto |
| Out/1977 | Sadat visita Israel e dá início ao processo que conduz aos acordos de paz de Camp David, em 1979, e à suspensão do Egito da Liga Árabe até 1989. O Egito torna-se o maior beneficiário da ajuda financeira dos EUA |
| Out/1981 | Sadat é assassinado por extremistas islâmicos e é sucedido pelo vice-presidente Hosni Mubarak |
| Nov/1981 | Mubarak reafirma o estado de emergência, e intensifica restrições a atividades políticas, bem como à liberdade de expressão e de reunião |
| 1991 | O Egito integra coalizão contra a invasão iraquiana do Kuwait |
| 1992 a 1997 | Ataques terroristas a alvos governamentais e turísticos são perpetrados pelo grupo islâmico radical Gama'a Al-Islamiyya. Em 1997, são mortas 62 pessoas em atentado em Luxor |
| Mai/2005 | Emenda constitucional que permite candidaturas às eleições presidenciais é aprovada em referendo popular, após meses de protestos |
| Jul/2005 | Atentados a bomba no balneário de Sharm Al-Sheikh, no Mar Vermelho |
| Dez/2005 | Realização das primeiras eleições multipartidárias desde 1952. Candidatos ligados à Irmandade Muçulmana são eleitos em número expressivo nas eleições parlamentares. Mubarak é reconduzido como presidente |
| Jan/2011 | Eclosam manifestações inspiradas nos protestos na Tunísia, que levaram à queda do regime de Ben Ali naquele país |
| Fev/2011 | Mubarak renuncia e o poder passa a ser exercido pelo Conselho Supremo das Forças Armadas |
| Jun/2012 | Mohammed Mursi, ligado à Irmandade Muçulmana, vence a eleição presidencial com margem estreita de votos |
| Ago/2012 | Combatentes islâmicos atacam posto avançado no Sinai e fazem breve incursão em Israel, dando início a nova insurgência |
| Dez/2012 | Assembleia Constituinte aprova rascunho de nova Constituição, que reforça o papel do Islã |
| Jul/2013 | As Forças Armadas destituem o presidente Mursi, em meio a manifestações em massa contrárias ao governo. Vítimas fatais em protestos favoráveis ao governo de Mursi, no Cairo, no mês seguinte |
| Dez/2013 | A Irmandade Muçulmana é declarada grupo terrorista após a morte de 12 pessoas em explosão em Mansoura |

| | |
|-----------------|--|
| Jan/2014 | Nova Constituição aprovada |
| Mai/2014 | Ex-chefe do Exército, Abdel Fatah Al-Sisi, eleito presidente |
| Mai/2015 | O ex-presidente Mursi é condenado à morte no Egito, acusado de detenções arbitrárias, tortura, espionagem, tentativas de fuga, entre outros crimes |
| Nov/2016 | O FMI aprova um empréstimo de US\$ 12 bilhões para o Egito, para alívio da crise econômica no país |
| Out/2017 | Assinado, no Cairo, acordo intra-palestino, como resultado de diálogo entre Hamas e Fatah promovido pelo governo do Egito |
| Fev/2018 | Lançada ofensiva militar do governo egípcio, contra o terrorismo no Sinai |
| Mar/2018 | Al-Sisi reeleito presidente |
| Fev/2019 | Submetida ao Parlamento proposta de emenda constitucional que, entre outras medidas, prevê a flexibilização do limite de mandatos presidenciais |

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|------------------------|---|
| 1871 e 1876 | O Imperador D. Pedro II visita o Egito |
| 1924 | Estabelecimento de relações diplomáticas |
| 1960 | Assinatura de acordo cultural |
| 1972 | Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mourad Ghaleb |
| 1973 | Visita ao Egito do chanceler Mário Gibson Barbosa |
| 1973 | Assinatura de acordo comercial |
| 1973 | Assinatura de acordo de cooperação técnica e científica |
| 1985 | Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Boutros Boutros-Ghali |
| 1985 | Assinatura de acordo para criação de comissão mista brasileiro-egípcia |
| 1987 | Visita ao Egito do chanceler Roberto de Abreu Sodré |
| 1991 | Visita ao Egito do chanceler Francisco Rezek |
| 1996 | Assinatura de memorando de entendimento sobre turismo |
| Jun/2003 | Visita do chanceler Celso Amorim ao Egito |
| Dez/2003 | Visita ao Egito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva |
| 2003 | Assinatura do memorando de entendimento para estabelecimento de consultas políticas |
| 2003 | Assinatura de memorando de entendimento sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço |
| 2004 | Visita ao Egito do chanceler Celso Amorim, para participar, |

| | |
|-----------------|---|
| | como convidado especial, de reunião da Liga dos Estados Árabes. Encontros com o chanceler Ahmed Maher e com o ministro do Comércio Exterior, Youssef Boutros-Ghali |
| 2004 | Realização da I reunião de consultas políticas, em Brasília |
| 2005 | Visita a Brasília do ministro dos Negócios Estrangeiros Aboul Gheit, para participar da I Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA). Encontro com o chanceler Celso Amorim. |
| 2007 | Realização da II reunião de consultas políticas, em Brasília |
| 2008 | Visita ao Brasil do ministro do Comércio e Indústria do Egito, Rachid Mohammed Rachid |
| Jul/2009 | Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Aboul Gheit |
| Dez/2009 | Visita do chanceler Celso Amorim ao Egito |
| 2009 | Assinatura de memorandos de entendimento para cooperação esportiva, cooperação entre academias diplomáticas e cooperação técnica com terceiros países da África |
| 2009 | Realização da I reunião de diálogo estratégico Brasil-Egito |
| Mar/2010 | Visita ao Egito do ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, Miguel Jorge |
| 2010 | Assinatura de acordo institucional entre o Centro de Pesquisa Agrícola do Egito e a Embrapa |
| Jul/2010 | Realização da III reunião de consultas políticas, em Brasília |
| Ago/2010 | Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior e Indústria do Egito, Rachid Mohamed Rachid |
| Ago/2010 | Assinatura do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito, durante a 39ª Cúpula do Bloco, em San Juan |
| 2011 | Visita ao Egito do chanceler Antonio de Aguiar Patriota |
| 2011 | Realização da IV reunião de consultas políticas, no Cairo |
| 2011 | Realização de missão de prospecção ao Egito da Agência Brasileira de Cooperação |
| 2011 | O governo brasileiro realiza contribuição de US\$ 150 mil para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Egito |
| 2012 | Encontro entre os presidentes Mohamed Mursi e Dilma Rousseff à margem da 67ª Assembleia Geral da ONU |
| 2013 | Visita ao Brasil do presidente Mohamed Mursi |
| 2013 | Assinatura de memorandos de entendimento para cooperação na área de agricultura, desenvolvimento agrário e desenvolvimento social |
| 2014 | Visita ao Egito do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller |
| Set/2017 | Entrada em vigor do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito |
| Set/2017 | Encontro entre os presidentes Abdel Fatah Al-Sisi e Michel |

| | |
|-----------------|---|
| | Temer à margem da 72ª Assembleia Geral da ONU |
| Dez/2017 | Visita a Brasília do ministro do Comércio e Indústria do Egito, Tarek Kabil, para participar, como convidado especial, da LI cúpula do MERCOSUL |
| Fev/2018 | Realização da I reunião do conselho empresarial Brasil-Egito, no Cairo |
| Abr/2018 | Realização da V reunião de consultas políticas, no Cairo |
| Jul/2018 | Encontro entre o chanceler Aloysio Nunes Ferreira e o assessor especial do presidente do Egito, Sherif Ismail, à margem da X cúpula do BRICS, em Johanesburgo |
| Set/2018 | Visita ao Egito do então secretário-executivo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Roberto Novacki |
| Dez/2018 | Criação de adidância do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Cairo |

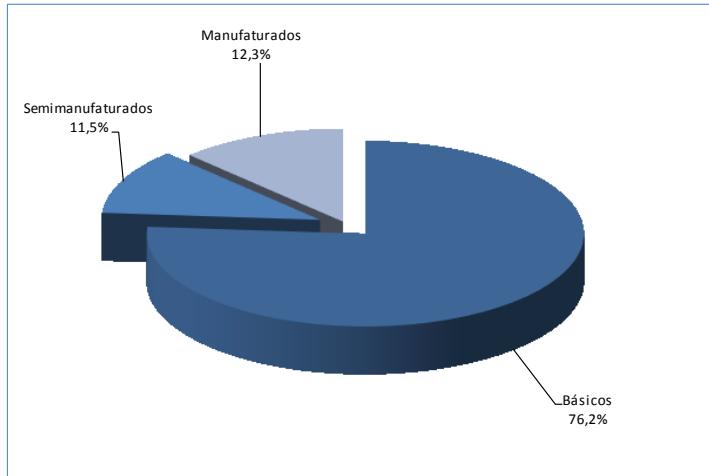
ACORDOS BILATERAIS

| Título | Data Celebração | Entrada em vigor | Publicação |
|---|-----------------|------------------|------------|
| Acordo cultural | 17/05/1960 | 24/12/1964 | 19/01/1965 |
| Acordo de cooperação técnica e científica | 31/01/1973 | 31/08/1973 | 04/01/1974 |
| Acordo comercial | 31/01/1973 | 12/11/1973 | 04/01/1974 |
| Acordo para a criação de uma comissão mista brasileiro-egípcia de coordenação | 07/03/1985 | 10/16/1987 | 09/07/1987 |

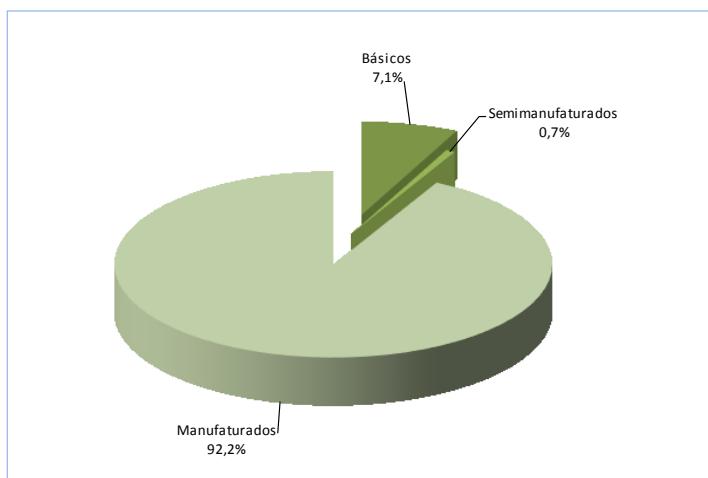
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2018**

Exportações



Importações



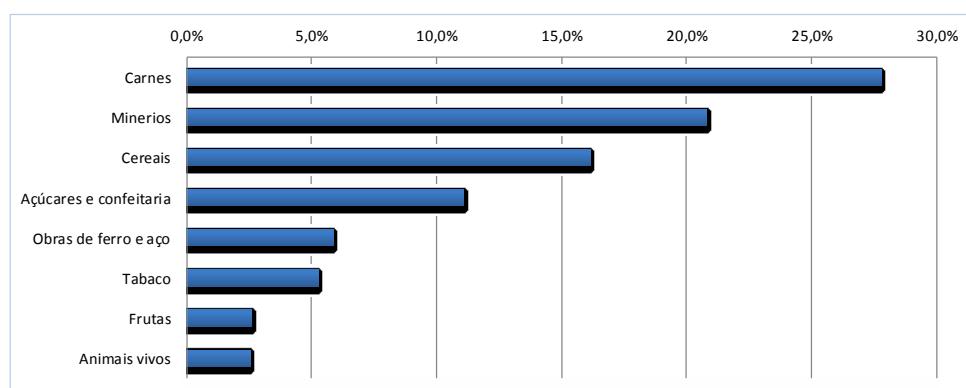
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Fevereiro de 2019.

Composição das exportações brasileiras para o Egito
US\$ milhões

| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|--------------------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Carnes | 677,6 | 38,2% | 749,8 | 31,0% | 593,2 | 27,8% |
| Minérios | 181,4 | 10,2% | 254,6 | 10,5% | 443,8 | 20,8% |
| Cereais | 248,0 | 14,0% | 501,0 | 20,7% | 345,0 | 16,2% |
| Açúcares e confeitaria | 358,8 | 20,2% | 592,3 | 24,5% | 236,8 | 11,1% |
| Obras de ferro e aço | 2,3 | 0,1% | 14,0 | 0,6% | 124,6 | 5,8% |
| Tabaco | 7,2 | 0,4% | 28,1 | 1,2% | 111,7 | 5,2% |
| Frutas | 13,7 | 0,8% | 39,6 | 1,6% | 55,6 | 2,6% |
| Animais vivos | 17,2 | 1,0% | 29,0 | 1,2% | 54,3 | 2,5% |
| Subtotal | 1.506,2 | 85,0% | 2.208,6 | 91,3% | 1.964,8 | 92,1% |
| Outros | 265,8 | 15,0% | 209,4 | 8,7% | 169,3 | 7,9% |
| Total | 1.772,0 | 100,0% | 2.418,0 | 100,0% | 2.134,1 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

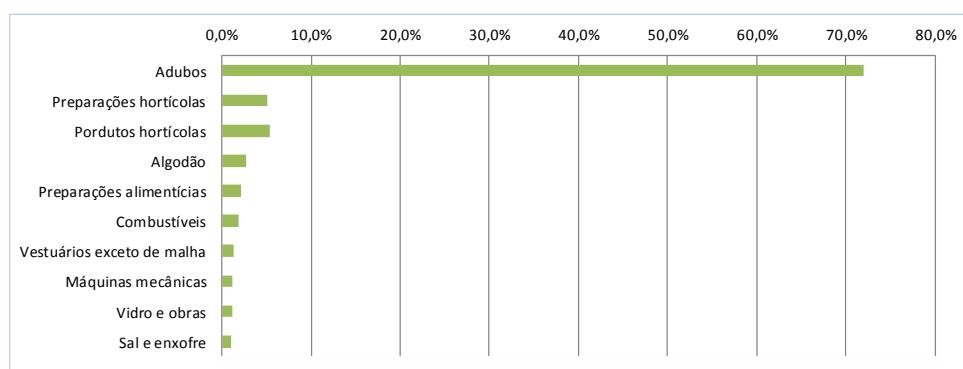


Composição das importações brasileiras originárias do país
US\$ milhões

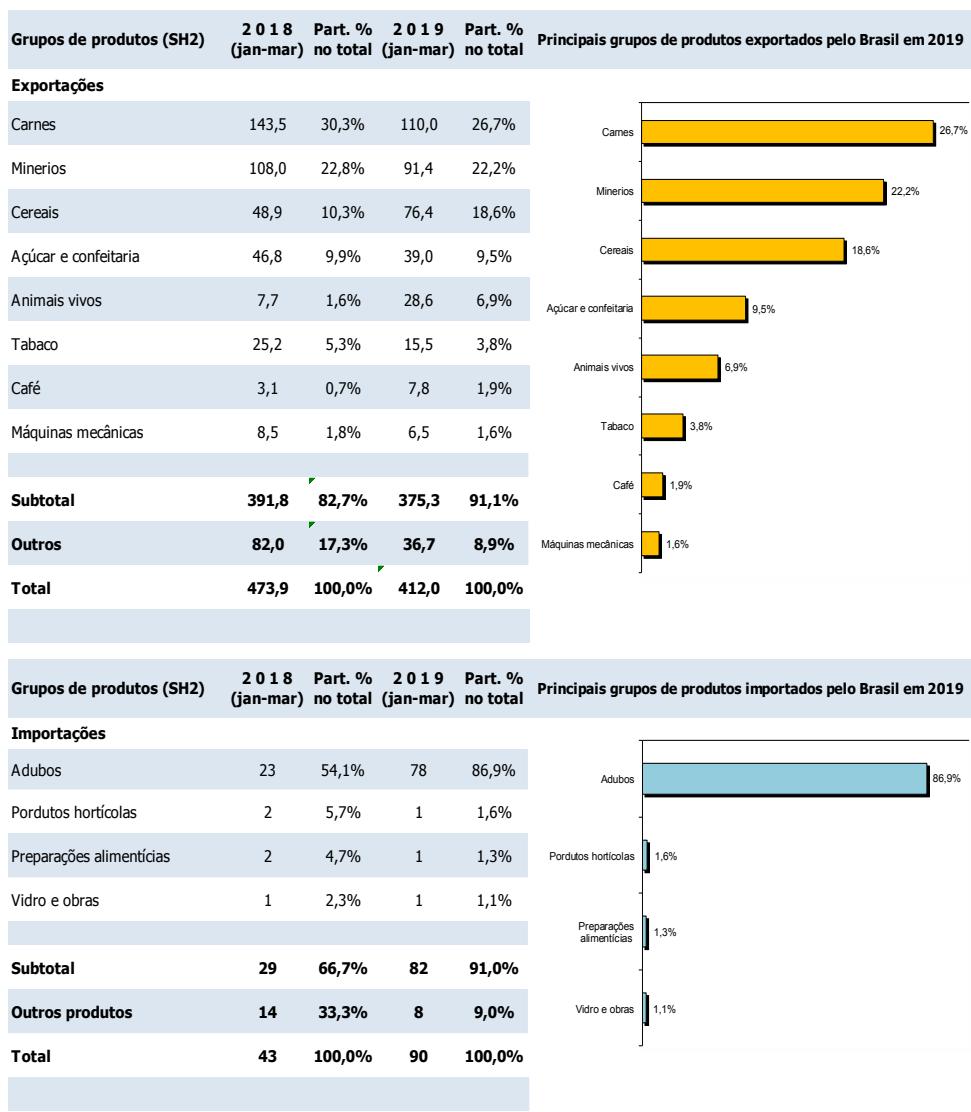
| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---------------------------------|--------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|------------------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Adubos | 46,0 | 48,7% | 78,2 | 50,3% | 193,9 | 72,0% |
| Preparações hortícolas | 4,2 | 4,4% | 14,4 | 9,3% | 13,7 | 5,1% |
| Pordutos hortícolas | 8,7 | 9,2% | 8,1 | 5,2% | 14,5 | 5,4% |
| Algodão | 8,2 | 8,7% | 7,7 | 5,0% | 7,3 | 2,7% |
| Preparações alimentícias | 0,0 | 0,0% | 1,0 | 0,6% | 5,8 | 2,1% |
| Combustíveis | 10,6 | 11,2% | 18,8 | 12,1% | 5,2 | 1,9% |
| Vestuários exceto de malha | 2,0 | 2,1% | 2,7 | 1,7% | 3,4 | 1,3% |
| Máquinas mecânicas | 0,1 | 0,1% | 0,7 | 0,4% | 3,3 | 1,2% |
| Vidro e obras | 0,4 | 0,4% | 1,4 | 0,9% | 3,1 | 1,2% |
| Sal e enxofre | 3,3 | 3,5% | 3,9 | 2,5% | 2,8 | 1,0% |
| Subtotal | 83,3 | 88,2% | 136,9 | 88,1% | 253,1 | 93,9% |
| Outros | 11,1 | 11,8% | 18,6 | 11,9% | 16,4 | 6,1% |
| Total | 94,4 | 100,0% | 155,5 | 100,0% | 269,5 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

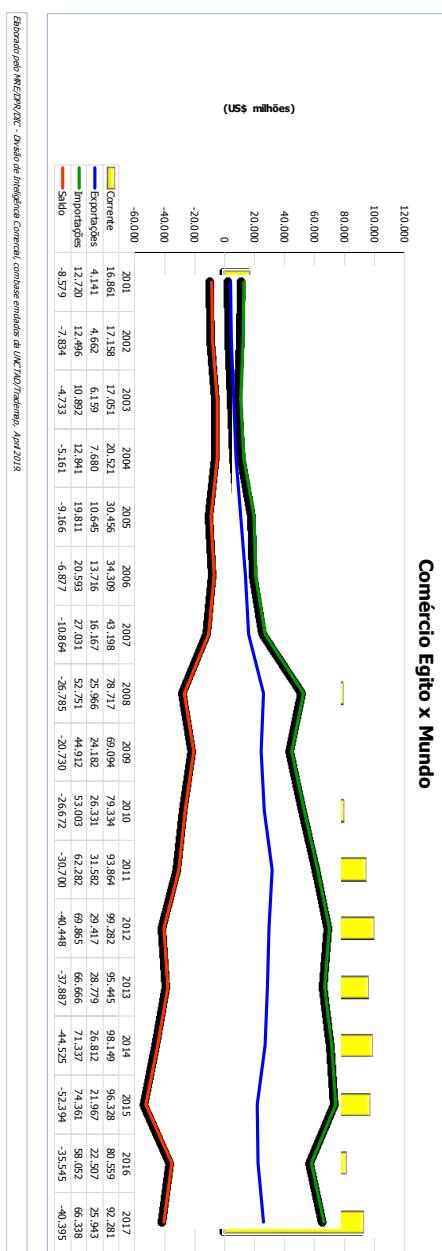
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

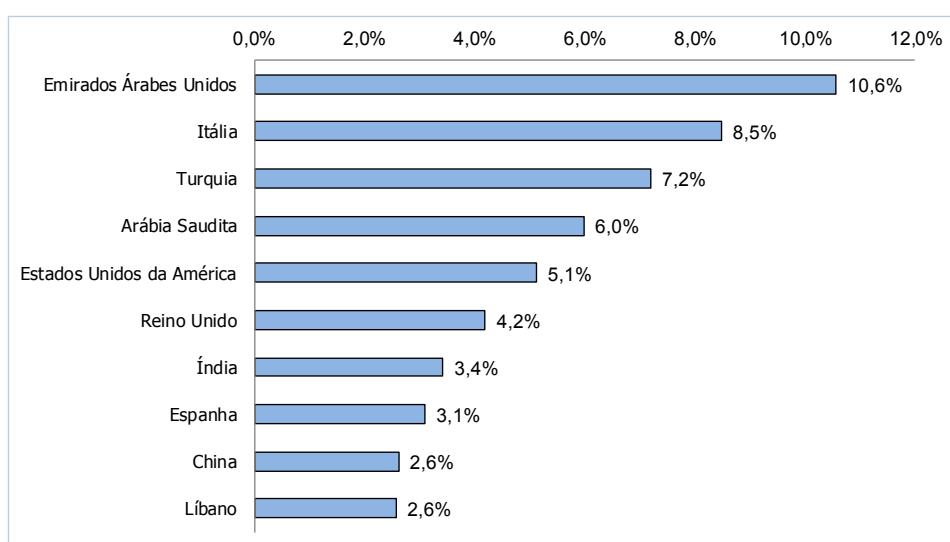


Principais destinos das exportações do Egito
US\$ milhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|----------------|----------------------------|
| Emirados Árabes Unidos | 2.740 | 10,6% |
| Itália | 2.199 | 8,5% |
| Turquia | 1.866 | 7,2% |
| Arábia Saudita | 1.551 | 6,0% |
| Estados Unidos da América | 1.329 | 5,1% |
| Reino Unido | 1.089 | 4,2% |
| Índia | 890 | 3,4% |
| Espanha | 805 | 3,1% |
| China | 680 | 2,6% |
| Líbano | 668 | 2,6% |
| ... | | |
| Brasil (40º lugar) | 111 | 0,4% |
| Subtotal | 13.927 | 53,7% |
| Outros países | 12.016 | 46,3% |
| Total | 25.943 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais destinos das exportações

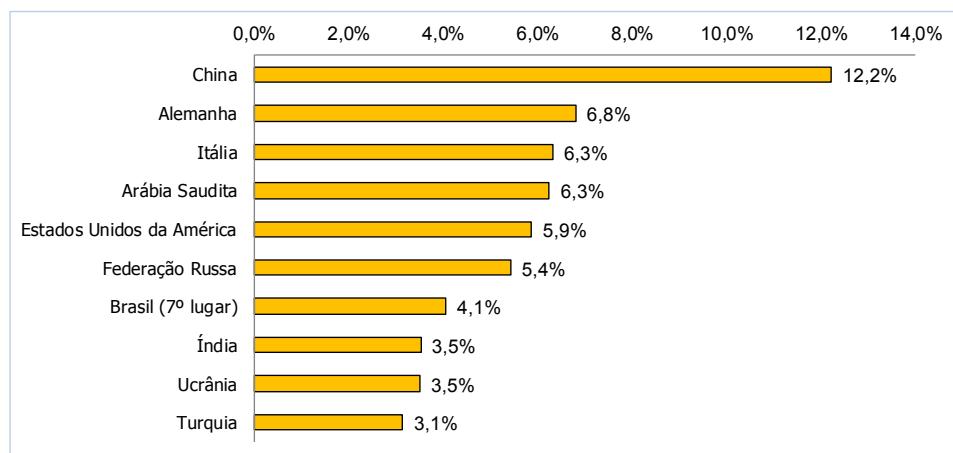


Principais origens das importações do Egito
US\$ milhões

| Países | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------|----------------|------------------------|
| China | 8.106 | 12,2% |
| Alemanha | 4.515 | 6,8% |
| Itália | 4.192 | 6,3% |
| Arábia Saudita | 4.147 | 6,3% |
| Estados Unidos da América | 3.896 | 5,9% |
| Federação Russa | 3.600 | 5,4% |
| Brasil (7º lugar) | 2.695 | 4,1% |
| Índia | 2.338 | 3,5% |
| Ucrânia | 2.326 | 3,5% |
| Turquia | 2.087 | 3,1% |
| Subtotal | 37.903 | 57,1% |
| Outros países | 28.435 | 42,9% |
| Total | 66.338 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais origens das importações

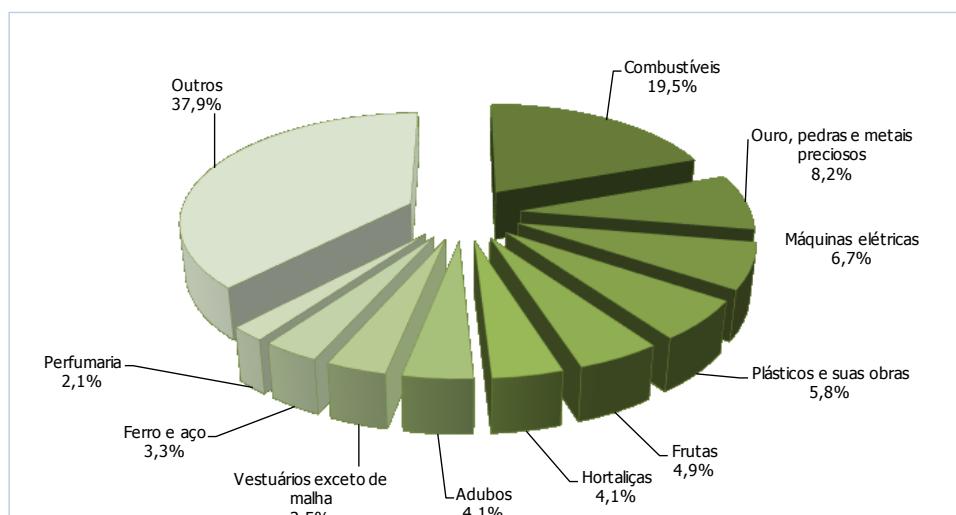


Composição das exportações do Egito
US\$ milhões

| Grupos de Produtos (SH2) | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|---------------------------------|----------------|------------------------|
| Combustíveis | 5.063 | 19,5% |
| Ouro, pedras e metais preciosos | 2.115 | 8,2% |
| Máquinas elétricas | 1.728 | 6,7% |
| Plásticos e suas obras | 1.507 | 5,8% |
| Frutas | 1.270 | 4,9% |
| Hortaliças | 1.065 | 4,1% |
| Aadubos | 1.052 | 4,1% |
| Vestuários exceto de malha | 911 | 3,5% |
| Ferro e aço | 859 | 3,3% |
| Perfumaria | 543 | 2,1% |
| Subtotal | 16.113 | 62,1% |
| Outros | 9.830 | 37,9% |
| Total | 25.943 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

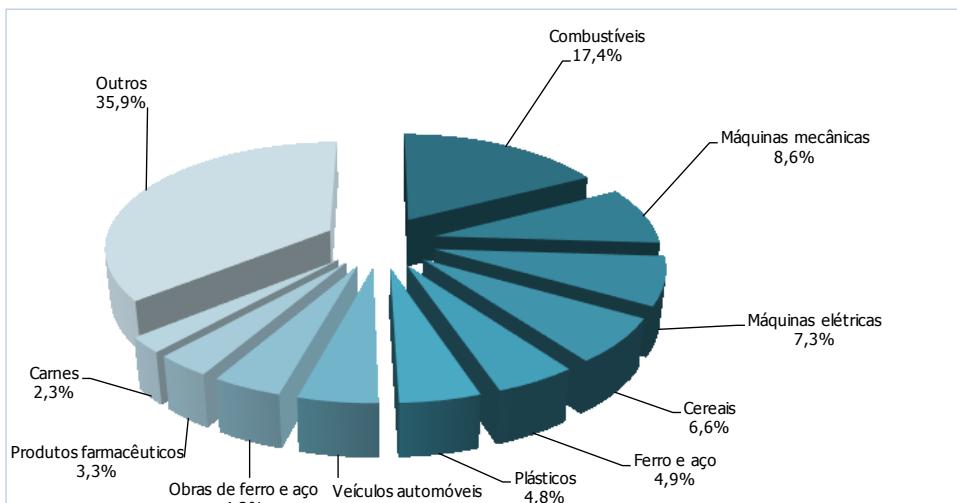


Composição das importações do Egito
US\$ milhões

| Grupos de produtos (SH2) | 2 0 1 7 | Part.% no total |
|--------------------------|---------------|--------------------|
| Combustíveis | 11.524 | 17,4% |
| Máquinas mecânicas | 5.718 | 8,6% |
| Máquinas elétricas | 4.812 | 7,3% |
| Cereais | 4.408 | 6,6% |
| Ferro e aço | 3.244 | 4,9% |
| Plásticos | 3.203 | 4,8% |
| Veículos automóveis | 3.140 | 4,7% |
| Obras de ferro e aço | 2.756 | 4,2% |
| Produtos farmacêuticos | 2.187 | 3,3% |
| Carnes | 1.552 | 2,3% |
| Subtotal | 42.542 | 64,1% |
| Outros | 23.796 | 35,9% |
| Total | 66.338 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos importados



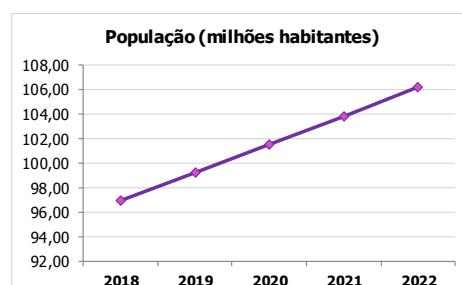
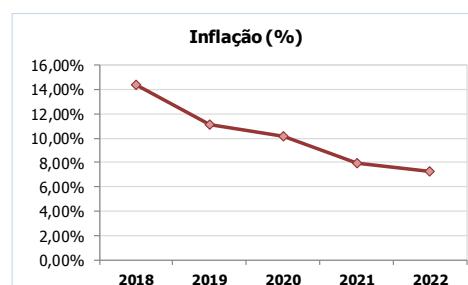
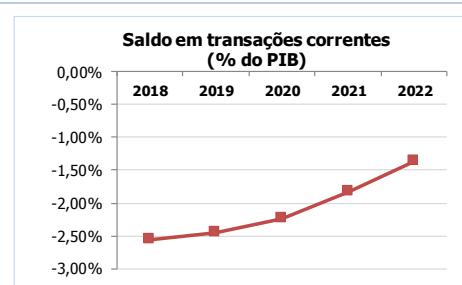
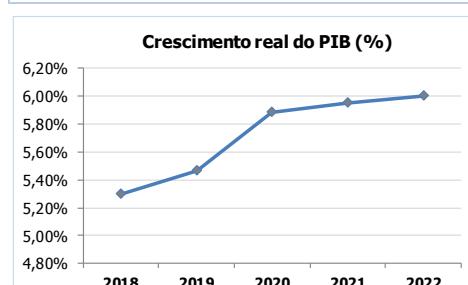
Principais indicadores socioeconômicos do Egito

| Indicador | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| Crescimento real do PIB (%) | 5,30% | 5,46% | 5,89% | 5,95% | 6,00% |
| PIB nominal (US\$ bilhões) | 249,47 | 298,15 | 339,38 | 359,15 | 380,56 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 2.572 | 3.005 | 3.344 | 3.459 | 3.579 |
| PIB PPP (US\$ bilhões) | 2.572,38 | 3.005,24 | 3.343,84 | 3.459,15 | 3.579,19 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 13.374 | 14.081 | 14.852 | 15.669 | 16.538 |
| População (milhões habitantes) | 96,98 | 99,21 | 101,49 | 103,83 | 106,22 |
| Desemprego (%) | 10,93% | 9,87% | 8,27% | 7,68% | 7,05% |
| Inflação (%) ⁽²⁾ | 14,38% | 11,06% | 10,19% | 7,93% | 7,23% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -2,56% | -2,45% | -2,24% | -1,82% | -1,37% |
| Dívida externa (US\$ bilhões) | 96,30 | 107,10 | 110,60 | 112,30 | 115,80 |
| Câmbio (E£ / US\$) ⁽²⁾ | 17,91 | 17,40 | 17,26 | 17,03 | 16,67 |
| Origem do PIB (2017 Estimativa) | | | | | |
| Agricultura | | | 11,7% | | |
| Indústria | | | 34,3% | | |
| Serviços | | | 54,0% | | |

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

Criação e Estrutura

A Liga dos Estados Árabe (LEA), criada em 22/3/1945, é mais antiga do que as Nações Unidas, fundada oficialmente em outubro daquele ano. Seus membros fundadores foram: Egito, Iraque, Transjordânia, Líbano, Arábia Saudita e Síria. O Iêmen ingressou na LEA ainda em maio de 1945. O organismo conta hoje com 22 membros. São eles: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria (suspenso), Somália, Sudão e Tunísia.

O Conselho da Liga é o mais alto órgão decisório da LEA. Nele estão representados todos os membros, com direito a um voto cada. Os países geralmente se fazem representar no Conselho em nível de chanceleres. O Conselho reúne-se, em princípio, duas vezes por ano. A Presidência é ocupada em caráter de rodízio pelos países membros, por períodos de seis meses. Em março último, a presidência pro tempore do Conselho foi transferida do Sudão para a Somália.

Além das duas reuniões anuais do Conselho, a cada ano realiza-se a cúpula da LEA, em um de seus países membros, em nível de chefe de estado. A 30ª cúpula da Liga dos Estados Árabes foi realizada em Túnis em 31/3/2019.

Os Conselhos Ministeriais especializados são formados por ministros temáticos dos membros da Liga, que formulam políticas e administram a cooperação em áreas específicas.

O secretariado-geral ocupa-se da administração da LEA. Sua estrutura assemelha-se, em boa parte, à de uma chancelaria. É composto por diversas Subsecretarias, como de Assuntos Políticos, Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, Assuntos Palestinos, entre outras, chefiadas por subsecretários-gerais, e chefes de Departamentos, como o Departamento de Américas. Ao secretário-geral, eleito pelo Conselho com maioria de 2/3 dos votos, para um mandato de cinco anos, renovável, compete alertar o Conselho sobre assuntos importantes nas relações entre os países membros e com países de fora da Liga. O atual secretário-geral da LEA é o embaixador Ahmed Aboul Gheit, de nacionalidade egípcia.

O Parlamento Árabe foi estabelecido em 2005. É composto por

parlamentares dos países membros da LEA. Cada país é representado por 4 parlamentares, totalizando 88 membros. Até 2012, era sediado em Damasco, mas desde então tem funcionado no Cairo. Não possui poder legislatório. Seu presidente é eleito para um mandato de três anos. O atual presidente do Parlamento Árabe é o saudita Meshal Sulami.

Relações Bilaterais

A delegação permanente da Liga dos Estados Árabes (LEA) no Brasil foi aberta em 1956 e teve seu status diplomático reconhecido em 1975. Foi fechada em 1995, e, em 2005, o SG-LEA anunciou a decisão de reabrir a Missão da Liga em Brasília e nomear um representante residente. Em janeiro de 2009, o Decreto n.º 6.733 promulgou o acordo de sede entre o Brasil e a LEA (assinado no Cairo em abril de 2007), que permitiu a reabertura física de sua representação em Brasília. O atual representante da LEA em Brasília é o embaixador Qais Shqair, ex-diretor de Assuntos Árabes e do Oriente Médio da chancelaria jordaniana.

Em dezembro de 2002, ainda na gestão de Amr Moussa como SG-LEA, o embaixador brasileiro no Cairo foi aceito como observador do Brasil na LEA. Após revisão interna, contudo, chegou-se à conclusão que a Carta da Liga não comporta a figura do observador, de modo que, em 2013, foram reiniciadas as tratativas para a definição de status especial do Brasil junto à LEA. Finalmente, em março de 2014, o então embaixador do Brasil no Cairo, Marco Antônio Diniz Brandão, foi formalmente acreditado pelo Conselho da Liga como representante especial junto à Liga Árabe. Atualmente, o representante do Brasil é o Embaixador Ruy Amaral.

O último encontro bilateral de alto nível foi realizado em 2016, em Nova York, quando o então ministro das Relações Exteriores José Serra se encontrou com o SG-LEA, Embaixador Ahmed Aboul-Gheit, à margem da 71^a Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Brasil está representado em 17 dos 22 países árabes, os mesmos que possuem Embaixadas em Brasília, com exceção do Bahrein, que reativou sua embaixada em Brasília em agosto de 2018. Não têm embaixada em Brasília: Comores, Djibuti, Iêmen e Somália. Desde 2003, foram abertas Embaixadas em Doha, Cartum, Mascate e Nouakchott, reaberta a Embaixada em Bagdá e aberto o Escritório em Ramala.

Consultas políticas entre o Brasil e a Liga dos Estados Árabes

Memorando de entendimento que estabeleceu o mecanismo de consulas políticas bilateral foi assinado em 2015, à margem da 70ª Assembleia Geral da ONU, e sua reunião inaugural teve lugar em Brasília, em abril de 2016. A II reunião do mecanismo realizou-se no Cairo, em 22/4/18.

Comércio Bilateral

O comércio do Brasil com os países árabes aumentou em quase cinco vezes de 2002 a 2014, passando de US\$ 4,9 bilhões para US\$ 24,8 bilhões em 2014 (com o recorde de US\$ 26 bilhões em 2012). Desde então, o comércio registrou um patamar um pouco mais baixo, montando a US\$ 20 bilhões em 2017. O saldo das trocas foi de pouco mais de US\$ 7 bilhões para o Brasil em 2017, em comércio no qual o Brasil, no passado, costumava ser deficitário, principalmente devido às importações de petróleo. O Brasil ainda costuma figurar entre os 20 principais destinos das exportações extrarregionais dos países árabes. Desde 2010, no entanto, as exportações brasileiras vêm se mantendo num patamar entre US\$ 12 bilhões e US\$ 14 bilhões.

As exportações brasileiras para os países da Liga Árabe são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram mais de 60% do total em 2017, com destaque para açúcares de cana, carnes congeladas e cortadas (frango), milho e carne bovina. O Brasil importa principalmente derivados de petróleo e outros produtos químicos, representando mais de 80% do valor total das importações. Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia e Marrocos são os principais parceiros comerciais brasileiros no mundo árabe.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADO DA ERITREIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA****ABRIL DE 2019****DADOS BÁSICOS SOBRE A ERITREIA**

| | |
|--|--|
| NOME OFICIAL: | Estado da Eritreia |
| GENTÍLICO: | eritreu, eritreia |
| CAPITAL: | Asmara |
| ÁREA: | 117 600 km ² |
| POPULAÇÃO: | 5 918 919 habitantes (CIA, 2017) |
| LÍNGUA OFICIAL: | tigrínia, árabe e inglês |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Cristianismo ortodoxo eritreu (57,7%), catolicismo (4,6%), islamismo sunita (36,2%), outras (1,5%) |
| SISTEMA DE GOVERNO: | República presidencialista unipartidária |
| PODER LEGISLATIVO: | Parlamento unicameral, Assembleia Nacional Legislativa (<i>Hagerawi Baito</i>) com 175 assentos |
| CHEFE DE ESTADO E GOVERNO: | Presidente Isaias Afewerki (desde 24 de maio de 1993; <i>de facto</i> , 27 de abril de 1991) |
| CHANCELER: | Osman Saleh Mohammed (desde 18 de abril de 2007) |
| PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018): | US\$ 6,7 bilhões (FMI) |
| PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018): | US\$ 10 bilhões (FMI) |
| PIB PER CAPITA (2018) | US\$ 1 110 (FMI) |
| PIB PPP PER CAPITA (2018) | US\$ 1 660 (FMI) |
| VARIAÇÃO DO PIB | 4,2% (2018); 5% (2017); 1,9% (2016) |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016): | 0,440 (179 ^a posição entre 189 países) |
| EXPECTATIVA DE VIDA (2017): | 65,5 anos |
| ALFABETIZAÇÃO (2017): | 64,7% |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017): | 6,4% (Fonte: PNUD) |
| UNIDADE MONETÁRIA: | nafka |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA: | A ser designado |

| | |
|----------------------------|-----------------|
| BRASILEIROS NO PAÍS | Não há registro |
|----------------------------|-----------------|

| INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ERITREIA (fonte: MDIC) - FOB US\$ milhões | | | | | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil → Eritreia | 1999 | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2018 |
| Intercâmbio | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 7,7 | 9,2 | 29,3 | 10,6 | 9,5 | 1,3 | 15,4 | 0,1 |
| Exportações | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 7,7 | 9,1 | 29,2 | 10,6 | 9,5 | 1,3 | 15,4 | 0,1 |
| Importações | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 7,7 | 9,1 | 29,2 | 10,5 | 9,5 | 1,3 | 15,4 | 0,1 |

APRESENTAÇÃO

Situada no chifre da África, com costa para o Mar Vermelho, próxima de onde este se conecta com o Golfo de Áden, a Eritreia ocupa posição geopoliticamente estratégica, como ponto de confluência entre dois oceanos. A Etiópia perdeu sua saída para o mar com a independência da Eritreia, em 1993, o que constitui um dos motivos para os frequentes conflitos entre os dois países no fim do século XX e início do século corrente.

Há indícios de que a Eritreia tenha abrigado algumas das primeiras populações humanas conhecidas, com fósseis de hominídeos de mais de um milhão de anos encontrados na localidade de Buya, na região do país conhecida como Mar Vermelho Setentrional. A história do país é antiquíssima, iniciando-se em contatos com civilizações antigas como o Egito e a Núbia e passando por diversas fases, com destaque para o Reino de Aksum, que exerceu considerável poder político na região durante o primeiro milênio da Era Cristã. Da mesma forma como ocorreu na maior parte do norte e do chifre da África, a Eritreia foi incorporada ao Império Turco-Otomano no século XVI e, com o colapso deste, passou, no final do século XIX, à esfera da expansão colonial europeia, quando foi ocupada pela Itália. Com a derrota de Benito Mussolini na Segunda Guerra Mundial, o país passou ao domínio britânico. Em anos subsequentes, a

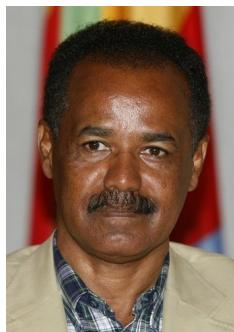
ausência de consenso entre os Aliados sobre o status da Eritreia, somada a pressões internas, levaria a longa guerra de independência, na qual movimentos independentistas eritreus combateram o governo de Haile Selassie e administrações posteriores da Etiópia.

Politicamente, a Eritreia independente tem se caracterizado pelo unipartidarismo e, externamente, por relações conturbadas com vizinhos e atores internacionais. No último ano, no entanto, grandes mudanças vêm acontecendo no aspecto externo, com a assinatura do Acordo de Paz com a Etiópia, a retomada de relações com o Djibuti e a suspensão de sanções impostas pela ONU desde 2009. Esses eventos, ainda muito recentes, tendem a reduzir o isolamento diplomático em que o país vivia e representam momento positivo para o estreitamento das relações entre a Eritreia e seus parceiros internacionais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISAIAS AFEWERKI

Presidente



Isaias Afewerki foi designado presidente da Eritreia independente em 1993, pelo Parlamento. Eleições democráticas estavam previstas para 1997, mas nunca se realizaram. Seu partido, a Frente Popular para a Democracia e Justiça, é o único com permissão para operar no país. Nascido em 1946 em Asmara, Afewerki juntou-se à Frente para Libertação da Eritreia (ELF) em 1966 e recebeu treinamento militar na China. Em 1970, ajudou a fundar a Frente Popular para Libertação da Eritreia (EPLF), de que se tornou secretário-geral em 1987.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Eritreia, estabelecidas em 1996, ainda são incipientes, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas bilaterais de alto nível. A representação brasileira junto ao governo de Asmara faz-se por cumulatividade com a Embaixada no Cairo.

Em fevereiro de 2010, visitou o Brasil o ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji, na condição de portador de carta do presidente Isaias

Afwerki ao então presidente Lula, sendo acompanhado pelo representante da Eritreia junto às Nações Unidas, Embaixador Araya Desta. Foram abordadas perspectivas de formação de parcerias para a exploração de minérios na Eritreia e a questão das sanções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) contra o país.

Em maio de 2010, o ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre, participou do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em Brasília. Em 2011, em nova visita ao Brasil, o ministro Behre apresentou ao governo brasileiro a posição de seu país acerca da situação no Chifre da África. Foi, também, discutido o regime de sanções contra a Eritreia adotado pelo CSNU.

Em 2016, o ministro dos Esportes da Eritreia, embaixador Zemedé Tekle Woldetatios, viajou ao Rio de Janeiro para assistir aos Jogos Olímpicos.

Comércio e Investimentos

Muito oscilante e pouco expressivo, o comércio bilateral tem sido tradicionalmente superavitário para o Brasil (as exportações do Brasil corresponderam a 97,7% do comércio bilateral em 2018). O primeiro registro de intercâmbio comercial entre os dois países data de 2002, não ultrapassando, então, US\$ 2,9 mil e consistindo unicamente de exportações brasileiras. Em 2005, houve aumento significativo nesse volume, que alcançou aproximadamente US\$ 9 milhões. Em 2006, foram registradas as primeiras exportações eritreias para o Brasil, no valor de US\$ 41,93 mil. Em 2009, a despeito dos efeitos adversos da crise financeira sobre o comércio mundial, houve expressivo crescimento das exportações brasileiras à Eritreia, que alcançaram a cifra recorde de US\$ 29,24 milhões (valor não atingido em anos subsequentes), dos quais 97% corresponderam a exportações brasileiras, sobretudo de açúcar. Em 2017, o açúcar representou a quase totalidade das exportações, que somaram US\$ 15,4 milhões. Em 2018, entretanto, as exportações brasileiras não ultrapassaram o patamar dos US\$ 100 mil, registrando-se apenas a exportação de aparelhos para fins odontológicos, sacos e embalagens, e compressores de ar. As modestas exportações eritreias para o Brasil, desde 2006, têm sido compostas por camisetas de algodão e herbicidas.

Não há registro de investimentos brasileiros na Eritreia. Entre as oportunidades de negócios para empresas brasileiras no país, destaca-se o

incentivo que vem sendo dado pelo governo eritreu para que companhias estrangeiras participem, em regime de "joint venture", de projetos de exploração mineral no país.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros residentes na Eritreia. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Eritreia são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Eritreia

POLÍTICA INTERNA

A Eritreia foi colônia italiana de 1889 a 1943, quando o seu território passou a ser administrado pelo Império Britânico após a derrota da Itália na II Guerra Mundial. Em 1952, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou resolução que previa a criação de uma Federação entre a Etiópia e a Eritreia, com base nos vínculos históricos, culturais e econômicos existentes entre os dois territórios. A resolução, que seria implementada no mesmo ano de sua adoção, contou, à época, com o patrocínio dos Estados Unidos e do Reino Unido, que visavam compensar a Etiópia por sua colaboração com os Aliados durante a II Guerra e, sobretudo, sustar avanços da URSS sobre a estratégica região do Chifre da África.

A Federação entre Etiópia e Eritreia foi contestada desde seu início por grupos opositores eritreus, para os quais a resolução da AGNU não correspondia aos anseios de auto-determinação. Em 1962, após ordenar o fechamento do Parlamento eritreu, o Imperador Haile Selassie anexa unilateralmente o território da Eritreia. Inicia-se a partir de então o conflito armado pela independência do país, capitaneado pelos integrantes da Frente de Liberação da Eritreia (ELF, em inglês), movimento fundado por expatriados eritreus residentes no Cairo, em 1960.

A guerra pela independência da Eritreia perduraria mesmo após a deposição do Imperador Haile Selassie em 1974. O “Derg” (junta militar de ideologia marxista liderada por Mengistu Haile Mariam) intensificaria a repressão aos independentistas eritreus ao longo dos anos 1970 e 1980.

Em 1972, divergências entre as lideranças da ELF levaram à criação da Frente de Liberação do Povo Eritreu (EPLF, em inglês). Os anos seguintes seriam marcados por sucessivos confrontos entre as duas facções pelo comando da resistência contra a ocupação etíope. Apenas ao final dos anos 1970, a EPLF, liderada pelo atual presidente Isaias Afewerki, lograria impor-se sobre os demais grupos armados.

O fim da ditadura de Mengistu, em 1991, abriu caminho para o estabelecimento de negociações de paz entre a Eritreia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, referendo em que a esmagadora maioria da população da Eritreia (99,83%) votou em favor da independência, que, naquele mesmo ano, foi declarada. A EPLF, facção dominante no país, liderou os trabalhos de convocação da Assembleia Nacional e reconfigurou-se como partido político de modo a acomodar novos segmentos da sociedade eritreia, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, em inglês). Em maio de 1993, Isaias Afewerki, antigo militante da EPLF, foi designado presidente pela Assembleia Nacional.

Nos anos seguintes, a PFDJ se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembleia, sem contanto ter sido implementada até os dias de hoje. As eleições nacionais, previstas para aquele mesmo ano, foram inicialmente adiadas para 2001, depois indefinidamente.

Por ocasião da “Primavera Árabe” de 2011, invocando a necessidade de união nacional frente a inimigos externos, o presidente Afewerki buscou aumentar o poder das forças armadas e do aparato de segurança do estado, reprimindo ou banindo dissidências. A Eritreia segue sendo um estado unipartidário e militarizado (o serviço militar obrigatório pode durar indefinidamente), onde a imprensa é exclusivamente governamental. Esse quadro parece ter mudado muito pouco, até o momento, com a assinatura do acordo de paz com a Etiópia em julho de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

Durante os quatro anos seguintes à independência eritreia (1993), Eritreia e **Etiópia** mantiveram relações amistosas, motivadas pela interdependência econômica, que se refletia principalmente na necessidade de acesso da Etiópia aos portos eritreus. Em 1997, as relações com a Etiópia deterioraram-se, sobretudo devido a questões relativas às condições de acesso etíope ao mar. Em 1998, iniciou-se guerra de fronteira, que resultou em milhares de vítimas e agravou as condições de pobreza e fome nos dois países.

O Acordo de Argel, assinado no ano 2000, logrou estabelecer um cessar-fogo entre a Eritreia e a Etiópia, possibilitando a criação, em julho do mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE). Os principais objetivos da UNMEE eram monitorar o cessar-fogo entre os dois países e demarcar os limites da fronteira comum. Em 2003, a comissão encarregada pela ONU da demarcação de fronteiras ("Eritrean-Ethiopian Boundary Commission") apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça. Entretanto, diante da animosidade e da falta de consenso entre as partes, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) encerrou, em julho de 2008, o mandato da Missão.

Em 5 de junho de 2018, no contexto das diversas reformas liberalizantes empreendidas pelo primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Etiópia surpreendeu observadores ao anunciar que acataria integralmente o Acordo de Argel. Em 8 de julho, Ahmed realizou visita histórica a Asmara, na qual, em encontro com o presidente Isaias Afewerki, anunciou abertura mútua de Embaixadas, estabelecimento de conexão aérea e autorização para ligações telefônicas, assinando, na ocasião, Declaração Conjunta de Paz e Amizade. Em 14 de julho, Afewerki reciprocou a visita, presidindo a cerimônia de abertura da Embaixada da Eritreia em Adis Abeba.

O **Djibuti** cortou relações com a Eritreia após o início do conflito etíope-eritreu, mas as restabeleceu em 2000, com a assinatura do Acordo de Argel. Entre 2004 e 2006, houve uma aproximação entre os dois países, consubstanciada na assinatura de acordos políticos, econômicos e militares. Entretanto, o relacionamento bilateral voltou a sofrer forte revés em abril de 2008, período em que ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritreia, pouco antes do fim do mandato da UNMEE. A despeito da tentativa

de mediação da Liga Árabe e do Catar, em maio e junho de 2008, choques violentos ocorreram na região fronteiriça de Ras Doumeira. Em janeiro de 2009, o CSNU instou ambas as partes envolvidas no conflito a retirar tropas e equipamentos militares da região, o que foi feito pelo Djibuti, mas não pela Eritreia. Em setembro de 2018, na esteira do acordo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, este país e o Djibuti anunciaram que restaurariam relações diplomáticas.

As seguidas acusações de apoio a grupos insurgentes na **Somália** levaram à imposição de sanções pelo CSNU e debilitaram as relações com Washington, que incluiu a Eritreia em lista de países que apoiavam o terrorismo internacional. Em dezembro de 2009, o CSNU adotou a Resolução 1907, que impunha sanções à Eritreia pelo envolvimento do país na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações do CSNU sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti. O documento estabelecia embargo de armas, interdições de viagens e congelamento de ativos de indivíduos e entidades que oferecessem apoio a grupos armados no Chifre da África ou obstruíssem o cumprimento das disposições do CSNU sobre o conflito com o Djibuti ou os trabalhos do Grupo de Monitoramento das sanções. À época, a resolução foi bem recebida tanto pela União Africana (UA) quanto pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), organização que reúne os países da região do Chifre da África.

Em 14 de novembro de 2018, o CSNU anunciou a suspensão das sanções impostas contra a Eritreia, medida que já vinha sendo defendida por países da região, com destaque para a Etiópia.

A Eritreia sempre atribuiu alta prioridade às suas relações com o **Egito**, percebido como a outra potência na região, capaz de contrabalançar a influência etíope. O Egito é um dos poucos países africanos a manter embaixada residente no país e o aeroporto do Cairo é um dos poucos a ter ligação aérea direta para Asmara, com cinco voos semanais, em operação deficitária.

ECONOMIA

A Eritreia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 181º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU. O período de quase vinte anos sob o regime do "Derg", bem como os conflitos com a Etiópia,

tiveram impacto sensivelmente negativo sobre a economia do país. Apesar disso, tem apresentado taxas expressivas de crescimento nos últimos anos (4,2% em 2018), impulsionadas, sobretudo, pelo desenvolvimento do setor de mineração. O setor de serviços foi responsável por 63% do PIB eritreu em 2017. A agricultura emprega cerca de 80% da população economicamente ativa, mas corresponde a apenas 14% do PIB. O irregular regime de chuvas e o histórico de conflitos armados e tensões sociais no país prejudicaram o desenvolvimento do setor agrícola, que é altamente dependente da importação de grãos para suprir o consumo doméstico. A insegurança alimentar constitui o principal problema socioeconômico, afetando cerca de 60% da população.

A mineração tem-se constituído em uma das principais fontes de geração de renda na Eritreia, beneficiando-se da atual política do governo eritreu de atração do capital estrangeiro para o setor. Empresas estrangeiras interessadas na exploração de minérios no país devem seguir o regime de "joint venture" com a estatal ENAMCO (Companhia Nacional Eritreia de Mineração). Pesquisas de empresas sul-africanas indicam a existência de minérios em 60% do território eritreu, sendo potássio o mais abundante, provavelmente uma das maiores reservas do mundo. Cobre, zinco, prata e ouro são extraídos em pelo menos cinco minas principais, exploradas por empresas de origem russa, australiana, chinesa e canadense. Outros minérios também presentes em solo eritreu, como sílica e tântalo, ainda não tiveram sua exploração comercial iniciada.

A Eritreia enfrenta sérios desequilíbrios macroeconômicos, como a alta da inflação e do endividamento interno e externo, além de persistente déficit em transações correntes. Embora inexistam dados oficiais, o FMI estima que a Eritreia enfrente déficits fiscais crônicos, desde sua independência, em média de 18% do PIB entre 2000-2010. O déficit fiscal no ano de 2017 é estimado em 9,8%. Ainda de acordo com o FMI, a dívida pública teria atingido 131% do PIB em 2017. A previsão para 2019 é que essa dívida se reduza ligeiramente em função do crescimento das receitas provenientes da exploração mineral no país. A inflação atingiu 14% ao ano em 2017, segundo relatório da "The Economist Intelligence Unit", e tem como uma de suas causas a impressão de papel-moeda pelo Banco Central para financiamento do déficit fiscal. Os altos gastos governamentais destinados ao setor de defesa, na última década, diminuíram consideravelmente a margem para a implementação de políticas de ajuste fiscal, além de imporem restrições à adoção de políticas

públicas voltadas à promoção do desenvolvimento.

Ao longo dos últimos anos, o governo eritreu tem buscado adotar medidas de liberalização econômica, a fim de atrair investimentos estrangeiros para o país. Em fevereiro de 2013, o governo flexibilizou as regras para transações em moeda estrangeira, antes fortemente restritivas. Os efeitos econômicos dessas medidas até o momento, entretanto, foram reduzidos, já que poucas empresas privadas investem no país e sempre em parceria com o governo. Em 2015, o governo recolheu toda a moeda corrente, e imprimiu novo modelo de notas, a fim de conter a inflação e o mercado paralelo de câmbio.

As exportações da Eritreia atingiram, em 2018, aproximadamente US\$ 760 milhões. Os principais compradores foram a China (62%) e a Coreia do Sul (28%). Os principais produtos exportados foram ouro e outros minerais, gado, tecidos, comida e bens manufaturados. Por sua vez, as importações foram de cerca de US\$ 1,17 bilhão, no mesmo ano, e concentraram-se em máquinas para mineração, petróleo, alimentos e bens manufaturados. Os principais países de origem das importações eritreias foram Emirados Árabes Unidos (14,5%), China (13%), Arábia Saudita (13%), Itália (13%) e Turquia (5,5%).

O governo eritreu aposta nas exportações decorrentes da exploração de minérios no país como solução para o persistente e vultoso déficit nas contas externas, em momento em que as remessas enviadas por eritreus da diáspora (cerca de 850 mil emigrados dispersos pelo mundo), fonte tradicional de divisas para o país, têm decrescido continuamente, segundo analistas. Em 2018, a balança comercial eritreia registrou déficit de, aproximadamente, US\$ 168 milhões. Além da dependência em relação à importação de alimentos, esse déficit explica-se pela necessidade de importação de maquinários para a mineração, e de petróleo, em consequência da carência de combustíveis no país. O preço do cobre em ascensão, além da projetada expansão do setor de exploração mineral no país, deverão garantir uma redução do déficit comercial nos próximos anos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|------------------|--|
| 300 a 600 | O território da atual Eritreia é parte do reino de Aksum |
|------------------|--|

| | |
|--------------------|--|
| 600 | Árabes introduzem o Islã nas áreas costeiras |
| 1500 | Turco-otomanos estabelecem uma fortaleza em Massawa, na costa do Mar Vermelho |
| 1881 a 1890 | A Itália proclama o estabelecimento da colônia da Eritreia |
| 1941 | Forças britânicas ocupam a Eritreia |
| 1949 | A Grã-Bretanha administra a Eritreia como um território fiduciário das Nações Unidas |
| 1952 | A Assembleia Geral da ONU vota a favor da transformação da Eritreia em ente federado da Etiópia. Resistência islâmica eritreia ganha corpo |
| 1958 | A Frente de Libertação da Eritreia (ELF) é formada no Cairo por islâmicos separatistas, trabalhadores e estudantes |
| 1960 | Governo etíope assume controle da educação eritreia |
| 1962 | A Etiópia anexa a Eritreia com o status de província; ganha força a luta pela independência eritreia |
| 1967 | Tem inicio a guerra de guerrilha em larga escala |
| 1970 | O ELF se divide e a Frente de Libertação do Povo da Eritreia (EPLF) é formada e passa a reivindicar uma revolução social |
| 1974 | O imperador etíope Haile Selassie é destituído por golpe militar. Uma junta militar liderada por Mengistu Haile Mariam toma o poder |
| 1977 a 1978 | Com apoio soviético, forças etíopes revertem avanços militares feitos pelos guerrilheiros eritreus |
| 1982 | A Etiópia lança um massivo ataque militar, conhecido como “Campanha Estrela Vermelha”, mas sofre pesadas baixas |
| 1991 | A Frente de Libertação do Povo da Eritreia toma a capital, Asmara e forma um governo provisório. O |

| | |
|--------------------|--|
| | EPLF ajuda seus aliados no movimento rebelde etíope a derrubar Mengistu Haile Mariam |
| Abr/1993 | Os eritreus votam esmagadoramente a favor da independência em referendo realizado sob os auspícios da ONU |
| Jul/1993 | É assinado acordo entre Eritreia e Etiópia para utilização conjunta de recursos, cooperação em temas como energia, educação, transporte e defesa, bem como para garantia da livre circulação de pessoas entre os dois países |
| 1998 a 2000 | Confrontos entre a Eritreia e a Etiópia escalam para uma guerra que deixa 70 mil vítimas |
| 2000 | Assinatura do Acordo de Argel, que estabeleceu cessar-fogo entre a Eritreia e a Etiópia; criação da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE) |
| 2003 | Relatório da comissão da ONU para a delimitação das fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia é submetido à Corte Internacional de Justiça |
| 2007 | A Eritreia se retira do órgão regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento) |
| 2008 | Extinção da UNMEE pelo Conselho de Segurança da ONU |
| Jun/2008 | Enfrentamentos entre tropas do Djibuti e da Eritreia na área fronteiriça de Ras Doumeira; ao menos nove soldados djibutianos são mortos |
| Dez/2009 | A ONU impõe sanções contra a Eritreia, acusada de apoiar insurgentes islâmicos na Somália |
| Jun/2010 | Eritreia e Djibuti chegam a um acordo para resolver pacificamente a disputa de fronteiras entre os dois países |
| Jun/2014 | O Conselho de Direitos Humanos da ONU emite alerta sobre o grande número de refugiados eritreus |
| Jul/2016 | O Conselho de Direitos Humanos da ONU pede que a União Africana investigue os líderes eritreus por supostos crimes contra a humanidade |
| Jul/2017 | A UNESCO acrescenta Asmara à sua lista de sítios do Patrimônio Mundial, descrevendo-a como exemplo bem preservado de uma cidade colonial planejada |
| Jul/2018 | Etiópia e Eritreia assinam declaração conjunta de paz e |

| | |
|-----------------|--|
| | amizade e colocam fim ao estado de guerra entre os dois países |
| Nov/2018 | O Conselho de Segurança da ONU suspende, definitivamente, as sanções impostas à Eritreia |

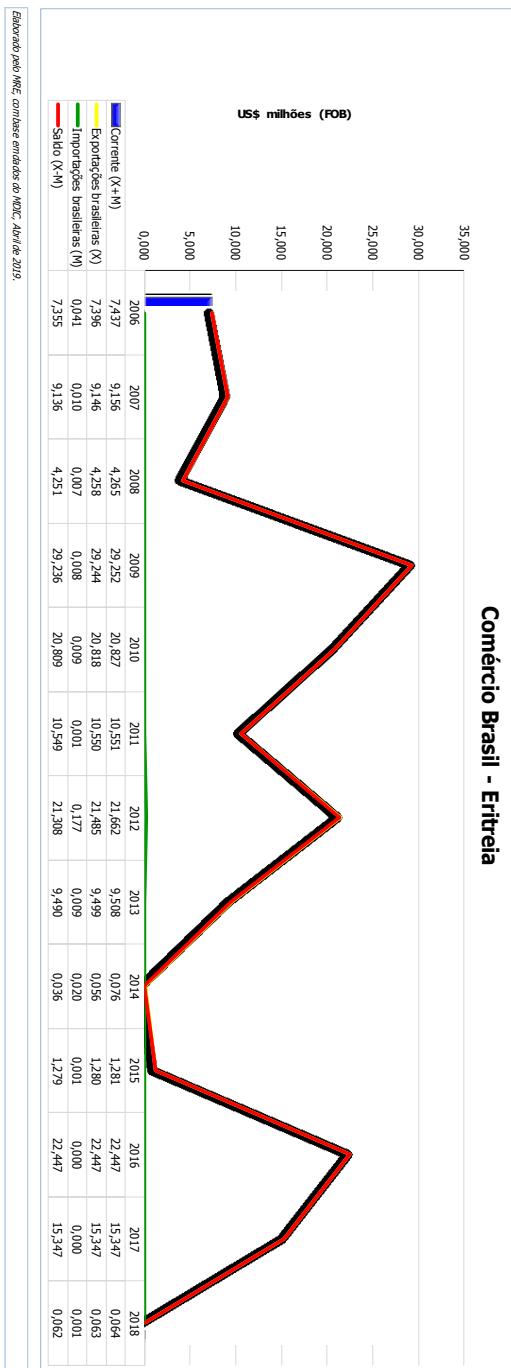
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|-----------------|--|
| 1996 | Estabelecimento de relações diplomáticas |
| Fev/2010 | Visita ao Brasil do ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji |
| Mai/2010 | Visita a Brasília do ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre, para participação no Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural |
| 2011 | Visita ao Brasil do ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre |
| 2016 | Visita ao Rio de Janeiro do ministro dos Esportes da Eritreia, Zemedé Tekle Woldeatios, para assistir aos Jogos Olímpicos. |

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Eritreia.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

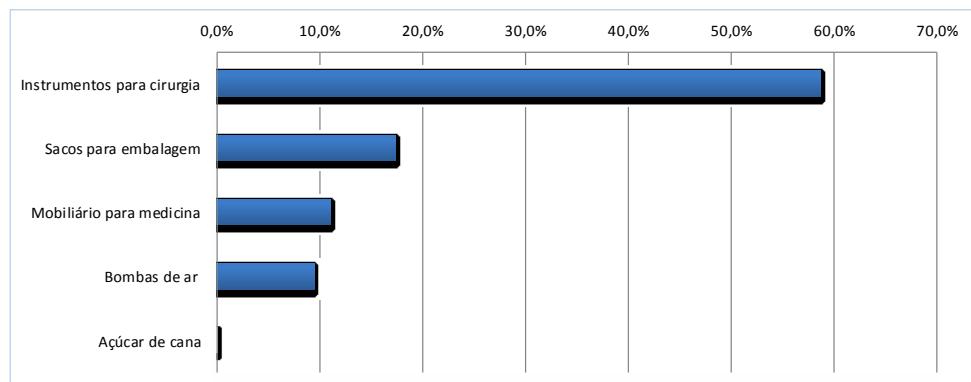


Composição das exportações brasileiras para a Eritreia
US\$ milhões

| Grupos de produtos (SH4) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---------------------------------|---------------|------------------------|---------------|------------------------|--------------|------------------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Instrumentos para cirurgia | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% | 0,037 | 58,7% |
| Sacos para embalagem | 0,021 | 0,1% | 0,013 | 0,1% | 0,011 | 17,5% |
| Mobiliário para medicina | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% | 0,007 | 11,1% |
| Bombas de ar | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% | 0,006 | 9,5% |
| Açúcar de cana | 22,365 | 99,6% | 15,324 | 99,9% | 0,000 | 0,0% |
| Subtotal | 22,386 | 99,7% | 15,337 | 99,9% | 0,061 | 96,8% |
| Outros | 0,061 | 0,3% | 0,010 | 0,1% | 0,002 | 3,2% |
| Total | 22,447 | 100,0% | 15,347 | 100,0% | 0,063 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

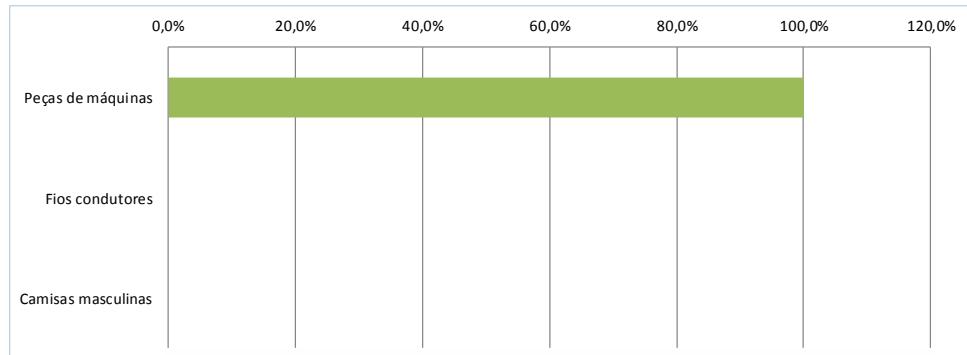


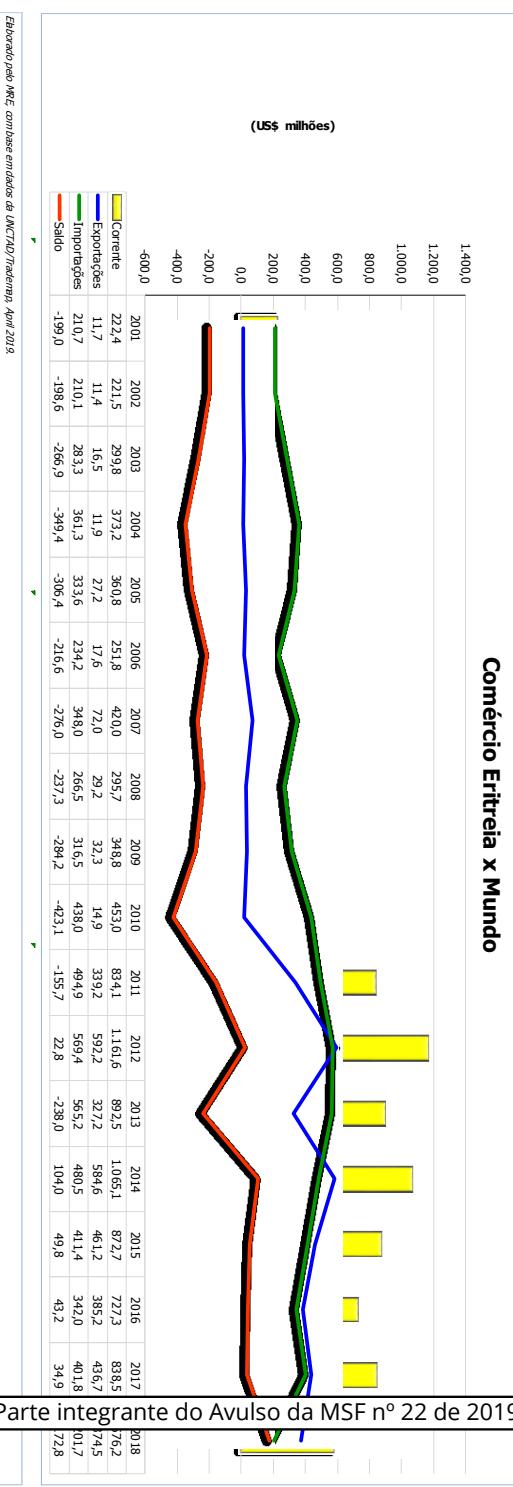
Composição das importações brasileiras originárias da Eritreia
US\$ milhões

| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---------------------------------|--------------|------------------------|--------------|------------------------|--------------|------------------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Peças de máquinas | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% | 0,001 | 100,0% |
| Fios condutores | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% |
| Camisas masculinas | 0,0003 | 100,0% | 0,0001 | 100,0% | 0,000 | 0,0% |
| Subtotal | 0,000 | 100,0% | 0,000 | 100,0% | 0,001 | 100,0% |
| Outros | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% | 0,000 | 0,0% |
| Total | 0,000 | 100,0% | 0,000 | 100,0% | 0,001 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



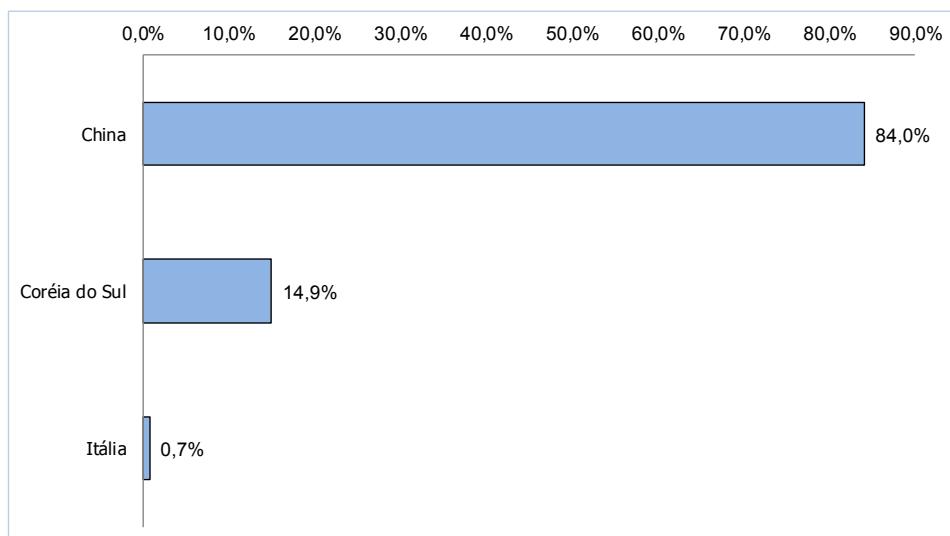


Principais destinos das exportações da Eritreia
US\$ milhões

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---------------------------|---------------|-----------------|
| China | 314,58 | 84,0% |
| Coréia do Sul | 55,97 | 14,9% |
| Itália | 2,58 | 0,7% |
| ... | | |
| Brasil (38º lugar) | 0,00 | 0,0% |
| Subtotal | 373,13 | 99,6% |
| Outros países | 1,35 | 0,4% |
| Total | 374,48 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais destinos das exportações

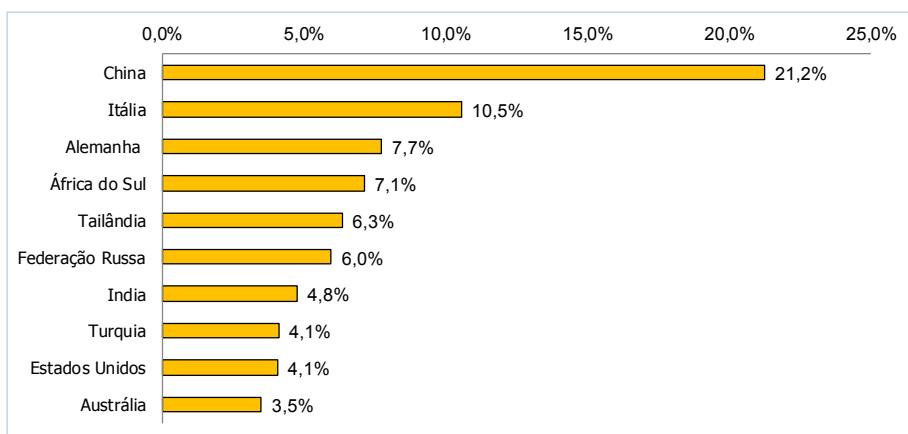


Principais origens das importações da Eritreia
US\$ milhões

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---------------------------|---------------|------------------------|
| China | 42,84 | 21,2% |
| Itália | 21,27 | 10,5% |
| Alemanha | 15,60 | 7,7% |
| África do Sul | 14,37 | 7,1% |
| Tailândia | 12,79 | 6,3% |
| Federação Russa | 12,02 | 6,0% |
| India | 9,59 | 4,8% |
| Turquia | 8,27 | 4,1% |
| Estados Unidos | 8,19 | 4,1% |
| Austrália | 7,05 | 3,5% |
| ... | | |
| Brasil (38º lugar) | 0,04 | 0,0% |
| Subtotal | 152,02 | 75,4% |
| Outros países | 49,70 | 24,6% |
| Total | 201,72 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais origens das importações

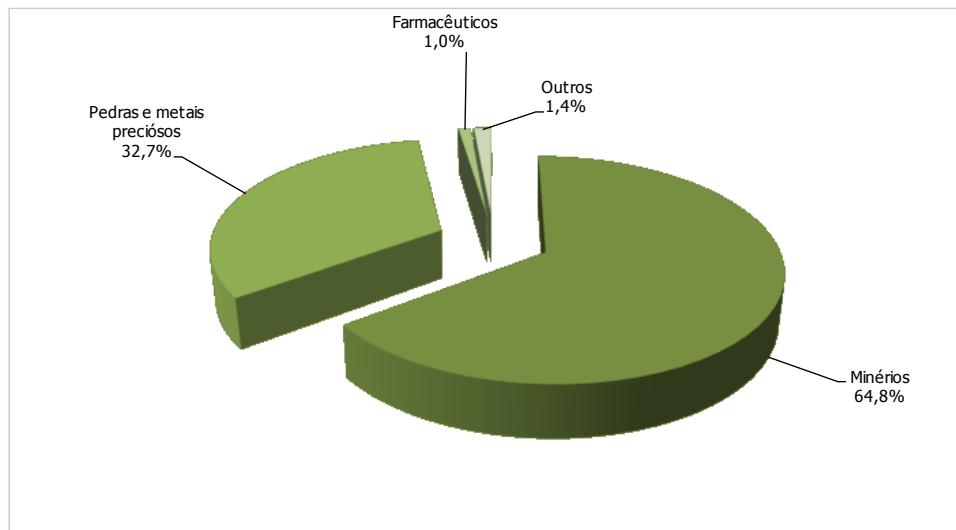


Composição das exportações da Eritréia
US\$ bilhões

| Grupos de Produtos (SH2) | 2017 | Part.% no total |
|---------------------------------|---------------|------------------------|
| Minérios | 283,19 | 64,8% |
| Pedras e metais preciosos | 143,01 | 32,7% |
| Farmacêuticos | 4,21 | 1,0% |
| Subtotal | 430,42 | 98,6% |
| Outros | 6,30 | 1,4% |
| Total | 436,72 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos exportados



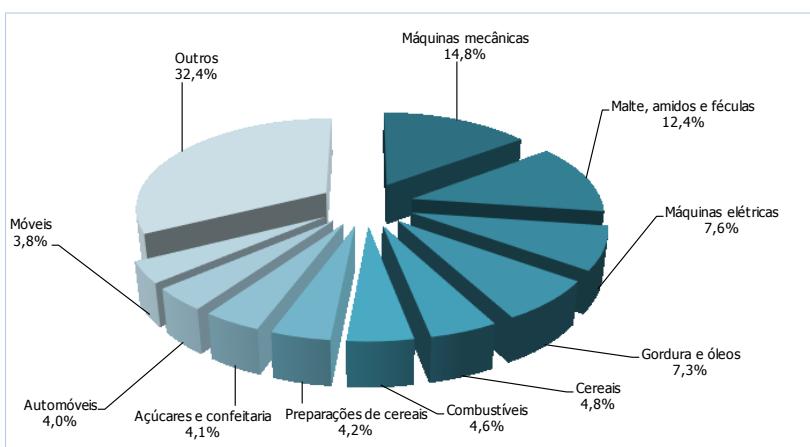
Dados de 2018 não disponíveis

Composição das importações da Eritreia
US\$ bilhões

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | Part.% no total |
|--------------------------|---------------|-----------------|
| Máquinas mecânicas | 59,48 | 14,8% |
| Malte, amidos e féculas | 49,92 | 12,4% |
| Máquinas elétricas | 30,60 | 7,6% |
| Gordura e óleos | 29,20 | 7,3% |
| Cereais | 19,24 | 4,8% |
| Combustíveis | 18,56 | 4,6% |
| Preparações de cereais | 16,86 | 4,2% |
| Açúcares e confeitaria | 16,50 | 4,1% |
| Automóveis | 16,07 | 4,0% |
| Móveis | 15,11 | 3,8% |
| Subtotal | 271,54 | 67,6% |
| Outros | 130,25 | 32,4% |
| Total | 401,79 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2019.

10 principais grupos de produtos importados

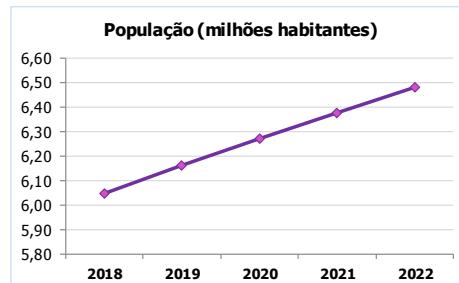
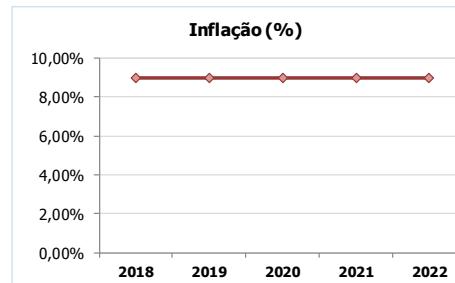
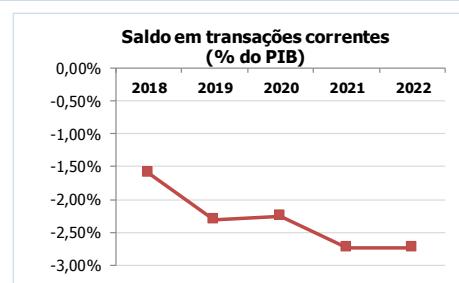
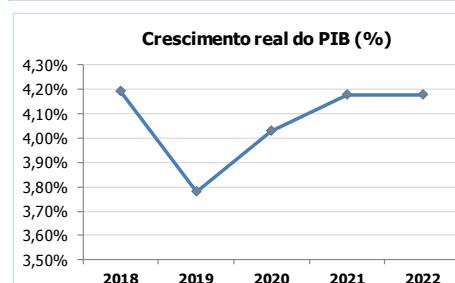


DADOS DE 2018 NÃO DISPONÍVEIS

Principais indicadores socioeconômicos da Eritreia

| Indicador | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Crescimento real do PIB (%) | 4,19% | 3,78% | 4,03% | 4,18% | 4,18% |
| PIB nominal (US\$ bilhões) | 6,72 | 7,72 | 8,12 | 9,39 | 10,87 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 1.112 | 1.253 | 1.295 | 1.472 | 1.677 |
| PIB PPP (US\$ bilhões) | 10,02 | 10,63 | 11,26 | 11,95 | 12,98 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 1.658 | 1.725 | 1.797 | 1.875 | 1.957 |
| População (milhões habitantes) | 6,05 | 6,16 | 6,27 | 6,38 | 6,48 |
| Desemprego (%) | — | — | — | — | — |
| Inflação (%) ⁽²⁾ | 9,00% | 9,00% | 9,00% | 9,00% | 9,00% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -1,61% | -2,31% | -2,26% | -2,74% | -2,74% |
| Origem do PIB (2017 Estimativa) | | | | | |
| Agricultura | | | 11,7% | | |
| Indústria | | | 29,6% | | |
| Serviços | | | 58,7% | | |

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2019 e da Cia.gov/World Factbook.
 (1) Estimativas FMI e EIU.
 (2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL NO CAIRO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR RUY AMARAL**

Transmito síntese do relatório de minha gestão na embaixada no Cairo, no período de 02/2015 a 03/2019.

CONTEXTO POLÍTICO INTERNO

1. O período de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil no Cairo, onde cheguei em fevereiro de 2015, coincidiu grosso modo com o primeiro mandato do presidente Abdel Fattah El-Sisi, iniciado em 8/6/2014, e com o princípio do segundo, que começou em 2/6/2018, e, por conseguinte, com o processo de normalização pós-revolução de 2011, com o reforço da influência das forças armadas, e de recuperação do prestígio do Egito como ator de relevo nos planos internacional e regional. Sua política foi marcada pela restauração do status quo pré-revolucionário, pela guerra contra a Irmandade Muçulmana (IM), o fundamentalismo islâmico e o terrorismo, bem como pelas profundas reformas econômicas introduzidas a partir de 2016.

2. Foi com determinação que o governo egípcio empenhou-se em apagar as marcas da “primavera árabe” e do período decorrido entre a queda de Mubarak e a ascensão de Sisi e, ao mesmo tempo, restaurar a ordem precedente. São demonstrativas dessa tendência as discussões ora em curso no parlamento para emendar a constituição de 2014, com vistas a reforçar as competências do Executivo e das Forças Armadas e introduzir dispositivo transitório que permitirá ao PR Sisi permanecer no poder até 2034. Esse processo, contudo, foi caracterizado por importante diferença em comparação com os governos Sadat e Mubarak: a perseguição implacável à Irmandade Muçulmana e ao islamismo político em geral, somente comparável à que teve lugar durante os anos Nasser.

3. Após a chegada de Sisi ao governo, a IM foi declarada grupo terrorista, todos os seus bens expropriados e as lideranças que permaneceram no país, encarceradas. Na virulenta retórica adotada pelo governo egípcio, necessária, sobretudo nos anos iniciais após a queda de Morsi, a Irmandade passou a ser considerada como ameaça ao Estado egípcio, equiparada à representada por grupos terroristas radicais como a Al-Qaida ou o autoproclamando “estado islâmico”. Trata-se, a meu ver, de um exagero. Embora alguns membros da IM, a título individual, possam recorrer à violência, não me parece razoável colocar a IM no mesmo patamar da Al-Qaida ou do Daesh. Isso não implica que, num movimento brusco, a confraria não possa retomar o uso da violência como forma de combater os “infiéis”, política que está no cerne de sua ideologia. Embora os métodos utilizados nas últimas décadas pela Irmandade Muçulmana no Egito hajam sido distintos daqueles dos movimentos jihadistas, no plano das ideias as diferenças não são grandes. Afinal, não se pode esquecer que Ayman Al-Zawahiri, sucessor de Bin Laden, é um egresso da confraria e que Sayyid Qtub, principal ideólogo da Al-Qaida, foi guia-supremo da IM e é um de seus principais teóricos.

4. Embora seja difícil estimar o apoio de que a IM desfruta no momento, pode-se supor uma acentuada redução em sua influência na sociedade egípcia, sobretudo porque, ao haver sido

despojada da rede de instituições que usava para fazer proselitismo, a IM perdeu seus canais de comunicação com a população. Tal tendência não implica, necessariamente, que a sociedade egípcia esteja menos inclinada a apoiar vertentes e partidos políticos de orientação islamista.

5. O terrorismo islâmico é fenômeno com o qual o Egito convive há décadas, que recrudesceu após a deposição de Mohamed Morsi, e é considerado a maior ameaça do país, a ser combatida de todas as formas. Em que pesem os esforços do governo e a grande mobilização militar no contexto da campanha “Sinai 2018” - ofensiva que envolve 60.000 efetivos das forças armadas e 52.000 policiais, com o objetivo de “erradicar o terrorismo” no país-, persistem incidentes terroristas, direcionados quase sempre contra as forças de segurança, sobretudo na província do Norte do Sinai. Hoje, ademais de grupos de menor importância que operam no país, a principal ameaça vem do grupo atuante no norte da península do Sinai, batizado de “Wilayat Sinai” (Província do Sinai), o qual declarou fidelidade ao autoproclamado “estado islâmico” em 11/2014.

6. Registraram-se, durante o período de minha gestão no posto, atentados terroristas de alta intensidade contra membros do governo, forças de segurança e fiéis cristãos e muçulmanos sufistas, bem como a turistas, com repercussões amplamente negativas para a imagem internacional do Egito. Dentre esses, destaco: assassinato do procurador-geral do Egito no Cairo, em 06/2015; confrontos seguidos de ocupação durante horas, pelos terroristas, da cidade de Sheikh Zuweid no Norte do Sinai, em 07/2015; derrubada do voo russo Metrojet 9268 no Sinai, em 10/2015 (224 mortos); ataque à Igreja Botroseya, no Cairo, em 12/2016 (29 mortos); ataques a bomba à Igreja de São Jorge (Tanta) e à Catedral São Marcos (Alexandria) em 04/2017 (45 mortos); ataque a ônibus de peregrinos cristãos em Minya, em 05/2017(28 mortos); e o particularmente traumático atentado à mesquita sufista de Al-Rawda, no Norte do Sinai, em 11/2017 (305 mortos). Não se pode deixar de reconhecer que a situação securitária do país experimentou notáveis progressos nos últimos dois anos, que se traduzem no robusto crescimento do turismo, mas é fato que os grupos terroristas em geral, e sobretudo o “Wilayat Sinai”, embora debilitados, não estão extintos.

7. A ameaça do terrorismo, bem como os esforços para consolidar a estabilidade política e econômica do Egito no período pós-revolucionário, embasam a narrativa de que o país estaria passando por “período de transição”, o que justificaria a adoção de medidas repressivas e mesmo violações de direitos humanos. Em 04/2018, o PR Sisi foi reeleito para segundo mandato (2018-2022), com 97% dos votos e taxa de comparecimento de 41%. Nos meios internacionais, o processo foi alvo de críticas, sobretudo após a desistência e a desqualificação das pré-candidaturas de diversos opositores: Khaled Ali, Mohamed Anuar Sadat e a dos generais Sami Anan e Ahmed Shafik.

8. Com a recondução de Sisi ao poder em 2018, a consolidação do regime tem-se dado juntamente com a crescente influência das forças armadas, o fortalecimento do aparelho repressivo e o combate à oposição política, não apenas islamista, mas também a qualquer força que pretenda desafiar o projeto de modernização em curso. O país segue em estado de emergência, foi aprovada controversa lei que concede imunidade a altos oficiais e têm sido limitados o direito de associação, a liberdade de expressão e a atuação das ONGs. Há também alegações, por parte de organizações de proteção aos direitos humanos, de que são altos os números de pessoas presas por motivo político (40.000) e de civis julgados em tribunais militares (7.000). Tais números, entretanto, devem ser lidos com cautela, pois não foram divulgados juntamente com o método de cálculo.

9. Nesse contexto, e por receio de diversas forças políticas e sociais de que maior abertura democrática possa reconduzir os islamistas ao poder ou pôr em risco as necessárias reformas econômicas, está em curso proposta de emenda à constituição de 2014. O pacote de emendas prevê, entre outras medidas, (1) a reinstituição do Senado; (2) ampliação dos poderes presidenciais na nomeação dos chefes de tribunais superiores e do procurador-geral; (3) flexibilização das condições para julgamento de civis em tribunais militares; e (4) inclusão, entre as funções constitucionais das forças armadas, da “preservação dos elementos essenciais do Estado e de seu caráter civil (não religioso)”. Em particular, prevê a extensão do mandato presidencial de quatro para seis anos, bem como a inclusão de dispositivo que permitiria ao “atual Presidente da República candidatar-se a nova reeleição”, dando, portanto, amparo legal à permanência do PR Sisi no poder até 2034. A proposta está sendo tramitada, em caráter de urgência, no parlamento e será submetida a referendo popular em futuro próximo.

10. Tendo em conta a ativa campanha junto à opinião pública para apresentar a reforma constitucional sob uma perspectiva positiva, não se anteveem obstáculos à aprovação das emendas constitucionais. Ao ampliar o mandato e o rol de atribuições do presidente da República, bem como reforçar as funções das forças armadas como protetoras da constituição e do regime, as emendas contribuem para formalizar maior concentração de poderes no Executivo e no estamento militar, confirmando tendência observada desde a ascensão do PR Sisi.

POLÍTICA EXTERNA

11. A política externa do governo Sisi tem-se caracterizado pela busca persistente de restauração do prestígio internacional do Egito, uma vez superada a instabilidade dos anos revolucionários, o que implica reposicionamentos na geopolítica do Oriente Médio, manutenção de relações privilegiadas com tradicionais aliados ocidentais (EUA e Europa), além da busca por diversificação de parcerias e aproximação com economias emergentes. Subjaz, nesse contexto, a visão de que o país, por sua história, pelo peso de suas instituições, pela dimensão de sua população (100 milhões) e de suas forças armadas (450 mil), pela posição geográfica estratégica e pela posse do Canal de Suez (por onde passam 8% do comércio mundial), tem reservado lugar proeminente no concerto das nações. Ademais, a estabilização econômica e securitária do país promovida por Sisi, associada a intensos esforços de diplomacia presidencial, tem possibilitado maior protagonismo do Egito no encaminhamento de crises regionais.

12. As prioridades da política externa do Egito concentram-se na gestão das crises em suas fronteiras. Na medida em que põe em risco a própria segurança do território egípcio, por compartilhar fronteira altamente porosa de 1.100km, a Líbia constitui tema de prioridade máxima para o Egito. A estratégia do país no acompanhamento da crise líbia pauta-se pela contenção da influência islamista, o que leva o Cairo a apoiar, com discrição, o general Khalifa Haftar e seu "exército nacional líbio" (ENL), vistos como capazes de reprimir o terrorismo e o islamismo político no país vizinho. Oficialmente, o Cairo reconhece o Governo do Acordo Nacional (GAN), instalado em Trípoli, e apoia os esforços das Nações Unidas.

13. Com a retomada, em 2017, sob os auspícios da ONU, das negociações entre as partes em conflito, visando à formação de novo arranjo político em substituição ao GAN, o Egito passou

participar ativamente do processo de reconciliação das facções militares do país vizinho, com vistas a fortalecer o ENL, promover a unificação das forças armadas e de segurança líbias, bem como a realização de eleições o mais rapidamente possível.

14. As posições do Egito sobre a questão palestina não sofreram, em linhas gerais, alteração substantiva nos diferentes governos egípcios. O Cairo defende o respeito às resoluções das ONU e ao consenso internacional na matéria, bem como a criação de Estado Palestino com Jerusalém Oriental como sua capital, com base nas fronteiras de 1967. O país vê a resolução da questão palestina como elemento crucial para a estabilidade regional e a redução do extremismo. Com a progressiva recuperação de seu status regional, o Egito vê-se em melhores condições de apresentar-se como defensor da causa palestina no âmbito internacional. Nesse sentido, o Egito condenou duramente o reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel e a transferência para a cidade de sua embaixada.

15. O relacionamento com o Hamas, visto como braço palestino da Irmandade Muçulmana, sofreu profunda alteração durante o governo Sisi, que, em seu início, em 2015, chegou a declarar o movimento grupo terrorista e a manter a passagem de Rafah fechada de maneira quase permanente, contribuindo sobremaneira para o bloqueio de Gaza. O desenrolar dos acontecimentos fez o governo egípcio mudar de posição, não só por razões internas, ao reconhecer que a cooperação do Hamas era indispensável para debelar o terrorismo no norte do Sinai, mas também pelo temor de que a situação na Faixa fugisse ao controle e transbordasse a fronteira. Sob patrocínio da inteligência egípcia, começou-se a esboçar acordo cujos termos condicionam o alívio do bloqueio a Gaza à aceitação, pelo Hamas, de demandas egípcias em termos de segurança.

16. Em outubro de 2017, como parte de acordo entre o Hamas e o Fatah, negociado no Cairo, o Egito condicionou a abertura de Rafah, única passagem entre o Egito e os territórios palestinos, à transferência de sua administração para a Autoridade Palestina (AP), o que viabilizou sua abertura, de maneira quase permanente, entre 05/2018 e o final do ano passado. A decisão da AP de retirar seus funcionários da fronteira ocasionou o fechamento de Rafah, o que não significa, em absoluto, que o Cairo tenha desistido de desempenhar papel relevante nos esforços de reconciliação intrapalestina e de mediação entre o Hamas e Israel na Faixa de Gaza.

17. Por outro lado, as relações com Israel atravessam fase fluida. A presença de um inimigo comum nas fronteiras entre Egito e Israel, o grupo terrorista “Wilayat Sinai”, propiciou o incremento da cooperação nos campos de defesa e inteligências, a ponto de levar ao abandono, consentido, de uma das disposições do acordo de Camp David: a determinação de que a “Zona C”, extensa faixa de terra na fronteira entre Egito e Israel, fosse área de baixa presença militar e policial. Hoje, contingentes importantes do exército e da força aérea egípcia, com o beneplácito de Israel, movimentam-se na área com armamento pesado e total liberdade de ação. Ademais, as relações comerciais alcançam novo patamar com a assinatura recente de acordo de importação de gás israelense para liquefação no norte do Egito e posterior reexportação.

18. Não obstante, não se prevê qualquer inflexão na política externa egípcia no que tange ao conflito Israel-Palestina, cujo encaminhamento, nas bases internacionalmente aprovadas, continua a representar prioridade absoluta para o Cairo, inclusive por razões de política interna. É arraigado na população egípcia o senso de solidariedade com o povo palestino e de compromisso ideológico

e emocional de resistência contra Israel. A memória das guerras de 1948, 1956, 1967 e 1973 está viva na consciência coletiva do país e um sentimento disseminado de desconfiança e ressentimento para com Israel ainda prevalece.

19. No tocante às outras crises do Oriente Médio, o primeiro mandato de Sisi foi marcado por posições moderadas. Vale recordar que, no contexto pós-Morsi, o eixo da diplomacia egípcia na região deslocou-se da Turquia e do Catar, apoiadores da IM, para a Arábia Saudita e Emirados Árabes, países refratários à ascendência do islamismo político na região e os quais concederam, desde meados de 2013, substancial apoio econômico ao Egito (cerca de US\$ 30 bilhões). Ademais, como parte do processo de recuperação de seu prestígio internacional, o Egito tem buscado instrumentalizar a Liga dos Estados Árabes (LEA), instituição correntemente criticada por sua imobilidade, como forma de manter sua influência na região e renovar suas credenciais como liderança árabe.

20. Quanto ao tratamento da situação na Síria, o Egito defendeu de maneira resoluta a intervenção russa e passou a apoiar o estabelecimento de canal de negociações entre a oposição moderada e o governo sírio, ao arrepios das posições sauditas. O governo Sisi atribuiu sempre grande prioridade à preservação das instituições sírias, sobretudo de suas forças armadas. Ao longo da crise, o país limitou-se a intermediar alguns acordos de desescalada, evitando papel protagonista. Defende a manutenção da integridade territorial do país e nesse sentido condenou o reconhecimento da soberania israelense sobre o Golã ocupado.

21. No contexto de sua forte aliança com os parceiros do Golfo, o Egito tem apoiado iniciativas, como a campanha político-diplomática contra o Catar, que acusa de dar apoio a líderes refugiados da IM egípcia e de financiar o radicalismo islamista na região. No Iêmen, participa da coalizão para restabelecer o governo de Abd Rabuh Hadi, mas de forma discreta. A participação egípcia no conflito limita-se ao envio de parte da marinha para a proteção do estreito de Bab El Mandeb, ponto de acesso do Oceano Índico ao Mar Vermelho, sem que tenha havido engajamento militar.

22. Outro eixo relevante da atuação internacional egípcia são as relações com os países africanos. O Egito ocupa, em 2019, a presidência “pro tempore” da União Africana (UA), fato que vem reforçar processo de reaproximação com a África, iniciado no primeiro mandato do PR Sisi em 2014, e que reverteu décadas de atuação diplomática nas quais o Cairo distanciou-se do continente para privilegiar suas relações com o Mundo Árabe e o Ocidente.

23. A política de reaproximação e promoção da integração continental é bem demonstrada não apenas pela presença do PR Sisi em reuniões de cúpula da UA, por visitas presidenciais e pela organização de fóruns africanos no Egito, mas também pelo frequente envio, a áreas do continente afetadas por catástrofes naturais e conflitos armados, de missões médicas, assistência humanitária e tropas em operações de paz. No campo econômico, o Egito, com considerável base industrial e infraestrutura robusta, sobretudo no setor energético, é considerado uma das economias mais bem posicionadas para beneficiar-se da integração comercial na África e a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA).

24. Tema de particular relevo para a política externa do Egito é a construção da Represa da Grande Renascença Etíope (GERD), no Nilo Azul, tributário de cerca de 80% das águas do Grande Nilo.

A atuação do Cairo na questão visa à manutenção de sua cota histórica de 55 bilhões de m³ de água por ano, baseada em acordo de 1959, assinado entre o Egito e o Sudão, bem como à obtenção de garantias de que o ritmo de preenchimento da represa se dará de forma segura, de modo a evitar quaisquer danos econômicos, sociais e ambientais ao país. A Etiópia, que reconhece a legitimidade das preocupações egípcias, alega, por sua vez, seu direito ao desenvolvimento (mais de 60% da população etíope não possui acesso à energia elétrica).

25. Em 2015, Egito, Etiópia e Sudão assinaram declaração de princípios para alcançar acordo sobre o prazo de preenchimento do reservatório e o método de operação da represa, a partir de relatório técnico a ser elaborado por consultoria independente. O acordo, no entanto, nunca chegou a ser implementado, gerando grave fricção nas relações entre os dois países. A chegada do PM Ahmed Abiy ao poder na Etiópia contribuiu para imprimir dinâmica positiva às negociações, sobretudo após seu anúncio, em visita ao Cairo, de que a Etiópia respeitará a quota egípcia. Outras questões técnicas e, principalmente, a definição sobre o prazo de preenchimento da represa, cerne das preocupações egípcias, seguem inconclusas.

26. Em suas relações com os sócios tracionais do Ocidente, o Egito tem buscado consolidar-se como parceiro estratégico na manutenção da estabilidade regional, no combate ao terrorismo e no controle imigratório, o que contribui para contrabalançar preocupações com a situação dos direitos humanos e o déficit democrático no país.

27. As relações do governo Sisi com os Estados Unidos foram marcadas, durante a administração Obama, por relativo esfriamento. A suspensão, em 2013, da tradicional ajuda militar norte-americana de mais de um bilhão de dólares ao Egito, em protesto pela ruptura institucional e pela dura repressão a grupos de oposição, teve grande repercussão para a política exterior do Egito. O distanciamento norte-americano contribuiu para o abandono da política de relativo alinhamento à política dos EUA, característica dos anos Mubarak. Nesse quadro, tem sido buscada maior aproximação de países como França, Rússia e Alemanha e China, que se transformaram em expressivos fornecedores de equipamentos militares ao país.

28. Desde a chegada de Trump à presidência, as relações bilaterais experimentaram sensível melhora. Os dois presidentes mantiveram, à margem da abertura da 73^a AGNU, seu quinto encontro, ocasião em que o mandatário americano elogiou as reformas econômicas empreendidas pelo Egito, bem como seu sucesso na luta contra o terrorismo. Parcela da ajuda militar congelada em 2017 (US\$ 290 milhões), por “falta de progressos na área de direitos humanos”, foi liberada em julho de 2018, pondo fim a ponto de atrito nas relações bilaterais.

29. Em que pese a persistência de divergências em questões regionais, como o firme apoio egípcio à intervenção russa na Síria e a reação egípcia à transferência da embaixada estadunidense para Jerusalém, o Egito tem sido bem sucedido em minimizar as preocupações dos EUA com questões como direitos humanos, ao apresentar-se como parceiro estratégico, forte aliado no combate ao extremismo islâmico e garantidor das relações pacíficas com Israel. Os EUA celebraram a decisão do PR Sisi de emendar a legislação egípcia sobre organizações não-governamentais, que impunha rígidas restrições à atuação de organizações estadunidenses neste país. O processo de revisão legislativa parece pretender apaziguar o persistente sentimento de desconfiança, no congresso dos EUA, com o governo Sisi nesta e em outras questões.

30. A União Europeia (UE), por sua vez, constitui o principal parceiro comercial do Egito (cerca de US\$ 25 bilhões) e uma das principais origens de investimentos diretos no país, sobretudo do Reino Unido (US\$ 27 bilhões). A Alemanha, além de expressivo fornecedor de produtos de defesa, participa de grandes projetos, como a gigantesca usina movida a energia eólica e gás, construída pela Siemens, cujos custos montam a US\$ 8 bilhões. Os investimentos italianos cresceram substancialmente com a descoberta pela ENI, em 2015, do campo de gás Zohr, no Mediterrâneo. A UE financia, com fundos comunitários, cerca de 250 projetos no Egito, que montam a 1,25 bilhão de euros, valor que se multiplica se somado aos projetos individuais dos países membros.

31. A UE está profundamente comprometida com a estabilidade do Egito, considerada parte da segurança nacional europeia, não só pelo Canal de Suez, por onde transita parte substancial de sua energia, mas principalmente por questões imigratórias. Os líderes europeus elogiam o êxito egípcio no controle do tráfico de pessoas e da imigração irregular, reduzido a zero desde 2017, e que torna o país, na visão da UE, um “modelo de sucesso” na região. Ademais, a postura cooperativa do Egito, que se reflete em sua atuação diplomática e na construtiva participação nos fóruns internacionais sobre questões ambientais e de desenvolvimento, tem reforçado as credenciais do país como interlocutor confiável dos europeus. Assim, o Egito tem logrado encapsular (senão neutralizar) as sérias preocupações europeias com a situação dos direitos humanos e o déficit democrático do país. Ainda nesse contexto, o Egito sediou, em 02/2019, a I Cúpula UE-LEA, considerada êxito diplomático para o Cairo, servindo não apenas para institucionalizar canais para o fortalecimento da parceria birregional, mas também para reforçar a posição de liderança do Egito e de ator estratégico no relacionamento com os países europeus.

32. O BRICS ocupa importante lugar na estratégia egípcia de diversificação de parcerias externas. Desde a ascensão de Sisi ao poder, registraram-se trocas de visitas de alto nível com todos os membros do grupoamento, à exceção do Brasil. O Egito participou, no âmbito do diálogo expandido do bloco, da 9ª Cúpula dos BRICS organizada pela China (Xiamen, 09/2017) e da 10ª Cúpula, organizada pela África do Sul (Joanesburgo, 06/2018).

33. As relações com a Rússia, em particular, experimentaram excepcional aprofundamento. Em poucos anos, o país transformou-se em um dos principais fornecedores de armas do Egito e os dois países assinaram, durante visita de Putin ao Cairo (12/2017), acordo para a construção de usina nuclear, com capacidade de produção de 4.800MW, projeto orçado em US\$30 bilhões. A parceria com a China estreitou-se, igualmente, a partir de 2014, quando foi elevada ao patamar de “estratégica”. Sisi já realizou cinco visitas ao país e Xi Jinping, por sua vez, visitou o Egito em 2016, quando foram assinados 21 acordos em áreas como energia, transporte e infraestrutura, com volume de negócios estimado em US\$ 15 bilhões. A China mantém-se, individualmente, como principal parceiro comercial do Egito desde 2014 (fluxo de US\$ 13,8 bilhões em 2018) e revela-se ator central na estratégia egípcia de converter-se em porta de acesso aos mercados da África, conectando-se à iniciativa “Belt & Road” e tirando proveito do elevado volume do comércio sino-africano (US\$ 170 bilhões).

34. A possibilidade de incorporação do Egito ao BRICS é um desejo longamente manifestado por lideranças políticas e pela elite econômica deste país. A participação do PR Sisi à margem da 9ª Cúpula do BRICS, como parte da iniciativa chinesa BRICS Plus, foi celebrada no Cairo como mais

um passo no sentido de restaurar o prestígio internacional do Egito e interpretada como reconhecimento não somente dos esforços do governo de reformar a economia e atrair investimentos, mas também da importância estratégica do país para o acesso a mercados na África e no Oriente Médio.

CONTEXTO ECONÔMICO

35. Ao cabo do período de instabilidade revolucionária que se seguiu à queda de Mubarak, em 02/2011, e da inepta administração da Irmandade Muçulmana (2012-2013), o Egito só não foi à bancarrota graças à generosa ajuda da Arábia Saudita e de outros países do Golfo, que chegou a cerca de US\$ 30 bilhões. As incertezas derivadas da instabilidade político-institucional traduziram-se em grande fuga de capitais (estrangeiros e locais), bem como em busca queda nos investimentos diretos estrangeiros (de US\$ 10 bilhões em 2010 para US\$1,2 bilhão em 2011), de rendas do turismo, exportações e reservas em moeda forte. Há quatro anos, quando cheguei ao Cairo, os cortes de energia elétrica eram diárias e as indústrias não podiam trabalhar a plena capacidade devido à falta de energia. Empresas brasileiras passaram três anos sem poder repatriar dividendos e até mesmo a embaixada teve grande dificuldade para enviar a renda consular mensal (cerca de US\$ 15 mil), como decorrência da escassez de divisas.

36. Cabe assinalar, porém, que o Egito já vinha de décadas de distorções econômicas, desde as políticas populistas introduzidas por Nasser e mantidas por seus sucessores. São alguns exemplos desse quadro a política da “sharada”, que garantia emprego aos egressos de universidades e resultou em 7 milhões de funcionários públicos, e os subsídios à energia, falsa política social, que pouco beneficiavam os mais necessitados. Nesse cenário, 25% do orçamento eram destinados ao custeio da folha de pagamento do funcionalismo, outros 25% ao dos subsídios e 33% ao serviço da dívida, pouco sobrando para reformas estruturantes de melhoria da educação, saúde e infraestrutura.

37. Em 2016, o governo Sisi deu início a um programa de reformas com o objetivo de estimular a economia, melhorar o ambiente de negócios e preparar o terreno para o crescimento. Iniciou negociações com o Banco Mundial (BM) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que concordou em conceder ao Egito empréstimo de US\$ 12 bilhões, ao longo de três anos, para apoiar programa de reformas do governo, destinado a preencher a lacuna orçamentária e reequilibrar os mercados cambiais. O BM, por sua vez, concedeu empréstimo de US\$ 3,15 bilhões.

38. No mesmo ano, o governo introduziu, no âmbito do acordo com o FMI, profundas reformas econômicas, que incluíram: (1) introdução do imposto sobre valor agregado (IVA); (2) nova lei do serviço público, que visa a atenuar a hipertrofia do funcionalismo, cujo custeio da folha de pagamento caiu de 25% do orçamento público para 19% no último exercício fiscal; (3) eliminação gradual dos subsídios à energia, que já baixaram de 6% para 2% do PIB, e deverão ser extintos até 06/2019 (combustíveis fósseis) e 2021 (eletricidade); (4) introdução do sistema de livre flutuação da libra egípcia, que resultou, de imediato, em acentuada desvalorização, mas eliminou o câmbio negro. Desde então, a moeda local tem-se mantido estável.

39. Os resultados, se analisados os indicadores macroeconômicos do país, são muito positivos. FMI e BM têm citado, com frequência, o caso egípcio como exemplo de sucesso. A economia, que cresceu 5,3% no último exercício fiscal e deverá crescer, segundo o FMI, 5,6% no atual, que se

encerra em 30/6/2019. O PIB nominal do país (FMI 2017) é de US\$ 332,5 bilhões, PPP-1,2 trilhão (FMI 2017). Em que pesem preocupações com a sustentabilidade do crescimento da economia, puxada, sobretudo, pelos setores de construção civil e exploração de gás, é de notar que a taxa egípcia é a maior de todo o Mundo Árabe. As reservas, que se encontravam no patamar de US\$15 bilhões em 2016, elevam-se hoje a US\$ 44 bilhões. A inflação caiu de 33% em 03/2017 para 14,3% em 02/2019, ao passo que o desemprego caiu de 12,2% para 9,9% no mesmo período.

40. As contas externas do país melhoraram substancialmente. A dívida externa aumentou, mas se mantém no patamar confortável de 36,1% do PIB. O déficit em conta corrente caiu de US\$12,4 bilhões para US\$5,2 bilhões no último ano fiscal, graças a: (1) robusto crescimento do turismo, com 11,3 milhões de turistas estrangeiros em 2018, contra 4,6 milhões em 2016 (ainda aquém dos 14 milhões em 2010, antes da revolução); (2) autossuficiência em gás obtida em 2018; (3) crescimento das exportações, propiciado em grande medida pela desvalorização da libra egípcia; (4) aumento das rendas do Canal de Suez; (5) incremento nas remessas da diáspora egípcia (9,4 milhões de pessoas), que somaram US\$ 26 bilhões no último exercício fiscal.

41. O principal desafio para o equilíbrio das contas nacionais continua a ser o alto déficit público e elevado endividamento em relação ao PIB, mas há de se reconhecer que, também nesse quesito, registraram-se progressos. A dívida decresceu, no último exercício fiscal, de 103,1% para 93,6% do PIB, ao passo que o déficit fiscal caiu de 10,9% para 9,8%, o que corresponde a superávit primário de 0,1%. Prevê-se, para o atual exercício que se encerra em 30/6, superávit primário de 2%.

42. A despeito dos indicadores macroeconômicos, é importante ter presente que a combinação de desvalorização cambial com alta inflação teve efeito devastador sobre a renda e o poder aquisitivo do povo egípcio. Até o momento, a população tem aceitado as privações com resignação, mas não se sabe por quanto tempo. Os representantes do sistema financeiro internacional advertem que a população ainda tardará de dois a três anos para começar a experimentar os benefícios das reformas. Outros elementos, como (1) o elevado crescimento populacional (800.000 jovens adentram o mercado de trabalho a cada ano); (2) a volatilidade dos fluxos globais de capital e do preço do petróleo; (3) o crescente envolvimento de setores militares na economia, gerando distorções que inibem o desenvolvimento do setor privado; e (4) a instabilidade securitária na região são apontados como fatores de risco para a sustentabilidade de condições macroeconômicas favoráveis.

43. Outro desafio apontado para a sustentabilidade da economia egípcia é a atração de investimentos externos, cujos patamares encontram-se aquém do desejado pelo governo. Contudo, apesar de entraves, como o elevado endividamento público, os primeiros sinais de reformas do ambiente empresarial, com a aprovação da nova Lei de Investimentos de 2017 e a implementação de medidas apoiadas pelo FMI, oferecem perspectiva otimista: em 08/2018, a Moody's elevou a nota de crédito do Egito de "estável" para "positiva". Os investimentos estrangeiros e domésticos aumentaram 47% (2017/2018) e o investimento estrangeiro direto (IED), 15%. Em 2017, o Egito foi o principal receptor de IED na África, com US\$ 9,5 bilhões. Um dos setores que mais atrai investimentos atualmente é o da energia, tendo em conta que a localização geográfica egípcia aumenta as vantagens comparativas do país para tornar-se um "hub" energético no Oriente Médio. O campo de Zohr, descoberto pela italiana ENI em 2015, permitiu que o Egito atingisse autossuficiência em gás em 2018.

44. A inserção comercial do Egito é multifacetada, embora o país mantenha déficit comercial estrutural com quase todos os parceiros, o qual, apesar de elevado, vem diminuindo, estabilizando-se em US\$ 37,3 bilhões. Entre os principais exportadores ao Egito, estão China, com 8,6% do total (US\$ 5,406 bilhões) em 2017/2018; Arábia Saudita, com 5,7%; EAU, com 5,2%; Rússia, com 5%; e Estados Unidos e Alemanha, com 4,7%. O Brasil é o 10º maior exportador de produtos ao Egito, com 2,8% do total (US\$ 2,1 bilhões).

45. Os principais destinos das exportações do Egito em 2017/2018 foram a União Europeia (quase 35% do total); os países árabes (23,3% do total) e os países asiáticos (10,3%), sobretudo China e Índia. O Egito exporta sobretudo derivados de petróleo, produtos minerais, produtos químicos, têxteis, fertilizantes nitrogenados, gás natural, tecidos de algodão, produtos médicos, frutos cítricos, arroz e cebola seca e, mais recentemente, cimento, aço e cerâmica.

46. O país integra diversas iniciativas regionais e globais: aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 e também faz parte de uma série de Acordos de Livre-Comércio (ALCs), como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); o “Greater Arab Free Trade Area” (GAFTA); a Parceria UE-Egito; Mediterrâneo Árabe (Egito, Jordânia, Marrocos, e Tunísia); Egito-Turquia; e Egito-EFTA (Islândia, Noruega, Liechtenstein e Suíça). Em 2017, entrou em vigor o ALC Mercosul-Egito, assinado em 2010, sobre o qual discorrerei em detalhe a seguir. Além disso, o Egito concluiu vários acordos bilaterais de comércio e tratamento preferencial com outros países árabes. Os laços comerciais com a UE e os países árabes e da África do Norte cresceram nos últimos dez anos em relação à Ásia e aos Estados Unidos. O Egito também assinou o Acordo de Livre Comércio Continental Africano (AfCFTA) em 2018, o qual, quando em vigor, criará importante área de livre comércio envolvendo 55 países, com população combinada de mais de 1,2 bilhão de pessoas e PIB total de US\$ 2,5 trilhões. O Egito, como presidente da União Africana em 2019, tem como prioridade agilizar a entrada em vigor do AfCFTA, o que deve concretizar-se nos próximos meses.

RELAÇÕES BILATERAIS

47. As relações Brasil-Egito, estabelecidas em 1924, quando o Brasil abriu uma Legação no Cairo, consolidaram-se a partir da proclamação da República egípcia, em 1952. A influência exercida pelo Egito no Mundo Árabe, onde ocupa posição geográfica central e possui a mais numerosa população (um em cada quatro árabes é egípcio), além do papel de liderança desempenhado junto às nações em desenvolvimento, constituíram fatores de reaproximação entre os dois países.

48. Os primeiros anos do milênio foram marcados por aproximação sem precedentes entre Brasil e Egito, com inúmeras visitas de alto nível nos dois sentidos. O Presidente Lula visitou o país em 2003, primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Egito desde aquelas realizadas por D. Pedro II em 1871 e 1876. O embaixador Celso Amorim, enquanto ministro de estado das Relações Exteriores, fez outras quatro. Esses anos conhecem igualmente crescimento exponencial de nosso comércio bilateral, que passou de US\$ 275 milhões em 2000 para cerca de US\$ 3 bilhões em 2012.

49. Foi nesse período igualmente que começaram a chegar os primeiros investimentos brasileiros ao Egito: inicialmente com duas empresas de Caxias do Sul, Marcopolo e Randon, em 2008, e, em

seguida, com a InterCement, empresa do Grupo Camargo Correia, que produz cerca de 6% do cimento produzido no Egito. Trata-se de ativos de mais de meio bilhão de dólares.

50. Morsi realizou visita ao Brasil em 2013, a primeira de um chefe de Estado egípcio, dois meses antes de sua queda. O rompimento institucional e a dura repressão que se seguiu, com saldo de centenas de mortos, provocou grande esfriamento, por parte do Brasil, nas relações políticas bilaterais. Esse esfriamento das relações políticas foi acompanhado por queda progressiva no fluxo de comércio: nossas exportações caíram de US\$ 2,7 bilhões em 2012 para US\$ 1,7 em 2016, números eloquentes para demonstrar que, em países como o Egito, relações políticas e comércio não estão dissociados.

51. Quando de minha chegada ao posto, em fevereiro de 2015, recebi instruções para atuar no sentido de superar o momento de esfriamento e, sobretudo, tendo em conta a importância do mercado egípcio, principal destino de nossas exportações na África, elevá-las ao tradicional patamar de diálogo e cooperação construtivos. Trouxe comigo carta do então ministro Mauro Vieira convidando o MNE Sameh Shoukri para visitar oficialmente o Brasil.

52. Durante o período de minha gestão, as relações bilaterais foram marcadas pelo diálogo fluido no campo político, bem como pelas perspectivas que se abriram, no plano econômico, com a ratificação do Acordo de Livre Comércio (ALC) MERCOSUL-Egito em 2017. No plano multilateral, ambos os países mantiveram diálogo construtivo e posições convergentes em temas como desenvolvimento, promoção da paz, combate ao terrorismo, G-77, reforma das instituições de governança global, pelo ótimo entendimento em organismos multilaterais e pela tradição de apoios recíprocos a candidaturas. Tendo em conta o caráter multifacetado de sua inserção internacional, o Egito é interlocutor chave do Brasil em questões de paz e segurança no Oriente Médio e na África.

53. Há de se ter em conta que, no contexto de seus esforços para resgatar o prestígio internacional e diversificar parcerias externas no período pós-revolucionário, o Egito passou a ver o Brasil como parceiro privilegiado para a cooperação em diversos âmbitos (meio ambiente, agricultura, saúde, políticas de combate à pobreza, entre outros).

54. Registraram-se, no período, baixo número contatos de alto-nível, que considero pouco condizente com a densidade das relações bilaterais e da parceria comercial. Dentre as visitas e contatos oficiais, destaco a vinda ao Egito do então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller (08/2014), a ida ao Brasil do então ministro do Comércio e Indústria do Egito, Tarek Kabil, por ocasião da 51^a Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (12/2017), os encontros do PR Michel Temer com o PR El-Sisi à margem da 72^a sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York (09/2017), bem como a visita do secretário-executivo do MAPA, Eumar Novacki (09/2018).

55. O ano de 2017, com a entrada em vigor do ALC MERCOSUL-Egito, que contribuiu para converter o Egito no principal destino das exportações brasileiras para o Mundo Árabe, marcou o início de novo ciclo de aproximação bilateral. Nossas exportações para o Egito experimentaram robusto crescimento de 41%, atingindo US\$ 2,42 bilhões. A realização da V reunião de consultas políticas em 04/2018, após um hiato de sete anos, foi demonstração da busca por dar novo ímpeto

às relações bilaterais, diversificar a pauta comercial e de investimentos, bem como explorar meios de intensificar a cooperação bilateral nas áreas de bioenergia e cooperação técnica. Avaliada de forma amplamente positiva, a reunião foi caracterizada por debates construtivos e espírito de transparência. Acordou-se, na ocasião, realizar consultas políticas anualmente, dar seguimento ao diálogo bilateral por meio de reuniões setoriais e acelerar as tratativas para a assinatura de instrumentos bilaterais.

56. Em 07/2018, o então ministro Aloysio Nunes Ferreira encontrou-se com Sherif Ismail, ex-PM e conselheiro especial do PR Sisi, à margem da 10ª Cúpula dos BRICS, ocasião na qual convidou o chanceler brasileiro a visitar o Egito, entre 8-11/11/2018, à frente de delegação empresarial. A visita, que incluiria audiência com o PR Sisi, encontros com o MNE Sameh Shoukry e com o secretário-geral da LEA, Ahmed Aboul Gheit, além de edição do Fórum Empresarial Brasil-Egito, marcaria a reativação do mecanismo de diálogo estratégico, estabelecido em 2009. Estavam previstas, igualmente, durante a visita, as assinaturas do (1) memorando de entendimento (MdE) sobre fortalecimento da cooperação em bioenergia; (2) novo acordo de cooperação em ciência e tecnologia; e do (3) MdE entre a FUNAG e o “Egyptian Council of Foreign Affairs”, ao passo que se encontravam em estágio avançado de negociação o novo acordo de cooperação técnica; o MdE entre Embrapa e o Centro de Pesquisa Agrícola do Egito (ARC); e o MdE entre a Apex-Brasil e a Autoridade-Geral para Investimentos e Zonas Francas do Egito (GAFI).

57. Três dias antes da visita, em 5/11/2018, a chancelaria egípcia comunicou, por meio de nota, que os encontros do ME com o PR Sisi e seu homólogo egípcio foram adiados, em virtude de “compromissos de caráter emergencial” assumidos pelas altas autoridades egípcias. Nos dias subsequentes, foi considerável a repercussão do tema nos meios de imprensa local, que associaram o adiamento da visita a possíveis mudanças na política brasileira para o Oriente Médio.

58. O adiamento “sine die” da visita ocasionou o cancelamento do Fórum Empresarial Brasil-Egito, além da agenda oficial. Foram mantidas, entretanto, rodada de negócios com representantes de três empresas brasileiras que já se encontravam no Cairo, sediada pela Federação das Câmaras de Comércio Egípcias (FEDCOC), bem como reunião, na Autoridade de Armamento das Forças Armadas egípcias, de delegação brasileira do setor de defesa, que incluiu representante do MD brasileiro. O encontro foi avaliado de forma muito satisfatória, ao propiciar não apenas oportunidade para a apresentação de produtos e marcas brasileiros, mas também o estabelecimento de canais de contato direto com as unidades responsáveis pelas compras governamentais na área de defesa no Egito.

RELAÇÕES COMERCIAIS

59. Em 2018, nossas exportações, embora tenham sofrido retração de 11%, somaram US\$ 2,13 bilhões, mantendo o Egito como o principal destino de nossas exportações no continente africano (26% do total) e no Mundo Árabe, e experimentaram considerável diversificação. A queda no valor das exportações brasileiras, resultado da diminuição das compras egípcias de certos produtos tradicionais (açúcar, frango e milho), foi compensada por importante diversificação da pauta. Os produtos manufaturados, pouco relevantes no passado, constituíram 13% de nossas exportações em 2018. Trata-se de resultado da entrada em vigor, no final de 2017, do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito.

60. A pauta de comércio bilateral concentra-se em produtos primários, principalmente alimentícios. Apesar de o Brasil continuar sendo o principal fornecedor de açúcar-de-cana ao Egito, nossas exportações do produto tiveram queda de 59% em 2018 em relação a 2017. As exportações brasileiras de carne congelada, fresca ou refrigerada estiveram em primeiro lugar na pauta em 2018 (US\$509,53 milhões), mantendo-se estáveis, com leve queda de 1,8% em relação ao ano anterior. O Egito continua a representar o terceiro mercado para a carne bovina brasileira no mundo (cerca de 10% do total), depois e Hong Kong e China. Cabe recordar que, por ocasião da crise desencadeada pela operação "Carne fraca", da Polícia Federal, em 2017, o Egito foi um dos primeiros países a normalizar as importações do Brasil. Diante das informações prestadas de imediato pelo governo brasileiro, o lado egípcio elogiou a transparência com que o caso foi conduzido, o que seria demonstração adicional da seriedade da fiscalização e garantia da qualidade da carne brasileira.

61. Ao longo de 2018, nossas exportações de minério de ferro apresentaram importante crescimento de 74,3% (US\$ 443,78 milhões) e alcançaram o segundo lugar na pauta de exportações, com 21% do total. A exportação brasileira de tubos de ferro e aço cresceu cerca de 800% e compôs 5,8% da pauta geral. Outros produtos que tiveram crescimento expressivo foram bombas, compressores, ventiladores e partes, chassis com motor e carroçarias para veículos, motores e autopeças em geral.

62. As exportações egípcias para o Brasil, compostas fundamentalmente de fertilizantes (72% do total), que já haviam experimentado expressivo crescimento de 64,7% em 2017, voltaram a crescer 73,32% em 2018, totalizando US\$ 269,46 milhões. A redução do desequilíbrio do comércio, ainda que modesta, é bem-vinda. Os enormes superávits brasileiros (US\$1.864 bilhão em 2018) são motivo de constante queixa egípcia.

63. Em 1/9/2017, entrou em vigor o Acordo de Livre-Comércio (ALC) Mercosul-Egito, celebrado pelos países do bloco em 2010, e sua aplicação no Brasil deu-se com a promulgação de decreto em 6/12/2017. O acordo abrange aproximadamente 9.800 linhas e destina-se à abertura do mercado bilateral de bens, com a possibilidade de acordos futuros para acesso a serviços e investimentos. O cronograma de desgravação é composto por cinco categorias: A (desgravação imediata), B (quatro anos), C (oito anos), D (dez anos) e E (a ser definida oportunamente pelo Comitê Conjunto). Estima-se que, no prazo de dez anos, 99% da pauta comercial com o Egito será desgravada. Além da desgravação tarifária, outra vantagem advém da dispensa da legalização do certificado de origem por parte das repartições diplomáticas egípcias. Além dos custos incorridos pelos exportadores, as empresas costumavam queixar-se da demora do procedimento.

64. A carne de frango é um dos poucos produtos cujos efeitos do ALC é diminuto, uma vez que a facilitação tarifária fica restrita a cota anual de 1.000 toneladas, volume insignificante se comparado às 58 mil toneladas exportadas pelo Brasil em 2018. Outros itens da pauta de exportação, como carne bovina e bovinos vivos, milho, minério de ferro e soja, que estão na categoria A, já contavam com isenção tarifária antes da entrada em vigor do ALC. Sacarose e tabaco não-manufaturado, que corresponderam a US\$ 56,6 milhões em 2017, encontram-se na categoria E, cuja eventual desgravação depende de negociação no âmbito do Comitê Conjunto do Mercosul. Apesar disso, a exportação de fumo brasileiro ao Egito aumentou quase 300% em 2018. Em que pesem as facilidades proporcionadas pelo ALC, persistem preocupações do lado brasileiro, e de diversos

outros países, com tentativas do governo egípcio de impor restrições de acesso ao mercado. Legislação de controle de importações tem dificultado a concessão de licenças a empresas brasileiras nos setores de porcelanas, cosméticos e certos alimentos processados.

PRODUTOS DE DEFESA E AVIAÇÃO CIVIL

65. Nos anos 1980, o Brasil exportou diversos materiais de emprego militar para países do Oriente Médio, com destaque para a Embraer, que montou no Egito mais de uma centena de aeronaves de treinamento EMB-312 Tucano (T-27 na FAB), muitas das quais exportadas para outros países árabes. A Força Aérea Egípcia conta ainda com 52 aeronaves em bom estado de manutenção e é notório seu interesse em realizar modernização da frota, visando a ampliar suas capacidades para além do treinamento, transformando-as em aeronaves de reconhecimento e ataque leve, para a condução de operações de combate de baixa intensidade e controle de fronteira. Desde 2014 e durante minha presença no Cairo, foram realizadas inúmeras reuniões, em separado, entre representantes daquela força aérea e de empresas brasileiras como para definição de qual empresa realizará o serviço de modernização. O processo de escolha ainda não foi concluído.

66. Há empresas brasileiras de defesa com tradição de fornecimento ao Egito: o Grupo Inbra, que conta com representante residente no Cairo, CBC, Taurus, Condor, Cecil e Imbel. Durante a I Exposição Internacional da Indústria de Defesa & Segurança (EDEX), feira no setor de defesa do Egito, cuja primeira edição ocorreu em 12/2018, quatro empresas brasileiras de produtos de defesa estiveram presentes.

67. Outras empresas vêm mantendo entendimentos com as Forças Armadas egípcias: IMBEL, para aquisição de munições padrão; ATECH, do grupo Embraer, para apresentação de solução de sistemas integrados; ALTAVE, que desenvolve balões cátivos como plataformas aeronáuticas; AVIBRAS, para o fornecimento de foguetes ar-terra de 70mm; EMGEPROM, vinculada ao MD por intermédio da Marinha do Brasil, para fornecimento de munições e tubos de canhão antiaéreo de 40mm; OMNISYS, empresa brasileira subsidiária do grupo francês Thales, com capacidade de fornecer soluções de alta tecnologia de radares; GN-11z, que está em entendimentos com a Organização Árabe para a Industrialização (AOI), empresa estatal egípcia, com quem estuda a possibilidade de desenvolver no Egito projeto de construção local de aeronave de uso militar.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EGITO

68. O maior investimento brasileiro no Egito concentra-se no setor cimenteiro, com ativos de mais de US\$ 500 milhões. Em 2012, a InterCement, empresa do Grupo Camargo Corrêa, adquiriu a Cimentos de Portugal (CIMPOR) e, com ela, 94% das ações da Amreyah Cement Company, empresa que detém cerca de 6% do mercado local. A Amreyah emprega cerca de 3.000 pessoas, conta com capacidade produtiva de 5 milhões de ton/ano e tem operado com alta lucratividade (retorno de 20% a.a. sobre o capital). A empresa tem boas perspectivas de atuação no mercado egípcio, tendo em conta o aquecimento da economia local, com planos de construção de novas cidades e melhoria de infraestrutura, além do alto consumo per capita de cimento.

69. Com o corte dos subsídios à energia no Egito e o consequente encarecimento do gás natural, sua única fonte de energia até 2015, a empresa fez investimentos da ordem de US\$ 100 milhões

para alterar sua matriz energética. Hoje, cerca de 50% de sua energia provém da queima de resíduos sólidos (queima 5% do produzido em Alexandria) e o restante de uma mistura de carvão e coque. No contexto da possível expansão de suas operações no Egito, a empresa demonstrou interesse em participar das licitações de fornecimento de cimento para a construção da usina nuclear de El Dabaa, projeto executado em parceria com o governo russo.

70. O setor de transportes foi o primeiro a receber investimentos brasileiros no Egito. Em 2009, as empresas Marcopolo e Randon estabeleceram "joint ventures" com dois grandes grupos locais, respectivamente Ghabour e MWM. A Marcopolo vendeu parte de suas ações em 2017, diminuindo sua participação de 49% para 20%.

CANDIDATURAS

71. Brasil e Egito mantêm ótimo entendimento em organismos multilaterais, bem como tradição de apoios recíprocos a candidaturas. Nos últimos anos, o Egito prestou apoio a diversas candidaturas brasileiras, frequentemente mediante acordos de apoio recíproco. O Egito apoia o pleito brasileiro a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, mandato 2022-23, ao passo que o Brasil apoiou a candidatura egípcia ao mesmo órgão, para o mandato 2016-17. Nos últimos anos, o Egito apoiou as candidaturas do Brasil ao Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23; ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), mandato 2019-22; bem como as candidaturas brasileiras do professor Antônio Augusto Cansado Trindade a juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mandato 2018-2026); da senadora Mara Gabrilli ao Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-22; da conselheira Patrícia Côrtes à Comissão de Serviço Público Internacional (ICSC), mandato 2019-22; e do embaixador Silvio Albuquerque ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), mandato 2018-21, entre outras.

TEMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS

72. Durante o período em que estive no Cairo, poucas foram as atividades culturais que o posto pôde promover, seja por falta de pessoal, seja por escassez de recursos. Considero que o Egito, por ser um centro de irradiação de cultura do Mundo Árabe e maior produtor de audiovisual da região, poderia ser um importante espaço de atuação na promoção da cultura brasileira e do idioma português.

73. Há, no Egito, o único Departamento de Língua Portuguesa do Oriente Médio, na Universidade de Assuã, estabelecido em 2014, e cuja primeira turma de licenciados graduou-se em 2018. Não há, no entanto, leitor designado para o país. Destaco, nos anos que aqui estive, a participação da embaixada no Festival de Cinema Ibero-americano, promovido anualmente pelos países latino-americanos, Portugal e Espanha, e que já se transformou em evento tradicional de audiovisual no Cairo.

TEMAS CONSULARES

74. A comunidade brasileira no Egito conta hoje com 645 nacionais registrados junto ao setor consular da embaixada. Além dos nacionais residentes, o Egito recebe aproximadamente 15.000

turistas brasileiros e cerca de 300 brasileiros passam pelo país para estudos ou negócios anualmente. As tarefas consulares de rotina entre o início de 2015 e o fim de 2018 foram da monta de 3.605 atos notariais, 7.547 requerimentos de vistos e 456 passaportes emitidos.

75. Tentativas de imigração irregular são uma grande preocupação do setor, que recebe grande número de solicitações para visto de turismo de pessoas com renda ou situação incompatível com esse tipo de viagem. Outra estratégia amplamente utilizada na região, com vistas à imigração fraudulenta, são os casamentos por conveniência, que afetam significativo número de cidadãs brasileiras e seus pretendentes egípcios. Há também a modalidade de fraude de imigração que convencionou-se chamar de turismo maternidade, na qual casais de jovens egípcios solicitam visto de turismo a pretexto de viagem de lua de mel e entram no Brasil às vésperas do nascimento de seu filho para que a criança adquira nacionalidade brasileira. O setor consular de embaixada tem feito escrutínio cada vez mais rigoroso para a concessão de vistos nesses casos.

76. Uma das principais pautas do setor consular, no momento, refere-se aos onze cidadãos brasileiros (três mulheres e oito homens) que se encontram detidos no país, acusados ou condenados por tráfico internacional de drogas, crime passível de condenação à pena capital neste país. Os brasileiros detidos, no período entre 10/2014 e 09/2018, são jovens de baixa escolaridade e sem histórico de envolvimento com organizações criminosas no Brasil. Até o momento, dentre os dez já julgados, nove foram condenados à prisão perpétua (pena que no Egito equivale a 20 a 25 anos de prisão) e a multas e indenizações que oscilam entre cerca de US\$ 5 mil a US\$ 250 mil; uma nacional foi inocentada e deverá retornar ao Brasil. Um nacional ainda aguarda julgamento. Em quase todos os casos em que os réus foram condenados, foi feita a apelação e o processo seguiu para a Corte de Cassação. Três dos detentos optaram por não apelar com vistas a acelerar o processo de pedido de transferência para o Brasil. A Procuradoria-Geral egípcia, no entanto, condiciona a apreciação dos pedidos ao pagamento das multas e indenizações.

RELAÇÕES COM A LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

77. As relações entre o Brasil e a Liga dos Estados Árabes (LEA), organização intergovernamental árabe com sede no Cairo, foram marcadas pela intensificação de contatos políticos e vínculos institucionais nos últimos anos. A delegação permanente da LEA no Brasil foi aberta em 1956 e teve seu status diplomático reconhecido em 1975. O Brasil está representado em 17 dos 22 países árabes. Em 2018, o intercâmbio comercial do Brasil com os países árabes elevou-se a US\$ 19 bilhões, com saldo positivo de US\$ 3,8 bilhões para o Brasil, num comércio em que o país já foi deficitário, principalmente devido às importações de petróleo. Desde 1/2/2019, está reativado na Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado David Soares (DEM/SP), o Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, estabelecido em 2008.

78. Desde 2014, por decisão do Conselho da LEA, o embaixador do Brasil no Cairo é acreditado como representante do Brasil junto à organização. Em 2015, foi assinado, à margem da AGNU, memorando de entendimento (MdE) sobre consultas políticas entre o Brasil e a LEA. A primeira reunião de consultas políticas teve lugar em Brasília, em 04/2016, ocasião na qual foram repassados temas da agenda regional e aventadas iniciativas de cooperação nos campos acadêmico, parlamentar e comercial, com a elaboração de minuta de plano de ação com sugestões de atividade concretas a serem implementadas. Na segunda reunião de consultas políticas, realizada no Cairo,

em 04/2018, além da discussão sobre temas regionais de interesse mútuo, foi abordada a implementação do MdE de 2015, com foco nas seguintes iniciativas: (1) cooperação na área de gestão de crises, e (2) intercâmbio entre diplomatas brasileiros e funcionários da LEA.

79. A intensificação das relações do Brasil com a LEA e com seus países membros foi fortemente estimulada pela criação do mecanismo de cooperação inter-regional América do Sul-Países Árabes (ASPA) e a realização de quatro reuniões de cúpula (Brasília em 2005, Doha em 2009, Lima em 2012 e Riade em 2015). Brasil e LEA atuam como coordenadores regionais do mecanismo ASPA.

80. A 5^a cúpula de chefes de Estado e de Governo estava prevista para realizar-se na Venezuela, originalmente em 2018. Diante da impossibilidade de realização da cúpula na Venezuela, a LEA manifestou, em diversas ocasiões ao longo de 2017 e 2018, o desejo de que a parte sul-americana convocasse reunião de chanceleres à margem da AGNU para encontrar solução para o impasse, o que, ao final, não se concretizou.

81. A virtual paralisação do mecanismo ASPA, com diversas reuniões ministeriais e técnicas pendentes (entre as quais III Reunião dos Ministros da Economia e a II Reunião dos Ministros do Meio Ambiente), desde que a Venezuela assumiu o compromisso de organizar a cúpula e a agenda de reuniões ministeriais, tem gerado apreensão na LEA, que, conforme já demonstrou em diversas ocasiões, deseja a manutenção de um foro de diálogo e cooperação entre as duas regiões.

82. A LEA tem envidado esforços para evitar que países sigam o exemplo dos EUA e da Guatemala de transferir suas embaixadas para Jerusalém. Em 18/12/2018, o Conselho da LEA reuniu-se em sessão extraordinária para discutir os desdobramentos da questão palestina e aprovou a resolução nr. 8338, pela qual conclamou o Brasil a “não adotar posições que prejudiquem o status jurídico de Jerusalém, com vistas a preservar os laços de amizade e as relações com os estados árabes” e determinou o envio de missiva, no mais alto nível, e delegação ao Brasil com o objetivo de transmitir as posições da LEA respeito.

83. Na 30^a reunião de Cúpula da LEA (Túnis, 31/3), foi aprovada resolução que (1) condena a transferência da embaixada da Guatemala para a Jerusalém e a decisão da Hungria de abrir escritório de representação comercial, como seção diplomática de sua missão em Tel Aviv; (2) reitera a intenção dos estados árabes de tomar as medidas políticas e econômicas apropriadas contra tais “decisões ilegais e quaisquer outras semelhantes”; e (3) rechaça a decisão australiana de reconhecer Jerusalém Ocidental como capital de Israel, instando o governo australiano a revogá-la.

84. Durante 151^a sessão ordinária do Conselho (6/3/2019) e a 30^a reunião de Cúpula Árabe em Túnis (31/3/2019), foram aprovadas resoluções, com menções ao Brasil, reiterando o pedido de que o país “não adote posições que prejudiquem o status jurídico de Jerusalém, com vistas a preservar os laços de amizade e as relações com os estados árabes”.

85. Em 4/4/2019, o Secretariado-Geral da LEA emitiu nota à imprensa, pela qual manifesta preocupação com a decisão brasileira de estabelecer escritório em Jerusalém para a promoção do comércio, investimento tecnologia e inovação, e na qual o SG Aboul Gheit limitou-se a considerá-la “passo na direção errada, que não contribui para o desenvolvimento das relações árabe-brasileiras”.

O tom brando da nota contrasta com outras, como a divulgada em 26/3/2019, pela qual Aboul Gheit “rechaçou e repudiou” a intenção, declarada pelo presidente de Honduras e pela primeira-ministra da Romênia, de transferir as embaixadas de seus países para Jerusalém, ou com a de 15/12/2018, relativa à decisão do governo australiano de reconhecer Jerusalém Ocidental como capital de Israel. Com relação a esta última, o SG Aboul Gheit afirmou que a decisão “causa consternação, ao desrespeitar tanto o direito internacional quanto os legítimos direitos dos palestinos”.

86. O Parlamento Árabe, com sede provisória no Cairo, também trabalha no mesmo sentido. O presidente da instituição, Dr. Mishal Al-Sulami, manifestou interesse em enviar missão parlamentar de alto nível ao Brasil para discutir o assunto.

EMBAIXADA DO BRASIL NO CAIRO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR RUY AMARAL**

Transmito relatório de minha gestão como embaixador cumulativo, residente no Cairo, junto ao Estado da Eritreia, no período de 02/2016 a 03/2019.

CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO

2. O período de minha gestão como embaixador, cumulativo, junto à Eritreia coincidiu com importantes desdobramentos políticos da história recente do país, notadamente a normalização das relações com a Etiópia (07/2018) e a suspensão do regime de sanções imposto, desde 2009, pelo CSNU (11/2018).

3. O surgimento do moderno estado eritreu deu-se no contexto do fim da ditadura de Mengistu Haile Mariam (que governou a Etiópia entre 1977-91) e do colapso do regime Derg (Junta Militar Comunista) em 1991, que abriu caminho para o estabelecimento de negociações de paz entre a Eritreia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se em 1993, sob os auspícios da ONU, referendo em que a esmagadora maioria da população eritreia (99,83%) votou a favor da independência do país, logo após o qual a Eritreia declarou sua independência. A Frente Popular para a Libertação da Eritreia (EPLF, no acrônimo em inglês), facção dominante no país, liderou os trabalhos de convocação da Assembleia Nacional e reconfigurou-se como partido político de modo a acomodar novos segmentos da sociedade, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, no acrônimo em inglês). Em 05/1993, Isaias Afwerki foi nomeado Presidente da Eritreia pela Assembleia Nacional, função que desempenha até o momento presente. Brasil e Eritreia mantêm relações diplomáticas desde 1996.

4. Nos anos seguintes, a PFDJ ampliaria o seu controle sobre o Estado eritreu e se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembleia, sem contanto ter sido implementada até os dias de hoje. As eleições nacionais, previstas para aquele mesmo ano, não chegaram a realizar-se.

5. A delicada conjuntura externa no Chifre da África e o caráter incipiente das instituições do país concorreram para que o PR Afwerki consolidasse progressivamente o seu poder em detrimento da Assembleia Nacional. Após desastrosa guerra de fronteira com a Etiópia de 1998 a 2000, o Estado eritreu atuou progressivamente no sentido de restringir as liberdades individuais e religiosas, impondo estrita censura sobre a mídia. Em 2001, as eleições nacionais foram adiadas indefinidamente. Ao longo dos anos 2000, verificou-se tendência de concentração de poderes na presidência, por meio do fortalecimento das forças armadas e do aparato de segurança, bem como pela repressão a dissidências dentro da própria PFDJ e junto a diversos segmentos da sociedade eritreia.

6. A situação dos direitos humanos na Eritreia tem sido objeto de preocupação por parte tanto do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (ACNUDH) quanto de organizações internacionais. Pesam contra o país alegações de graves violações de direitos humanos nos últimos anos, notadamente as detenções arbitrárias, o serviço militar e civil por tempo indeterminado (equiparável ao trabalho forçado), bem como severas restrições a liberdades fundamentais. A imposição do serviço civil e militar (“national service”) obrigatório e por tempo prolongado, associada a severas restrições à emigração de cidadãos eritreus, é apontada como uma das mais sérias questões de direitos humanos no país. Como consequência das restrições de direitos, sobretudo o temor de serviço compulsório, mas também por razões econômicas e de perseguição política, estima-se que proporção considerável da população tenha fugido do país (cifra que se eleva a 12% da população, segundo estimativas da Human Rights Watch).

7. Com respeito à situação dos direitos humanos, não pude deixar de observar, em contatos com o corpo diplomático tanto nesta capital como em Asmara, que a percepção internacional sobre o país é profundamente influenciada pelos depoimentos de emigrantes eritreus que, em busca do estatuto de refugiado sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, não hesitam em exagerar a realidade local. Apesar de eventuais distorções produzidas por tal fenômeno, não se pode ignorar a gravidade das alegadas violações de direitos humanos e do déficit democrático na Eritreia.

8. No plano internacional, o país mobilizou-se nas Nações Unidas (ONU) e outros foros multilaterais com o objetivo de abrandar o regime de sanções imposto ao país, finalmente suspenso pelo CSNU em 11/2018.

9. O eixo prioritário da política exterior eritreia é o relacionamento bilateral com a Etiópia, país do qual obteve a independência em 1991. Em 05/1998, Etiópia e Eritreia, que até então mantinham relações amigáveis, entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteiriça de Badme. O Acordo de Argel, firmado em 2000, e saudado pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil, logrou estabelecer cessar-fogo entre Asmara e Adis Abeba, possibilitando a criação, em julho daquele ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE). Em 2003, a comissão encarregada pela ONU pela demarcação de fronteiras (“Eritrean-Ethiopian Boundary Commission”) apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça (CIJ), que emitiu parecer favorável à Eritreia. A Etiópia, contudo, não implementou a decisão final da Corte, o que levou a Eritreia a obstruir os trabalhos da UNMEE.

10. Nos anos subsequentes, ambos os países acusaram-se mutuamente de apoiar forças rebeldes ou de oposição em seus territórios. A Etiópia acusou a Eritreia de apoiar a Frente de Libertação de Oromo (OLF, no acrônimo em inglês) e o grupo terroristas Al-Shabaab na Somália, como maneira de desestabilizar a região fronteiriça de Ogaden.

11. As seguidas denúncias de apoio eritreu aos insurgentes somalis levaram à imposição de sanções à Eritreia pelo CSNU, em 2009 (Resolução 1907) e 2011 (Resolução 2023), debilitando as relações do país com Washington, que o incluiu em sua lista de países apoiadores do terrorismo internacional e gerando impacto negativo sobre o setor minerador do país. A instituição do regime de sanções contra a Eritreia ensejou vigorosa campanha de Asmara, no sentido de contestar as resoluções do CSNU.

12. O outro vizinho eritreu, o Djibuti, rompeu relações com a Eritreia após o início do conflito com a Etiópia (1998), mas as restabeleceu em 2000, com a assinatura do Acordo de Argel. O relacionamento bilateral, contudo, voltaria a sofrer forte revés em abril de 2008, quando ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritreia, e o Djibuti acusou tropas eritreias de violarem seu território. A Eritreia mantém com o país vizinho disputa de fronteira relativa à região de Ras Doumeira, alvo de ataque militar eritreu em junho de 2008.

13. A escalada do conflito fronteiriço levou o CSNU a adotar a Resolução 1892 (2009), cujas demandas principais eram: a retirada de tropas eritreias de território djibutiano e o engajamento em diálogo para solucionar o impasse. Graças a mediação do Catar, a Eritreia retirou suas tropas de parte do território djibutiano e uma força de observação catariana foi estabelecida. Em 2017, com a retirada das forças de manutenção da paz pelo Catar, o Djibuti voltou a acusar a Eritreia de reocupar a ilha de Doumeira. Em 09/2018, Djibuti e a Eritreia anunciaram intenção de normalizar suas relações bilaterais.

14. Notável ponto de inflexão para as relações com a Etiópia, com repercussões positivas para todo o Chifre da África, foi a Declaração Conjunta de Paz e Amizade entre a Eritreia e a Etiópia, firmada em 07/2019, bem como as históricas visitas do PR Afwerkí a Adis Abeba e do PM etíope Abiy Ahmed a Asmara, que sinalizam a normalização das relações entre os dois países. A declaração foi saudada pelo governo brasileiro, por meio de nota à imprensa. O processo de paz, qualificado de “irreversível” por autoridades eritreias, contaria com respaldo popular em ambos os países e teria sido fruto, em grande medida, da vontade política do PM Ahmed, o qual, diferentemente de seus antecessores, contaria com amplo apoio interno, tanto nos meios políticos quanto junto a população, para levar a cabo a implementação do acordo e enfrentar interesses de grupos minoritários contrários à aplicação do Acordo de Argel.

15. Tem-se estimado que a normalização das relações entre Asmara e Adis Abeba trará dinâmica positiva para o Chifre da África e poderá abrir caminho para o fim do isolamento internacional do regime de Asmara. De fato, já se verificaram, desde então, desdobramentos positivos, como a melhora nas relações com o Djibuti, e, principalmente, a suspensão do regime de sanções imposto pelo CSNU, em 11/2018, tema prioritário para a política externa eritreia. O processo de paz e a abertura da fronteira entre Etiópia e Eritreia também deverão propiciar benefícios econômicos para ambos os países: já foram restauradas as telecomunicações, retomados voos comerciais diretos e espera-se ademais que o acesso aos portos eritreus de Massawa e Assab trará grande vantagem logística para a Etiópia.

16. A perspectiva de progressiva reintegração da Eritreia à comunidade internacional, propiciada pelos processos de paz com Etiópia e Djibuti e, sobretudo, pela suspensão das sanções do CSNU, é apontada como fator que poderá contribuir para melhora da situação dos direitos humanos no país.

CONTEXTO ECONÔMICO

17. A Eritreia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 179º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU (2017). A principal atividade econômica do país é a agricultura, que ocupa cerca de 80% da população economicamente ativa. Os constantes conflitos armados têm

prejudicado historicamente o desempenho do setor agrícola da Eritreia, convertendo a insegurança alimentar em um dos maiores desafios para o país.

18. São promissoras as perspectivas de exploração, por empresas estrangeiras, das jazidas no país e o governo eritreu aposta nas exportações de minerais como solução para o persistente déficit nas contas externas do país. A exploração das minas de cobre e zinco de Bisha, operada pela canadense Nevsun, deverá ser prorrogada até 2022, o que resultará na produção de 235.000t adicionais de zinco e 26.000t de cobre. A exploração da mina de potássio de Colluli, operada pela australiana Danakali, com capacidade para a produção anual de 472.000t de fertilizante (sulfato de potássio) também deverá ter o potencial de impulsionar a economia eritreia.

19. Para o período 2019-20, está previsto um crescimento do PIB da ordem de 5,7% ao ano, capitaneado pelo aumento da produção no setor de mineração e pelo incremento na atividade portuária. O déficit fiscal deverá situar-se em torno de 6% do PIB em 2019, em comparação com 8% em 2018. A tendência de queda, que deverá manter-se pelos próximos anos, decorre do incremento nas exportações de minérios e da acentuada redução dos gastos militares, propiciada pelo acordo de paz com a Etiópia. O déficit em conta corrente, por sua vez, deverá regredir para 1,95% do PIB, como consequência do incremento da produção do setor mineiro e da queda dos preços globais de alimentos e combustíveis.

RELAÇÕES BILATERAIS E COMERCIAIS

20. As relações bilaterais entre Brasil e Eritreia são pouco densas. Nos últimos anos, a Eritreia empreendeu alguns esforços de aproximação bilateral por meio do envio de visitantes de alto nível a Brasília (Ministro das Minas e Energia e Ministro da Agricultura em 2010), bem como da tentativa de intensificação de contatos em foros multilaterais. Os esforços do governo eritreu foram pautados, sobretudo, pelo desejo de fazer valer, junto ao Brasil, suas teses e posições relativas a conflitos com os países vizinhos (Etiópia e Djibuti), bem como de sensibilizar o governo brasileiro sobre a visão eritreia sobre o regime de sanções imposto ao país pelo CSNU, encerrado em 11/2018.

21. No período de minha gestão, acompanhei os relevantes desdobramentos no cenário político da Eritreia. Quando de minha passagem por Asmara em 02/2016, por ocasião da apresentação de minhas credenciais ao Presidente Isaias Afwerki, mantive contatos com autoridades locais e membros do corpo diplomático sediado naquela capital. O PR Afwerki mencionou seu desejo de que empresas brasileiras venham a participar, em regime de joint-venture, da exploração das jazidas minerais recentemente descobertas no país, bem como estabelecer cooperação técnica bilateral no campo agropecuário.

22. Não há registro, no momento atual, da presença de cidadãos ou empresas brasileiras na Eritreia. Não obstante, as autoridades do país têm sido, de modo geral, receptivas a gestões brasileiras em fóruns multilaterais. É digno de nota o fato de a Eritreia haver ratificado, em 09/2014, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em linha com recomendação emitida pelo Brasil durante a 18^a Sessão da Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, em 2014.

23. Os primeiros dados do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Eritreia passaram a ser

registrados em 2002. O ano de 2005 testemunhou forte impulso nas relações comerciais bilaterais, com volume de comércio de aproximadamente US\$ 9 milhões, e, somente em 2006, foram registradas as primeiras exportações eritreias ao Brasil (US\$ 41,93 mil). O ápice do fluxo comercial deu-se em 2009, quando as exportações brasileiras alcançaram a cifra recorde de US\$ 29,24 milhões. Em 2018, as exportações brasileiras limitaram-se a US\$ 63,636,00, em decorrência da interrupção da importação de açúcar, contra US\$ 1.478,00 de importações da Eritreia. Tradicionalmente, as vendas de açúcar compõem a maior parte da pauta de exportação brasileira à Eritreia, seguidas, em segundo plano, de autopeças, sacos e materiais têxteis e equipamentos médicos. Por sua vez, as modestas exportações eritreias compõem-se de peças de vestuário e material hospitalar.

24. Há expectativa de que, progressivamente, o processo de abertura possa conduzir a reformas com o objetivo de modernizar a economia da Eritreia. O acesso aos portos eritreus de Massawa e Assab, que representará grande vantagem logística para a Etiópia, poderá proporcionar, uma vez concluídos os projetos de infraestrutura necessários para sua concretização, oportunidades para o setor privado brasileiro. É de se esperar, contudo, que a interferência governamental continue a obstruir o desenvolvimento do setor privado, exceto no campo da mineração. Nesse quesito, estimo que o perfil das relações bilaterais apenas poderia alterar-se, no curto prazo, caso alguma mineradora brasileira venha a se interessar pelas promissoras perspectivas do setor no país.

2^a PARTE - DELIBERATIVA

1

**REQ
00034/2019**



SENADO FEDERAL

SF19293.76750-38 (LexEdit)

REQUERIMENTO N^º DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CRE, para incluir entre os convidados para a audiência pública, a fim de debater a situação dos familiares das vítimas do acidente com o avião da delegação da chapecoense os seguintes convidados: Abel Dias- Consultor Especialista em Seguros e Aviação, e Mara Regina D'Emilio Paiva - Vice-presidente da Associação Chapecoense de Futebol e a Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Vôo da Chapecoense (AFAV-C).

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo dessa audiência pública é debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do vôo da Chapecoense que deixou 71 mortos e 6 feridos e completará 3 anos em novembro. Ainda permanecem pendências judiciais, especialmente indenizatórias, inclusive no que tange às questões de pagamentos de coberturas e de seguros internacionais da aviação civil.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CRE, para incluir entre os convidados para a audiência pública, a fim de debater a situação dos familiares das vítimas do acidente com o avião da delegação da chapecoense os seguintes convidados: Abel Dias- Consultor Especialista em Seguros e...

Sala da Comissão, 4 de junho de 2019.

**Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)**



SF19293.76750-38 (LexEdit)

2^a PARTE - DELIBERATIVA

2

**REQ
00035/2019**



SENAZO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

SF19784.82259-75 (LexEdit)

REQUERIMENTO N^º DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir temas de interesse do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI - na promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado:

1. Alejandro de la Peña Navarrete - Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração

JUSTIFICAÇÃO

A Associação Latino-Americana de Integração – ALADI –, criada em 1980 para promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina, é o maior grupo de integração da região.

Integram a associação Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O conjunto dos 13 membros da ALADI abrange uma área de 20 milhões de km², número quase cinco

vezes superior ao dos 28 países que integram a União Europeia. Tem cerca de 530 milhões de habitantes e PIB superior a US\$ 5 trilhões.

Diante da importância do tema, requeiro audiência pública para que sejam debatidos temas de interesse do Brasil junto à ALADI.

Sala da Comissão, de de .

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB - PE)

